

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM LINGUAGEM, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE

MERYLIN RICIELI DOS SANTOS

**“QUEM TEM MEDO DA PALAVRA NEGRO? ”: MORENOS, MISTURADOS,  
MESTIÇOS, CAFUSOS, MULATOS, ESCUROS, PRETO SOCIAL PARTICIPANTES  
DO CLUBE 13 DE MAIO – PONTA GROSSA (PR)**

PONTA GROSSA

2016

MERYLIN RICIELI DOS SANTOS

**“QUEM TEM MEDO DA PALAVRA NEGRO? ”: MORENOS, MISTURADOS,  
MESTIÇOS, CAFUSOS, MULATOS, ESCUROS, PRETO SOCIAL PARTICIPANTES  
DO CLUBE 13 DE MAIO – PONTA GROSSA (PR)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade. Curso de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade, área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ione da Silva Jovino

PONTA GROSSA  
2016

**Ficha Catalográfica**  
**Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG**

Santos, Merylin Ricieli dos  
S237 "Quem tem medo da palavra negro? ":  
morenos, misturados, mestiços, cafusos,  
mulatos, escuros, preto social  
participantes do Clube 13 de Maio - Ponta  
Grossa (PR)/ Merylin Ricieli dos Santos.  
Ponta Grossa, 2016.  
148f.

Dissertação (Mestrado em Linguagem,  
Identidade e Subjetividade - Área de  
Concentração: Linguagem, Identidade e  
Subjetividade), Universidade Estadual de  
Ponta Grossa.

Orientadora: Profª Drª Ione da Silva  
Jovino.

1.Clube negro. 2.Discursos.  
3.Identidades negras. 4.Etnicidade.  
I.Jovino, Ione da Silva. II. Universidade  
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em  
Linguagem, Identidade e Subjetividade.  
III. T.

CDD: 323.13

MERYLIN RICIELI DOS SANTOS

“QUEM TEM MEDO DA PALAVRA NEGRO? ”: MORENOS, MISTURADOS, MESTIÇOS,  
CAFUSOS, MULATOS, ESCUROS, PRETO SOCIAL PARTICIPANTES DO CLUBE 13 DE  
MAIO – PONTA GROSSA (PR)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade. Curso de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade, área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ione da Silva Jovino  
Doutora em Educação  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Silva Souza  
Doutora em Linguística Aplicada  
Universidade Federal da Bahia

Prof.<sup>a</sup> Dr. Antônio Paulo Benatte  
Doutor em História  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Letícia Fraga  
Doutora em Linguística  
Universidade Estadual de Ponta Grossa

*Dedico a todas as mulheres Negras, que lutaram e ainda lutam,  
a fim de preservar a memória de nossos ancestrais.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Ione que acreditou em mim, pois fez com que eu tivesse vontade de continuar minha pesquisa, me orientou com seriedade e dedicação.

A minha mãe Eva, *a mulher negra que vi de perto*.

Ao Núcleo de Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Sexualidade (NUREGS) que me permitiu aprender coisas novas a cada dia e que me ensinou que preta também pode sonhar.

Aos meus amigos por tornarem essa caminhada mais leve e agradável.

Agradeço ao meu esposo Thiago Jacon que esteve presente nos momentos mais difíceis da construção deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade, por ter me recebido tão bem enquanto aluna de outra área.

Agradeço a CAPES pelo período em que fui bolsista.

Ao projeto TEIAFRO que me permitiu conciliar e relacionar trabalho e estudos.

Agradeço à professora Letícia que me ensinou com tanta clareza em suas aulas, o que me fez admirá-la não apenas enquanto professora, mas enquanto pessoa.

Agradeço à secretária Vilma, por sua eficiência e preocupação com os mestrandos.

Ao professor Benatte por ter aceitado o convite em participar da minha banca examinadora e ter me apresentado, ao longo da graduação, teoria e autores que levarei para a vida.

Agradeço à professora Ana Lúcia (que carinhosamente chamamos de Analu) por vir de tão longe para fazer parte da banca examinadora do meu trabalho.

Agradeço também a todos aqueles que de forma direta ou indireta colaboraram para a construção deste trabalho.

## RESUMO

A pesquisa apresenta um estudo sobre discursos construídos em torno do clube negro, situado em Ponta Grossa (PR). Trata das construções das identidades dos sujeitos que dele participam ou participaram, a partir do paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg (1990). O trabalho aspira buscar quais os espaços, negociações, interdições, silenciamentos, visões, significados atribuídos ao clube pela sociedade local, bem como entender como os frequentadores e os não frequentadores veem o clube. Anseia ainda responder quais os indícios da relação do clube com a sociedade, e da sociedade com o clube. Busca-se evidenciar um espaço marginalizado que enquanto um clube negro colaborou para diversas construções identitárias locais. O Clube 13 de Maio é uma Sociedade Recreativa, criada por negros libertos no período pós-abolição, fundada em 1890, na cidade de Ponta Grossa, e que no momento de sua criação apresentava uma nomenclatura bastante sugestiva: clube Literário e Recreativo 13 de Maio. O *corpus* da pesquisa é constituído por um conjunto de discursos de pessoas negras construídos entre os meses de janeiro e fevereiro de 2016 na forma de entrevistas orais referentes a esta sociedade recreativa. A pesquisa é de caráter qualitativo (MINAYO, 1994) e parte dos materiais de análise são resultados de entrevistas orais (MINAYO, 2001), a outra parte corresponde ao Estatuto do clube, ao Relatório de Sentença e Processo de Tombamento da entidade em questão. Ao analisar os dois documentos busca-se evidenciar a questão das relações do clube com a cidade, uma vez que os mesmos são tomados como discursos sobre o Clube Treze de Maio e suas dinâmicas sociais. A partir da análise das entrevistas apresentam-se os signos que envolvem a denominação racial dos frequentadores do clube, bem como discussões sobre como essas pessoas se viam dentro dessa sociabilidade negra, como viam o clube dentro da sociedade na qual estava inserido, bem como suas percepções sobre as relações raciais imbricadas neste processo. Os referenciais teórico-metodológicos de análise partem da proposta do círculo bakhtiniano (1929/2005) acerca do dialogismo e comunicação responsiva, em conjunto com a metodologia pautada no paradigma indiciário, de Ginzburg (1990). Para a questão das identidades negras o referencial utilizado foi Munanga (2012), Hall (2002, 2006), Gomes (2005), Souza (1983). Sobre essa categoria, Munanga (2010) considera que para construir uma identidade negra coletiva é necessário um processo de desconstrução e autenticidade que não se prenda a uma história negra negativa enraizada na historiografia colonial. A pesquisa trata da relação entre letramento e organizações negras, discussão que advém da denominação do clube como literário em sua fundação. Traz uma discussão acerca da história do clube negro aqui problematizado, tendo como função contextualizar o objeto de estudo e problematizar sua relação com a sociedade eurocêntrica em que estava inserido. As considerações finais, através das problematização e análise das falas e documentos sobre o clube, indicam que os principais resultados apontam para o ato de criação de um clube negro em Ponta Grossa como uma forma de resistência. As interdições atribuídas ao clube sugerem o não lugar do mesmo na cidade. Embora o clube apareça como um espaço invisibilizado e negativado pelos seus não frequentadores, os processos de construções identitárias ocorridos em seu interior perpassam as fronteiras negativas e inserem os negros enquanto sujeitos de diversas práticas sociais, positivando suas vivências e valorizando suas vivências socioculturais.

**Palavras-Chave:** Clube negro; discursos; identidades negras; etnicidade.

## ABSTRACT

The research presents a study of speeches built around the black Club, located in Ponta Grossa (PR). It deals with the construction of the identities of the individuals who participate or have participated, from the evidential paradigm, Carlo Ginzburg (1990). The work aims to seek what spaces, negotiations, interdictions, silences, visions; meanings attributed to the Club by the local society as well as understand how the regulars and non-regulars see the Club. It yearns still answer, which the Club's relationship signs with society and society with the Club. It seeks to highlight a marginalized space while a black club contributed to various local identity buildings. The Club May 13 is a Recreational Society, founded by free blacks in the post-abolition period, founded in 1890 in the city of Ponta Grossa, and that at the time of its creation had a very suggestive nomenclature: Literary Club and Recreative May 13. The *corpus* of the research consists of a set of black people speeches built between the months of January and February 2016 in the form of oral interviews regarding this recreational society. The research is qualitative (MINAYO, 1994) and part of the analysis of materials are the result of oral interviews (MINAYO, 2001), the other part corresponds to the status of the Club, the Sentence Report and Overturning Process the entity in question. By analyzing the two documents it seeks to highlight the issue of the club's relationship with the city, since they are taken as discourses on May Thirteen Club and its social dynamics. From the analysis of interviews, it presents the signs involving racial designation of the regulars of the club, as well as discussions on how these people saw themselves in this black sociability, they saw the club in the society in which it was entered, as well as their perceptions of race relations intertwined in this. The theoretical and methodological reference analysis depart from the proposal of the Bakhtin Circle (1929/2005) about the dialogic and responsive communication in conjunction with the methodology guided the evidential paradigm, Ginzburg (1990). To the question of black identity, the reference was Munanga (2012), Hall (2002, 2006), Gomes (2005), Souza (1983) and on this category Munanga (2010) believes that to build a collective black identity it is needed a process of deconstruction and authenticity, not related to a negative black history rooted in colonial historiography. The research deals with the relationship between literacy and black organizations, discussion that comes from the club's name as a literary in its foundation. It brings a discussion about the history of black Club here questioned, whose function is to contextualize the study object and discuss its relationship to Eurocentric society that was inserted. The final considerations, through questioning and analysis of the statements and documents about the Club, indicate that the main results point to the act of creating a black club in Ponta Grossa as a form of resistance. The interdictions assigned to the club suggest the no place of it in the city. Although the club appears as a invisible and negated space by its non goers, the processes of identity constructions occurred inside pervade the negative borders and enter blacks as subjects of various social practices, positing their experiences and enhancing their socio-cultural experiences.

**Keywords:** Black Club; speeches; black Identity; Ethnicity.

## APRESENTAÇÃO

Neste trabalho, eu falo de um lugar que vejo como estigmatizado e fragilizado, pois antes de ser pesquisadora, sou mulher e negra, realidades que por hora justifica o meu interesse em pesquisar sobre identidades negras. Como negra dificilmente me sentia representada em âmbito acadêmico, pois há poucos alunos negros em minha instituição; professores, menos ainda; logo, senti a necessidade de contar a minha história para a sociedade a qual faço parte.

Uma história que vai além de uma menina de periferia que cresceu em meio a sujeitos negros e iletrados, mas uma história de persistência e oportunidades, pois sei que grande parte das minhas irmãs de raça não tiveram e talvez nunca tenham as mesmas condições e oportunidades de apresentarem suas vivências como estou fazendo, mas estarão presentes de forma indireta nesta pesquisa, pois assim como eu, muitas delas também cresceram no Clube Treze de Maio, o clube negro que nos aproximou durante longos anos.

Busco conseguir expor o quão satisfatório é poder falar de um espaço que por mais de um século recebeu de braços abertos as minorias pontagrossenses. Um espaço negro, pobre, precário, subjugado, sentenciado, discriminado e afrontado durante todo o período de sua existência.

Hoje eu vejo o Clube Treze de Maio como uma forma de resistência, mas antes, ainda criança, eu o via como o meu lugar, pois nele eu podia ser eu mesma, dançar meu samba, usar minhas roupas, participar de concursos e ser convidada para eventos. Neste clube eu me sentia inserida, acolhida e assim foi por muitos anos, desde Carnavais até novembro, na semana da consciência negra.

Eu frequentei o clube por muitos anos, só parei porque a instituição passou a ter cada vez menos eventos, até parecer um clube comum que não evidenciava as questões raciais como antes e isso de certo modo me entristeceu, pois, a referência que eu tive de bailes sociais, foi no Clube Treze de Maio, bem como o meu fortalecimento identitário e valorização de minha cultura.

Eu já me via como negra desde criança, pois desde sempre percebia que era tratada de modo (in) diferente na Escola e em outras esferas; meus irmão tocavam samba toda semana na minha casa, minha mãe me levava pra desfilar na Avenida nos carnavais de rua e meu pai era integrante de Escolas de Samba, assim como eu fui durante anos, inclusive representei uma delas por três anos seguidos no Baile Municipal do Carnaval de Ponta Grossa, mas o berço da minha

negritude foi o Clube Treze de Maio, chamado de “Navio Negreiro” por alguns frequentadores das antigas.

Essa rotulação talvez estivesse relação com a grande quantidade de negros em um local não tão espaçoso ou pelo formato do salão do clube que era retangular e com pouca ventilação, ou até mesmo pela pintura no interior dessa instituição, que corresponde a um navio com pouca luz em um mar de sombras e águas turvas, na ideia de representar o tráfico de escravizados.

Assim sendo, posso dizer que o interesse pela temática surgiu devido a questões pessoais, pois é comum os pesquisadores optarem por temáticas que simpatizam ou se familiarizam. Este trabalho é minha realização pessoal, profissional e de grande valor emocional para mim enquanto militante, historiadora, investigadora e estudiosa da linguagem/analista do discurso.

Ao longo da graduação, foi despertado em mim um interesse em compreender e problematizar a história dos negros nos Campos Gerais e ao longo do tempo percebi que era necessário optar por uma redução da proposta inicial, mas sem alterar sua essência. E logo surgiu a possibilidade de pesquisar sobre população negra em Ponta Grossa, pois a cidade em questão é sede do meu clube, criado por negros que conviveram com o período escravista, e que faz parte da história de grande parte dos negros e negras que residem no município, pois era a única criada exclusivamente para estes sujeitos.

Nós negros pontagrossenses somos quantidade significativa da população local, mas isto não significa muita coisa em termos de política e visibilidade, pois somos lembrados de formas eventuais, geralmente em comemorações ou datas estratégicas (carnaval, treze de maio e vinte de novembro).

Ao iniciar esta pesquisa, percebi que o roteiro que tinha preparado a fim de buscar respostas deveria ser mais abrangente, pois, antes mesmo de começar as entrevistas, me deparei informalmente com depoimentos de membros deste grupo social minoritário que frequentavam a instituição, os quais, embora se identificassem com ela, faziam questão de serem diferenciados de outros negros que também a frequentavam, pois se autodeclaravam diferentes, com mais conhecimentos e recursos. Esta experiência foi muito marcante.

Como negra frequentadora da instituição, eu acreditava nos discursos que tinham sido a mim apresentados desde a infância, de predominância comum e igualitária entre as condições de vida social e econômica dos negros que faziam parte do clube. A percepção que tinha do meu lugar de integrante do Treze de Maio era de uma grande comunidade preta, marcada pela exclusão racial

e financeira cotidiana; uma comunidade que incluía e que não contava com uma estratificação social interna, pois esta simbologia nortearia as práticas sociais do clube.

No ano de 2015, em uma aula de estágio no mestrado, ao me deparar com discursos de um negro bem afeiçoado, com ensino superior e de estrutura familiar diferenciada da dos meus pais, amigos e conhecidos, percebi que o Clube Treze de Maio não era apenas dos menos favorecidos e desprovido de sobrenome, mas era também uma instituição que recebia negros e negras de diferentes condições sociais e que faziam questão de deixar isso explícito desde a primeira conversa.

Minha escolha em olhar para outros negros e negras decorre da possível relação que estes ou seus familiares tiveram em algum momento de suas vidas com o Clube Literário e Recreativo Treze de Maio, instituição que foi o ponto de partida de meu estudo, não apenas por questões culturais, mas por questões de pertencimento, pois antes de pesquisadora, me defino como uma mulher negra que teve sua identidade fortalecida ao longo de pesquisas acadêmicas e vivências sociais atreladas a esse espaço afro-pontagrossense.

## SUMÁRIO

|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>              | <b>12</b> |
| <b>ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....</b> | <b>13</b> |

### CAPÍTULO I

|                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 - A RELAÇÃO ENTRE LETRAMENTO E ORGANIZAÇÕES NEGRAS.....</b> | <b>16</b> |
| 1.1 CLUBES NEGROS NO SUL.....                                    | 28        |

### CAPÍTULO II

|                                                              |           |
|--------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>2 - O CLUBE TREZE DE MAIO – HISTÓRIA E HISTÓRIAS.....</b> | <b>41</b> |
| 2.1 NASCE UM CLUBE NEGRO.....                                | 42        |

### CAPÍTULO III

|                                                       |           |
|-------------------------------------------------------|-----------|
| <b>3 - PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....</b> | <b>53</b> |
| 3.1 REFERENCIAL TEÓRICO.....                          | 53        |
| 3.2 A ESCOLHA METODOLÓGICA.....                       | 58        |
| 3.3 O PROCESSO DE ENTREVISTA E OS ENTREVISTADOS.....  | 69        |

### CAPÍTULO IV

|                                                             |           |
|-------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>4 - IDENTIDADES NEGRAS.....</b>                          | <b>72</b> |
| 4.1 FORMAS DE SOCIABILIDADE E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS..... | 74        |
| 4.2 AS IDENTIDADES DOS SUJEITOS.....                        | 75        |
| 4.3 PARA ALÉM DE UM ESTATUTO.....                           | 80        |
| 4.4 O SIGNO LITERÁRIO.....                                  | 85        |

### CAPÍTULO V

|                                                                    |           |
|--------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>5 - PROCESSO DE TOMBAMENTO &amp; RELATÓRIO DE SENTENÇA.....</b> | <b>89</b> |
| 5.1 TOMBAMENTO TARDIO.....                                         | 89        |
| 5.2 UM CLUBE NEGRO E UMA SENTENÇA.....                             | 92        |

## **CAPÍTULO VI**

|                                                                                                                              |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>6 – “VOU LÁ NO NAVIO NEGREIRO (...)”: DA SOCIEDADE AO CLUBE, FORMAS DE VISIBILIDADE.....</b>                              | <b>103</b> |
| 6.1 PERCEBENDO AS IDENTIDADES NEGRAS.....                                                                                    | 106        |
| 6.2 SIMBOLOGIA E NOMEAÇÕES FESTIVAS.....                                                                                     | 120        |
| 6.3 “SÓ PELO NOME NÓS JÁ SENTIAM UM PRÉ-CONCEITO EM RELAÇÃO AOS FREQUENTADORES. ” A VISIBILIDADE DO CLUBE TREZE DE MAIO..... | 131        |

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

|                                                                                 |            |
|---------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>7- “UM DIA ESPERO QUE O CLUBE TREZE DE MAIO SE LEVANTE AINDA(...)” .....</b> | <b>139</b> |
| <b>8 - REFERÊNCIAS.....</b>                                                     | <b>142</b> |

## INTRODUÇÃO

O tema aqui proposto está inserido no âmbito de trabalhos que tratam das relações étnico-raciais entre negros e brancos e também entre negros e negros. Essas relações são abordadas a partir das vozes de entrevistados negros, visto que estes são os sujeitos principais deste trabalho. O fato de os negros serem os protagonistas desta pesquisa não faz com que as problematizações se limitem a este grupo em questão, mas garante a estes um local de destaque nesta produção.

O ponto de partida dessa pesquisa é o Clube Treze de Maio, pois foi através deste espaço negro que as entrevistas foram construídas e as análises realizadas.

A justificativa deste trabalho ganhou forma após pesquisas bibliográficas anteriores, pois ao buscarmos a história dos negros nos Campos Gerais, em particular dos integrantes do Clube Treze de Maio percebemos uma lacuna historiográfica a ser preenchida em relação a estes sujeitos, pois o clube por vezes é citado, mas nunca é problematizado. Talvez isso esteja relacionado à dispersão documental, que dificulta um pouco o trabalho dos pesquisadores interessados no tema - informação retirada de experiências pessoais vivenciadas com base em pesquisas anteriores.

O objetivo geral desta pesquisa é: analisar como os discursos construídos sobre um clube negro, situado em uma cidade com valores brancos, indiciam as construções das identidades dos sujeitos que dele participam ou participaram. Em relação aos objetivos específicos, podem ser elencados da seguinte forma: buscar quais os espaços, negociações, interdições, silenciamentos, visões e significados atribuídos ao clube pela sociedade local, bem como entender como os frequentadores e os não frequentadores veem o clube; e ainda responder quais os indícios da relação do clube com a sociedade e da sociedade com o clube.

Para atingir os objetivos desse estudo, consideramos os enunciados de nove entrevistados, a fim de saber mais sobre a constituição de redes de conflito entre o espaço recreativo e o município em que está inserido. E assim foi possível perceber como essa rede participa da construção das identidades desses sujeitos negros. Com base nos documentos analisados e nas construções narrativas, a pergunta de pesquisa foi assim estruturada: qual o sentido de um clube negro na cidade e qual sua visibilidade para a população pontagrossense?

Sobre a problemática, esta se efetiva ao pensarmos no “silêncio histórico” enquanto um processo dominador que de certa forma colabora para o enfraquecimento de memórias acerca da presença negra em Ponta Grossa; podemos dizer que este estudo busca se sobressair a esse evento, pois uma de suas características é o querer ouvir, bem como conhecer e entender

de que forma a comunidade negra entrevistada se identifica e quais as suas limitações acerca do processo de construções das diversas identidades negras dentro e fora do clube.

A pesquisa é de natureza qualitativa e se sustenta através dos aportes metodológicos de Minayo (1994), que considera problematizações subjetivas, além de contar com materiais de análises diferenciados, neste caso, desde entrevistas orais até documentos escritos referentes ao clube – Estatuto da instituição; Processo de tombamento e Relatório de sentença. O processo de elaboração de entrevistas também é embasado em Minayo (2001), desde o momento de estruturação de roteiro até o ato de construção das mesmas.

As metodologias de análise aqui utilizadas seguem a linha proposta pelo círculo de Bakhtin (1929/2005) que se atêm às relações dialógicas, comunicação responsiva e polifonias; além desta forma de análise, o método pautado no paradigma indiciário, do historiador Carlo Ginzburg (1990) também se fará presente.

## **ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Este trabalho está dividido em oito partes, sendo Introdução, seis capítulos e Considerações Finais. A Introdução foi construída como uma forma de apresentação da pesquisa, problemática, questionamentos e objetivos, além de fazer uma abordagem sobre a temática discutida e seus desdobramentos no decorrer do trabalho.

O primeiro capítulo, intitulado "A relação entre letramento e organizações negras", tem como objetivo fazer um paralelo entre as entidades negras (recreativas e religiosas) e o processo de alfabetização e letramento dos sujeitos pretos e pardos no período pré e pós-abolição da escravatura. Este capítulo é composto por um subtítulo classificado como: Clubes negros no Sul, que traz uma discussão acerca da abrangência dos clubes negros na região Sul do país, problematizando-os e comparando-os, até chegar ao ponto de partida deste trabalho, o Clube Treze de Maio. Os conceitos discutidos no primeiro capítulo são: Letramento, Irmandades Negras e clubes Negros.

O segundo capítulo tem o seguinte título "O Clube Treze de Maio – História e Histórias"; O mesmo possui um subtítulo assim descrito: Nasce um clube negro. Este capítulo, em suma, trata de fazer um histórico da instituição negra problematizada, que foi elaborado através de informações contidas em fontes orais e escritas. Buscamos fazer breves cruzamentos de informações entre dados políticos e pessoais. Não há discussões conceituais neste capítulo,

porém, há apontamentos históricos acerca da dinâmica de criação da entidade negra, bem como os eventos que a mesma sediava.

O terceiro capítulo é assim descrito: "Perspectivas Teóricas e Metodológicas"; composto pela apresentação do referencial teórico e metodológico proposto pelo Círculo de Bakhtin (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1929/2005; BAKHTIN, 2003), bem como o Paradigma Indiciário, de Carlo Ginzburg (1990). O capítulo integra três subtítulos, são eles: Referencial teórico; A escolha metodológica; O processo de entrevista e os entrevistados. Estes tópicos adicionais correspondem a discussões teóricas que justificam a escolha das correntes utilizadas, bem como uma exposição sobre a viabilidade do método Indiciário em análises de questões discursivas enquanto metodologia possível. Os conceitos discutidos no terceiro capítulo são: Enunciado/discurso, palavra/signo, gêneros do discurso, entrevistas, relação dialógica e método indiciário.

O quarto capítulo é denominado da seguinte forma: "Identities Negras"; volta-se para uma análise sobre o caráter identitário da instituição de estudo, e conta com quatro subtítulos, são eles: Formas de sociabilidade e construções identitárias; As identidades dos sujeitos; Para além de um estatuto; O signo literário. Estas subdivisões buscam fazer uma sistematização que possa nos remeter ao processo de construção e reconstrução das identidades aqui tratadas. Os conceitos discutidos no quarto capítulo são: Identidades negras, o signo literário; além da alusão a alguns dados acerca das políticas de alfabetização no país. O capítulo conta com algumas análises de caráter discursivo documental.

O quinto capítulo é chamado de: "Discursos Oficiais: Processo de Tombamento & Relatório de Sentença", e traz uma análise discursiva documental mobilizando a perspectiva bakhtiniana e o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. Este capítulo apresenta um subtítulo denominado de: Um clube negro e uma sentença; composto por uma análise que se ocupa de um gênero discursivo registrado como um documento de autoria de moradores do entorno do Clube Treze de Maio, datado de 1986, que gera uma sentença para a instituição negra dando origem ao Relatório de Sentença a ser analisado. As discussões deste capítulo são acerca do Processo de Tombamento e do Relatório de Sentença e os conceitos são referente à ideia de Patrimônio Cultural, Dialogismo e Palavra/Signo.

O sexto e último capítulo se atém à materialidade discursiva das entrevistas, entendidas como zona privilegiada de construções das relações dialógicas. Intitulado de: "Vou lá no Navio Negreiro (...)": Da Sociedade ao Clube, Formas de Visibilidade. Neste capítulo se fazem presentes os enunciados dos entrevistados e serão analisados como construções sociais e identitárias que definem de que forma os discursos apontam para uma participação do clube na

construção das identidades dos sujeitos que o frequentavam. Este capítulo é uma produção referente à discussão das construções discursivas de identidades locais e conta com três subtítulos, descritos como: Percebendo as identidades negras; Simbologia e nomeações festivas; “Só pelo nome nós já sentíamos um pré-conceito em relação aos frequentadores” - A visibilidade do Clube Treze De Maio.

Os conceitos discutidos no sexto capítulo são evidenciados através das relações dialógicas presente nos enunciados, vozes e discussões, bem como os signos utilizados pelos sujeitos, simbologia das palavras, gradação de cor e questões identitárias.

E para concluir a exposição sobre a organização da pesquisa, na sétima e última parte desta produção, encontram-se as considerações finais, descrita como: Algumas Considerações, “Um dia espero que o clube treze de maio se levante ainda (...)”, esta é composta por uma discussão que retoma o Clube Treze de Maio como o símbolo da existência e resistência da presença negra em Ponta Grossa, seu papel como nicho propulsor de construções de identidades negras, bem como a preocupação com o futuro desta instituição que é o espaço de referência ao empoderamento negro local. Assim, nosso anseio é de propor conclusões provisórias sobre esta pesquisa, mas não sobre a temática abordada.

## **CAPÍTULO I**

### **A RELAÇÃO ENTRE LETRAMENTO E ORGANIZAÇÕES NEGRAS**

O presente capítulo é construído com base em reflexões teóricas que apontam para o lugar das instituições negras – compreendidas aqui pelas Irmandades Religiosas e clubes negros – no processo de alfabetização, letramento enquanto um conceito recente e a inserção social dos sujeitos negros brasileiros nos períodos pré e pós-escravização.

Este capítulo objetiva: Problematicar o signo letramento e relacioná-lo com o ideal de posituação das identidades negras; situar as Irmandades Religiosas negras como uma das associações precursoras no processo em preocupar-se com a população negra; compreender a intencionalidade dos clubes negros e como se relacionam, especificando os clubes negros no Sul.

Iniciamos com a definição do conceito de letramento, este que durante muito tempo fora amplamente classificado enquanto algo muito próximo do processo/ato de alfabetizar; porém desenvolveram-se uma série de pesquisas e estudos linguísticos que apontaram para as especificidades deste signo, que integra não apenas as práticas de escrita ou leitura, mas uma dinâmica de compreensão e interação social cotidiana que o envolve.

O conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o ‘impacto social da escrita dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita. (KLEIMAN, 1995, p. 15)

Sobre a definição deste conceito tão complexo, podemos dizer que corresponde ao processo resultante das práticas sociais cotidianas que abordam o uso da linguagem escrita e são tão válidas quanto as produções comunicativas desenvolvidas e aprendidas em espaços institucionais. “O letramento envolve a imersão da criança, do jovem ou do adulto no mundo da escrita [...]” (KLEIMAN, 2005, p.10)

Situado como um conceito bastante complexo e que integra a prática da alfabetização, Kleiman coloca que “O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades [...]” (2005, p.22). É um elemento atrelado às práticas do uso da língua escrita e ao processo de percepção, compreensão e interação entre elas e os sujeitos.

Definido como algo heterogêneo, o letramento ocorre de variadas formas dependendo da esfera em que está inserido/situado, bem como do sujeito que está executando a prática de interação com a escrita, pois cada pessoa possui uma carga cognitiva que irá definir seu grau de compreensão e nível de interação com os escritos disponíveis.

O letramento é um modo de considerar as relações sociais em que os sujeitos encontram-se em contato com a língua escrita. É interessante pensarmos nesse processo como uma forma de reconhecer que há espaços não-escolares que contribuem para o exercício de reflexão e construção de conhecimentos dos envolvidos neste processo.

O pensar em letramento implica em reconhecermos que esse conceito se diferencia do ato de alfabetizar no fato de considerar as apreensões coletivas, em que um sujeito aprende com o outro e com o espaço que lhe oferece uma linguagem escrita, que na maioria dos casos é não formal.

Há no processo de letramento uma preocupação em “fazer sentido” para seus participantes, um sentido que vá além da questão estrutural do saber ler, juntar letras e criar palavras; e que tenha como objetivo olhar para as relações sociais que compõem esta construção responsiva.

A leitura e a escrita enquanto práticas sociais são elementos que fazem parte da vida dos indivíduos sujeitos desta pesquisa, pois foram entrevistados devido a suas relações com um clube literário e que pode ser visto como um exemplo de espaço de letramento.

O Clube Treze de Maio foi criado como uma sociedade literária, que segundo o seu estatuto (analisado nos próximos capítulos), prezava pelas práticas de leitura dos seus frequentadores que eram predominantemente negros, porém, nos discursos dos sujeitos entrevistados não encontramos indícios de que a prática literária fosse comum no clube.

Isso talvez esteja atrelado ao fato de que “As relações do negro com a leitura se estabelecem na voz e não no texto, nas representações feitas nos discursos sobre ele — sua cor, sua condição social, sua capacidade intelectual. ” (MOYSÉS, 1995, p.54); e isso era feito no clube.

O pensarmos em um clube negro com uma denominação que o evidencia como literário é considerar que a instituição buscava uma (re) construção identitária ideológica e social que poderia reorganizar o seu lugar na sociedade local e atribuir aos seus frequentadores novas formas de serem vistos, pois “[...] todas as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder numa sociedade. ” (KLEIMAN, 1995, p. 38)

O signo “literário” na atualidade está relacionado a conhecimento, cultura e erudição, pois “ De todas as competências culturais, ler é, talvez, a mais valorizada entre nós. Em nossa sociedade, a presença da leitura é sempre vista de maneira positiva e sua ausência de maneira negativa” (SOUZA, 2009, p.101); afinal, hoje sabemos que o saber ler é crucial para o desenvolvimento de quase todas as práticas sociais, logo devemos pensar no papel deste ato no

final do século XIX no Brasil, período em que os vários clubes negros, com caráter formativo, foram criados.

O histórico nacional evidencia o quão complexo foi o desenvolvimento das práticas de alfabetização e letramento no país. A autora Sarita Afonso Moysés em seu texto *Literatura e história Imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX* (1995) traz alguns aspectos que remontam o cenário do país no movimento de transição entre a cultura oral e escrita. A mesma expõe que:

Construída por negros, ágrafos e iletrados, e por brancos, iletrados e letrados — com a difusão de ideias liberais e republicanas, vindas principalmente da França, na formação de uma nação livre e homogênea —, a sociedade brasileira se vê defrontada não só com as oposições senhor/escravo que a estruturam, mas com as articulações entre as diferenças e as dependências que configuram as suas práticas culturais. (MOYSÉS, 1995, p. 53)

As práticas culturais brasileiras buscavam se igualar aos modelos europeus em alguns aspectos, no entanto o caminho percorrido para mudanças significativas em âmbito educacional foi sinuoso e de grande fragilidade, visto que não congregava e nem foram pensadas para toda a população. Os sujeitos negros e brancos pobres ainda se mantinham afastados de determinadas práticas de aprendizado.

Ao pensar em alfabetização negra no Brasil devemos considerar que esta fora marcada por um processo de exclusão consentida por parte da administração pública nacional, pois a não permissão da entrada dos negros nas escolas foi um ato legal e estrategicamente situado, sobre isso Moysés (1995, p. 53) explica que “As proibições de educação e de acesso ao conhecimento para os negros, por sua exclusão na Constituição Imperial de 1824, ainda perduram, em meados do século XIX (...)” e é nesta longa restrição que as instituições e entidades negras se constroem.

A fim de fazer uma relação entre o histórico do Brasil – país o qual a educação fora durante longos anos negada para a população negra – processo de letramento e o Clube Treze de Maio, podemos dizer que esta instituição negra estava posta como um espaço educativo não escolar e que foi criada com a finalidade de incluir e evidenciar os negros pontagrossenses através de práticas de leituras que até o momento da criação do clube eram exclusivamente brancas e elitistas.

Trataremos a instituição analisada enquanto uma forma de sociabilidade negra que foi construída sobre os alicerces de práticas de letramento que visavam valorizar os sujeitos que a frequentavam, pois, os responsáveis pelo clube reconheciam a leitura e as práticas literárias como um aparato de empoderamento, capaz de ressignificar suas vivências estigmatizadas. E assim, nos apropriando das palavras de Sarita Moysés, na presente pesquisa, “Pretende-se

discutir as rupturas nos sistemas de representações, derivadas da condição escrava e pelo qual os grupos de homens e mulheres negros se orientam, por disposições específicas, na apreensão do mundo e do conhecimento. ” (MOYSÉS, 1995, p.54)

Sabemos que assim como na atualidade, no passado, a prática de leitura e a construção de um espaço de letramento não era garantia de uma reconstrução identitária para os sujeitos negros, pois,

Ser leitor branco difere do ser leitor negro, pois, para este, o modo de ser leitor inscreve-se em um duplo percurso, que não favorece a sustentação de sua identidade de leitor. Por um lado, têm-se a representação de que, como inferior e selvagem, deve tornar-se civilizado para ser leitor. (SOUZA, 2009, p.10)

A colocação da autora ilustra a dualidade em que a população negra estava (em alguns casos ainda está) inserida, visto que as práticas literárias, a habilidade de leitura e de escrita nem sempre foram pensadas para este grupo racial. É como se o ser negro e o ser letrado fossem categorias de classificação sociais que não se relacionam.

Deste modo, há grandes possibilidades do clube negro enquanto um espaço literário, ser visto na época de sua fundação, pela população não negra como uma esfera contraditória, pois as habilidades/capacidades de ler/escrever não era (nem nunca fora) de fato para este grupo marginalizado.

O Clube Treze de Maio foi criado logo após a “liberdade” dos negros no Brasil, momento em que o país não estava preparado para romper com antigas estruturas dominantes e acolher os sujeitos negros em esferas públicas, isso explica a entrada tardia dos sujeitos negros em instituições escolares, por exemplo.

A criação de um clube negro que prezava pelos ideais formativos de um grupo minoritário pode ser considerada, para a época, um processo de inversão dos valores dominantes, pois havia na iniciativa de criar esta instituição um propósito de autonomia que concebia os negros enquanto sujeitos capazes de aprender, dialogar e ensinar, como será mostrado nas páginas a seguir através da análise do estatuto do clube.

Ao olharmos para este clube como um espaço de formação é possível “[...] compreender os diferentes caminhos para entrever os processos de letramentos empreendidos por diferentes grupos sociais e culturais. ” (SOUZA, 2009, p.11)

Podemos considerar a busca por um espaço que valorizasse as identidades negras com base em práticas literárias como indício de um processo de embranquecimento desses sujeitos, pois este grupo racial certamente compreendia que a elite dominante era branca, logo as práticas

sociais brancas também o seriam, afinal, “Para ser leitor, é necessário embranquecer ” (MOYSÉS, 1995, p.54). Assim, se apropriaram das práticas literárias como uma tentativa de se (re) estabelecerem na sociedade.

E sobre o embranquecimento, não devemos desconsiderar o processo de intercruzamento de culturas que perpassa o universo afrodescendente e é movido por relações políticas e sociais e sobre a posição dos negros dentro da dinâmica identitária cultural cotidiana, de construção, produção, rompimentos ou trocas. Souza (2009) coloca que, no Brasil,

[...] O segmento negro por vezes silenciado, mas não passivo, permanece trabalhando nos espaços às margens, posição tática para que os “*golpes astutos*” (CERTEAU, 1994) possam ser dados em momentos propícios, pois nem sempre se é fraco, e nem sempre se é forte. (SOUZA, 2009, p.12)

Os sujeitos negros têm se mostrado incisivos em lutas cotidianas e têm sido resistentes desde o período que antecedeu a abolição, pois não foram passivos com suas condições de escravizados. E o Clube Treze de Maio é a prova deste caráter ativo da população negra, que embora fragilizada, conseguiu encontrar na lei de Abolição da escravatura, um “momento propício” para se firmar enquanto comunidade negra letrada.

Uma comunidade negra letrada em Ponta Grossa é sem dúvida algo que não entra em harmonia com a história da cidade, pois o município raramente admite que há um percentual significativo de negros em seus limites territoriais; mas o fato é que há negros em Ponta Grossa e que no passado, grande parte de seus ancestrais buscava por meio da leitura e da escrita uma “liberdade” social, e o Clube Treze de Maio aparece como o agente norteador desta proposta.

O caráter literário desta instituição será problematizado considerando que “ Os espaços de produção e circulação culturais, onde o lugar de produção da palavra do indivíduo negro se estabelece pelas tensões com o mundo do trabalho redefinido pela Abolição e por outras relações de dependência com seu grupo social. ” (MOYSÉS, 1995, p.54)

Após a abolição, no Brasil havia uma série de ações e instituições que se preocupavam com a alfabetização dos sujeitos negros no país e isso ocorria nos mais variados espaços, entre eles igrejas, sociedades recreativas e outros.

Com base em influências externas, mais especificamente europeias, ocorre no Brasil “O projeto de uma sociedade letrada, a valorização da leitura como sinal de instrução e como forma de socialização, em meados do século, são valores que percorrem essa sociedade. ” (MOYSÉS, 1995, p.57); mas esse projeto ainda não incluía os negros, até porque:

O modo de ser desse leitor negro inscreve-se em duplo percurso: aquele que, originado de uma representação literária, o faz ver-se como um selvagem, inferior, e que deve se transformar em civilizado para conseguir ser leitor, e aquele que, vindo da oralidade, da leitura ouvida, cria um pré-saber da escrita, mas não o leva a uma identificação com a leitura, com o ser leitor. (MOYSÉS, 1995, p.60)

A construção de um leitor negro era algo que ainda estava caminhando a passos muito lentos no momento de criação do Clube Treze de Maio em Ponta Grossa, afinal, não havia muitas possibilidades e tampouco oportunidades para que os participantes deste clube tivessem de forma imediata um contato com o universo da escrita para si, visto que a “liberdade” de ler e discutir sobre, era algo muito recente para esse grupo racial que tiravam informações através da cultura da oralidade de suas rotinas diárias.

O espaço aqui problematizado é uma instituição criada por negros e para negros, porém, quando pensamos no caráter deste clube e na sua intencionalidade, precisamos elencar que havia outras instituições que tiveram um papel semelhante e significativo no processo de alfabetizar e letrar uma série de negros brasileiros.

Assim, “Neste contexto, ressaltamos o papel das entidades negras que forneciam o amparo social necessário a essas populações, pois algumas escolas negras chegaram a ser criadas por elas.” (REIS e SILVA, 2010, p.25)

Além das sociedades recreativas, o Brasil contava com organizações religiosas que se mostravam dispostas a inserir os negros na sociedade: “Entre as instituições em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma, destacam-se as confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção de santos católicos. Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua.” (REIS, 1996, p.4)

Dentre estas estavam as Irmandades do Rosário, que oferecia amparo para os integrantes em vários segmentos. Sobre esta, podemos dizer que “[...] marcava, sob muitos aspectos, a vida cotidiana de seus membros, e de toda a população de origem africana, sejam livres, libertos ou cativos no Brasil do século XVIII [...]”. (SIMÃO, 2010, p.69)

E a fim de problematizarmos alguns aspectos sobre as Irmandades do Rosário e trazer a relação destas com o processo de letrar os sujeitos negros brasileiros, faz-se necessário discutirmos e apontarmos quais eram as características e funções das irmandades religiosas no Brasil, assim é possível dizer que:

A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. (REIS e SILVA, 1996, p.4)

Essas organizações estavam postas como um modo não apenas de amparar os negros, mas ainda como um espaço que lhes proporcionava uma ideia de pertencimento e até de compreensão acerca de seus lugares na sociedade da época, visto que não podemos desconsiderar o caráter racial das mesmas. E sobre isso, Reis e Silva explicam que

Muitas fizeram as vezes de corporações profissionais típicas do antigo regime. Algumas poucas abrigavam a nata da sociedade, a "nobreza" da Colônia, os senhores de engenho, altos magistrados, grandes negociantes. Mas o principal critério de identidade dessas organizações foi a cor da pele em combinação com a nacionalidade. (REIS e SILVA, 1996, p.5)

Ao fazermos uma comparação entre o Clube Treze de Maio e a irmandade religiosa do Rosário, notamos que o fator identitário, de raça e pertencimento era algo comum para as duas instituições, além do compromisso de alfabetizar e letrar, que também era uma prática presente nas duas instituições sociais.

Segundo Reis (2010), a participação da Igreja, bem como das irmandades foi de suma importância no processo de escolarização das camadas negras e imigrantes, pois esta instituição mantinha escolas particulares para os sujeitos pertencentes às camadas mais fragilizadas da população.

Não há muitos registros que apontem para o papel das irmandades do Rosário como instituição responsável pelo processo de alfabetização e letramento dos sujeitos negros pontagrossenses, talvez até pelo período de fundação da cidade, que é de 1823, momento em que as irmandades já somavam espaços com outras entidades recreativas, beneficentes ou sociedades negras que tinham propósitos semelhantes para/com a comunidade preta e parda brasileira.

De acordo com Simão (2010), há registros de 70 irmandades em louvor a Nossa Senhora do Rosário no período de 1763 a 1801 no país; e ao buscarmos pistas e sinais acerca da relação do Clube Treze de Maio aqui estudado com essa comunidade religiosa, temos no processo de tombamento do clube a informação a seguir: “O imóvel que abriga o “Clube 13 de Maio” está situado na Rua Gal Carneiro nº 1069, no bairro Corrientes, cujo terreno fora adquirido pela Irmandade do Rosário no século XIX, onde construíram a Igreja do Rosário e o Clube 13 de Maio.” (COMPAC, 2001)

Ao seguirmos mais detalhes sobre o papel da irmandade do Rosário em Ponta Grossa, não encontramos muitos registros sobre as ações desta organização para os sujeitos negros. A única informação que pôde nos trazer pistas da atuação desta irmandade negra na cidade de Ponta Grossa é um *Ofício de envio de cópia de compromisso*, que trata da receita sobre as

despesas desta Irmandade na cidade em questão. Este documento está disponível no acervo do arquivo público do Paraná e é datado de 1858.

Figura 1- Ofício de envio de cópia do compromisso e conta da receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Ponta Grossa (PR). Ano 1858.

Arquivar em ofício a tomar  
as comp. notas

*Offício*

343

70001 IRM 29.29

Honra da Irmandade de Nossa Senhora do  
Rosário da Villa de Ponta Grossa encia a V.ª S.ª a  
cópia do compromisso pelo qual a mesma de  
treze e cinco lances encia a conta da receita  
filipina, sempre mais fizesse a V.ª S.ª  
a Irmandade das suas. Ultimamente mais  
sua tem uma proposta. Supra com provedor  
de treze e quatro de achas. Supra fizesse a  
trinta e quatro e mais de treze fizesse a  
quella e hora é o quanto a mesma tem de le-  
var ao compromisso de V.ª S.ª agora.

Des. João de Deus em 12 de Setembro de 1858. Ponta Grossa

*Offício*  
Des. João de Deus em 12 de Setembro de 1858.  
Des. Sebastião de Jesus



Francisco Sebastião de Jesus

Thamara

Tristão de Jesus

Procurador

Tristão de Jesus

Tristão

O documento traz uma prestação de contas que nos permite concluir que houve uma efetiva participação desta irmandade em Ponta Grossa e que a mesma foi fundada na cidade, na segunda metade do século XIX. O documento não aborda as atividades que a irmandade realizava e nem o seu público de fato. A fim de encontrar mais dados, seguimos para páginas eletrônicas locais, bem como uma busca por trabalhos sobre esta igreja na cidade, e os resultados são descritos a seguir.

Nos sites visitados há desencontros de informações sobre as datas de fundação da igreja. O site da prefeitura municipal de Ponta Grossa registra que a igreja do Rosário foi “No início, em 1869[...] uma igreja simples e modesta, em estilo colonial jesuítico, mantida pela Irmandade do Rosário e bastante frequentada por escravos. ” (PMPG, p.1). Porém, não se tem com precisão a data de fundação da mesma.

Outra página eletrônica consultada foi a da Diocese da cidade, em que a Paróquia Nossa Senhora do Rosário tem sua história assim descrita:

Em 1898, Ponta Grossa, contava com uma população aproximadamente de 5.000 (cinco mil) habitantes, e, entre as cinco capelas que a Paróquia de Sant`Ana possuía, uma denominava-se Nossa Senhora do Rosário. A primitiva capela, ampliada e reformada, serviu de Matriz da terceira paróquia criada na cidade de Ponta Grossa, desmembrada das Paróquias de Sant`Ana e de São José. (Diocese de Ponta Grossa, 2008, p.1)

Esta informação é muito vaga e não se atém à data de criação da igreja, logo, torna-se cada vez mais difícil entendermos se o terreno em que o Clube Treze de Maio fora construído foi de fato doado pela irmandade do Rosário.

O site da Diocese de Ponta Grossa, ao discorrer mais sobre o histórico da igreja, coloca que a criação da paróquia aconteceu em 31 de janeiro de 1942; porém, esta informação pode ser correspondente à criação da paróquia atual enquanto unidade reformada, afinal, em meio a contradições explicativas, o site esclarece que “Em 1942, começou a campanha para a construção da Nova Matriz de Nossa Senhora do Rosário. ” (Diocese de Ponta Grossa, 2008, p.1)

Outro site explorado corresponde à Congregação do Verbo Divino e neste temos o seguinte discurso sobre a instituição religiosa:

Em 1852, alguns moradores devotos de Nossa Senhora do Rosário, se uniram para construir uma capela em sua homenagem. Em muitas cidades brasileiras, Nossa Senhora do Rosário, era muito venerada pelos escravos, mas em Ponta Grossa o número deles era pequeno, e na maioria, viviam nas fazendas muito distantes da Vila, por isso nada tiveram que ver com a construção da pequena capela. Ainda assim,

depois desta estar concluída, escravos moradores na Vila tiveram permissão de seus donos, para frequentá-la. (SVD, 2015, P.2)

E com base nessas informações, temos a probabilidade de que a igreja pode ter sido construída entre 1852 e 1869, período em que a Irmandade religiosa Nossa Senhora do Rosário já estava consolidada na vila de Ponta Grossa, conforme evidenciou o ofício já apresentado.

Até aqui é possível dizermos que provavelmente a igreja do Rosário em Ponta Grossa é datada da segunda metade do século XIX e que se de fato dividiu terreno com o clube negro aqui problematizado, não podemos afirmar, pois não há pistas que comprovem isso.

Atualmente a igreja do Rosário está localizada na Rua Senador Pinheiro Machado, número 51, no Centro da cidade. Enquanto a atual sede do Clube Treze de Maio encontra-se na Rua Gal Carneiro nº 1069, construída em 1936. Endereços centrais, mas não tão próximos a ponto de serem unificados.

Ao problematizarmos os indícios desta relação entre igreja e clube negro, não há como descartar o caráter da Irmandade que regia esta igreja, pois era uma organização que acolhia os sujeitos negros no país; logo, em Ponta Grossa não seria diferente, talvez as pessoas que organizaram estas informações acerca da relação entre estes dois espaços tenham percebido esta interação e suposto que isso teria de fato acontecido, na tentativa de preencherem as lacunas sobre a história da população negra em Ponta Grossa e organizarem o Processo de Tombamento do Clube Treze de Maio o qual traremos nos próximos capítulos.

E conforme já elencado, não há registros que apontem para a veracidade desta afirmação, pois os depoimentos orais, fontes sobre a história do clube e demais informações nos trazem pistas divergentes desta colocação. É o caso do certificado de registro do imóvel que sedia o clube que apresenta as seguintes informações:

[...] Um terreno com quinhentos metros de frente para a rua Gal. Carneiro, desta cidade, por vinte e sete metros e cinquenta centímetros de fundos, sem benfeitorias; transcrição anterior não consta; figurando como adquirente: - SOCIEDADE: 13 de MAIO, com sede nesta cidade; e como transmitente: - JOSE DOMINGUES GARCIA e sua mulher, domiciliados nesta cidade; conforme escritura particular de compra e venda passada em 25 de junho de 1.921; - Pelo valor de oitocentos mil reis 800\$000; Condições pura e simples: - CERTIFICO, mais que ao lado consta o seguinte:- Certifico a requerimento e de acordo com o diário Oficial do Estado nº1.344 e 3-3-36, que a sociedade 13 de Maio proprietária do imóvel a ele se refere esta transcrição[...]

Este documento contém indícios de um processo de transferência de registro de imóvel de pessoa física para uma sociedade jurídica, compreendida pela instituição negra aqui estudada.

Este enunciado pertence a uma esfera pública, corresponde a um Certificado. Com base na leitura desta construção discursiva não podemos afirmar que o terreno em que o Clube Treze de Maio encontra-se situado foi adquirido pela irmandade do Rosário, pois não temos esta informação no certificado de transferência do terreno.

O que pode ter ocorrido é que a irmandade do Rosário talvez tenha colaborado para a consolidação do clube negro em outros momentos e contribuído para que uma das primeiras sedes da instituição negra fosse construída, pois a atual sede do clube não é a primeira e única desta sociedade recreativa, visto que o mesmo já contou com sede em outros espaços e consequentemente em outros terrenos.

O Clube Treze de Maio é um dos poucos com caráter negro que ainda encontra-se em funcionamento na região dos Campos Gerais. Isso não quer dizer que não existiram outros clubes negros na região, pois nem há como afirmar isto. Em Ponta Grossa há outro clube chamado de Democrata, o qual muitos afirmam que foi fundado por homens negros, porém, não temos fontes sobre esta informação. Santos e Waldemann (2006) fazem menção a esta possibilidade na obra *“Um pouco dos cem anos (1905-2005) em que o Clube Democrata marcou Ponta Grossa e os Campos Gerais.”*

O recorte espacial desta pesquisa é a cidade de Ponta Grossa e certamente a influência dos demais clubes negros do país contribuíram para a construção da instituição negra aqui remetida como precursores e modelos de possibilidades de criação de novas sedes.

Não é possível quantificar com precisão o número de clubes negros que existiram no país, pois há uma imensa precariedade acerca da organização de documentos que apontem para uma reconstrução das histórias destes espaços negros e grande parte dos frequentadores das instituições que se acabaram já são falecidos, tornando cada vez mais difícil trabalhar com discursos orais.

O pensarmos na dificuldade em coletar registros, buscar documentos e analisar discursos sobre as demais instituições negras que permearam o Brasil no passado se relaciona com a colocação de Reis (2010), quando o mesmo explica em sua pesquisa sobre a educação das crianças negras, que se deparou com o que ele considera um “racismo historiográfico”, não apenas pela ausência de materiais, depoimentos ou informações, mas porque essa história pode também ser vista como um campo não consolidado.

O pensar nas irmandades negras e demais sociedades literárias ou recreativas com interesses semelhantes e que tinham como propósito evidenciar, inserir ou reinserir os negros na sociedade, implica em discutirmos a influência destas em âmbito nacional e como isso se repercutiu na região Sul do país, local que o Clube Treze de Maio está situado.

Conforme já dito, ainda não pudemos quantificar em esfera nacional essas sociedades negras que se encontram em funcionamento, por uma série de fatores sociais, políticos e históricos, mas isso não quer dizer que no futuro esses dados não estejam disponíveis, já que no ano de 2011 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) organizou um edital com a chamada pública inscrita no número 01/2011 com propostas “ Para seleção de projetos que visem a execução de mapeamento dos clubes sociais negros do Brasil por meio de convênio ou termo de cooperação técnica, a ser firmado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da presidência da república.” (SEPPIR, 2011, p.1)

A proposta foi registrada no dia 04 de agosto de 2011 e foi criada com o amparo do Programa de Ações Afirmativas para Igualdade Racial, porém, esta iniciativa buscava fazer o mapeamento dos clubes negros nas regiões Sudeste e Sul do país, o que segundo o IPHAN, teria como produto final, um livro sobre as informações levantadas.

No entanto, considerando que o edital só previa o levantamento do Sul e Sudeste, talvez leve mais um tempo para que tenhamos informações sobre a totalidade dos clubes negros no Brasil. Mas, enquanto isso não ocorre, fizemos uma pesquisa bibliográfica a fim de compreendermos, embora de forma ampla, quais eram os espaços de sociabilidade negra na região Sul do Brasil.

## 1.1 CLUBES NEGROS NO SUL

A região Sul do País corresponde aos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Os três Estados são considerados erroneamente como os mais brancos do país, porém, ao analisar e problematizar os dados do último censo do IBGE a revista *Raça Brasil* (2014) afirma perceber que a região Sul não é tão branca assim, pois o Rio Grande do Sul conta com mais de 18% de negros em seus limites territoriais, enquanto Santa Catarina possui uma população de 13,9 % de negros em suas dependências. O Paraná tem uma população negra (declarada) de 28% de habitantes.

A reflexão sobre quantidade de negros na região Sul na atualidade é importante para que possamos fazer uma ligação com o lugar desta região do país no passado escravista, pois os números apontados na atualidade desestabilizam o equívoco de que no Sul a presença negra é muito pequena.

A presença negra nesta região pode ser observada através das instituições negras que já existiram ou ainda existem nestes três Estados. Sobre estas, olharemos agora para os clubes

negros que foram objeto de estudos de pesquisadores e estudiosos interessados na temática em questão.

Podemos começar pelo Rio Grande do Sul, o segundo Estado autodeclarado mais negro da região, temos uma série de produções historiográficas que recontam a presença negra no Estado através dos clubes negros. Em Pelotas (RS) as sociedades negras desvinculadas da igreja são elencadas por Silva (2011) em seu artigo *Associativismo Negro em Terras Sulinas: Das Irmandades aos Clubes para Negros em Pelotas (1820-1943)*. A autora coloca que na cidade de Pelotas

Havia associações voltadas para o grupo negro em geral – como a Feliz Esperança, surgida em 1878, que aceitava escravos em seu quadro associativo – e as voltadas para parcelas daquele grupo de acordo com a qualificação profissional – como as beneficentes Fraternidade Artística, fundada por artesãos negros em 28 de outubro de 1880, e a Harmonia dos Artistas, fundada em 1881. (SILVA, 2011, p.4)

É possível observarmos o período de criação destas instituições. A primeira mencionada pela autora é de 1878, dez anos antes da abolição da escravatura e ainda assim os sujeitos negros conseguiram consolidar uma instituição como uma sociedade que segundo a autora “[...] Surgiu do objetivo de adquirir fundos para a libertação dos escravos, por meio de apostas na loteria. ” (SILVA, 2011, p.4)

Outro aspecto relevante desta sociedade foi que a mesma “[...] caracterizou-se como a primeira associação aberta a negros que manteve aulas, as quais eram administradas à noite, visando o atendimento aos trabalhadores negros ” (SILVA, 2011, p.4). Assim, podemos dizer que a sociedade Feliz Esperança, que mais tarde (1880) é denominada de Sociedade Beneficente Feliz Esperança, tinha uma preocupação com a liberdade dos escravizados e com o processo de inserção deste na sociedade, o que se relaciona com as perspectivas dos fundadores do Clube Treze de Maio de Ponta Grossa, que também tinham essa preocupação educacional formativa.

Silva (2011) coloca que há estudos de Loner que apontam para o possível fato da Sociedade Beneficente Feliz Esperança ter se mantido em funcionamento até 1917 e que depois essa instituição pode “ter sido absorvida pelo clube social negro Depois da Chuva” (LONER apud SILVA, 2011, p.4).

É interessante pensarmos que esses clubes negros elencados foram criados na cidade de Pelotas no período que antecedia a abolição assim como a Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade e o chamado Centro Ethiópico, que se fortalece após a abolição.

Considerando este recorte temporal, Silva (2011) dá continuidade aos seus escritos citando outras sociedades negras que se consolidaram em Pelotas no pós-abolição. A autora aponta que:

Entre essas organizações se destacaram os Cordões especificamente voltados aos negros – Depois da Chuva (19/2/1916), Chove Não Molha (26/2/1919), Fica Aí Pra Ir Dizendo (27/01/1921), Quem Ri de Nós têm Paixão (1921) e Está Tudo Certo (1931) – e a Liga de Futebol Independente José do Patrocínio. Dessas organizações, apenas os clubes Fica Aí e Chove Não Molha mantêm-se em funcionamento atualmente. (SILVA, 2011, p.8)

A autora também explica que os chamados cordões, eram organizações sociais que percebiam o processo que excluía os negros das demais formas de sociabilidade locais: “Os Cordões serviam como reduto da raça negra, fruto da discriminação vigente na cidade que impedia a participação de negros nos demais clubes sociais, tidos como clubes de branco” (Silva, 2011, p.8).

Os clubes negros, bem como os Cordões, eram instituições negras pelotenses que foram influenciadas pelos movimentos de fortalecimento de identidade negra que vinham se consolidando em cidades maiores, como a Frente Negra Brasileira (FNB), criada no ano de 1931 em São Paulo, que passa a ser modelo de inspiração para a criação de Frente Negra Pelotense (FNP) que segundo Silva (2011), foi criada entre 1933 e permaneceu até 1937.

Ainda do Estado do Rio Grande do Sul, a cidade de Santa Maria também contou com um clube negro em seus limites citadinos, denominado de Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio. Esta instituição funcionou no espaço do atual Museu Treze de Maio que fora fundado no ano de 2001 com fins de preservação patrimonial.

Sobre este local de sociabilidade negra, as autoras Zanini e Weber evidenciam que o clube é datado de 1903 e fora “[...] Criado pelos ferroviários negros da cidade de Santa Maria que eram impedidos de frequentar os clubes dos brancos”. (2014, p.45). Essa colocação aparece como forma de justificativa de criação destas instituições de caráter negro e se faz presente em várias instituições negras do país.

O Rio Grande do Sul também conta com a história do Clube Tabajara, que têm suas memórias históricas registradas no município de Encruzilhada do Sul. Em relação a este clube, a autora Hermann (2011) discorre que:

Tal agremiação apresenta como singularidade o fato de ser um espaço constituído por e para a população negra do município, uma vez que na época de sua fundação, em 1949, os negros eram constrangidos a não frequentar os outros clubes existentes na

cidade, bem como participar dos blocos carnavalescos destes. (HERMANN, 2011, p.153)

O Clube Tabajara, assim como o Clube Treze de Maio em Ponta Grossa, ainda encontra-se em funcionamento e essa não é a única característica que as duas instituições têm em comum, afinal, ambas as instituições negras possuem uma ligação significativa com escolas de samba locais, como será visto no capítulo VI.

Sobre essas observações, Hermann (2014) coloca que a cidade sede do Clube Tabajara tinha seus carnavais movimentados pelos clubes sociais, que organizavam desfiles e faziam bailes em suas dependências; na década de 1980 cada instituição recreativa de Encruzilhada do Sul passa a criar sua Escola de Samba, deste modo “[...] A Escola de Samba Mocidade Independente, em 1985, fomentada por um grupo de amigos frequentadores do Clube Tabajara que conceberam a ideia de “mostrar que os negros também podem se organizar e fazer um carnaval bonito” [...]” (HERMANN, 2014, p. 153)

O trecho em destaque dentro da citação da autora corresponde ao enunciado de um informante e com base na fala deste sujeito observamos não apenas a relação entre comunidade negra e raízes culturais atreladas ao samba, mas ainda o ideal de valorização dos sujeitos negros envolvidos neste processo de organizar seus carnavais, bem como uma forma de autonomia para este grupo racial.

Outro aspecto que notamos como semelhante entre o Clube Tabajara e o clube problematizado é a situação dos mesmos na atualidade, afinal os dois espaços negros não desenvolvem atividades com frequência em suas dependências, sendo as mais comuns em períodos carnavalescos. Quanto ao Clube Tabajara, a autora explica quais as possíveis causas desta realidade:

[...] com o advento de leis que criminalizam a discriminação racial. Os clubes do Comércio e Encruzilhadense tiveram que abrir suas portas para toda a comunidade encruzilhadense. Tais fatores combinados fizeram com que o Clube Tabajara, hoje, se encontre praticamente fechado, raramente promovendo eventos festivos, mesmo no carnaval, restringindo sua participação no cenário carnavalesco da cidade. (HERMANN, 2011, 154)

Até aqui compreendemos que os clubes negros tiveram um lugar significativo no Rio Grande do Sul e além dos já elencados, Jesus (2005) faz uma pesquisa que explora de modo detalhado a trajetória de duas instituições que marcaram as vivências dos sujeitos pretos e pardos da cidade de Porto Alegre, a capital do Estado já referido.

Jesus (2005) tem como objeto de pesquisa os clubes Satélite Prontidão (1902) e Floresta Aurora (1872). Sobre o funcionamento de ambos, a autora destaca os carnavais destas duas instituições, o bom comportamento dos associados perante a sociedade local; e o desejo de ascensão dos negros frequentadores destes espaços.

Sobre o Clube Satélite e Prontidão temos a informação de que “Mesmo passando por dificuldades financeiras, a Sociedade Satélite Prontidão mantinha à disposição dos associados, e da comunidade que necessitasse, alguns serviços como cursos gratuitos de ensino primário ministrados por componentes do “Departamento Intelectual” ” (JESUS, 2005, p. 48).

Essas colocações se relacionam com outras instituições negras já citadas, inclusive com o Clube Treze de Maio, pois este também já enfrentou períodos de fragilidade econômica. Outro aspecto que aproxima as duas sociedades negras é a preocupação destas com a formação dos associados, visto que uma disponibilizava serviços como cursos gratuitos de ensino primário, enquanto outra dispunha de uma biblioteca em suas dependências.

Há também mais um elemento em comum entre o Clube Treze de Maio e a Sociedade Satélite prontidão, o fato de ambos possuírem organizações internas coordenadas pelas mulheres em suas atividades. O Clube Treze de Maio contava com o “Grêmio Saudades da Primavera” enquanto o Clube Satélite prontidão sediava a “Sociedade Vanguardreira Prontista”. Essas organizações eram responsáveis pela criação e organização de ações voltadas para as mulheres negras das instituições, reuniões, festas e encontros.

O segundo clube problematizado, situado em Porto Alegre, é denominado de “Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, a mais antiga associação negra da cidade”. (JESUS, 2005, p. 52). Essa instituição foi criada com o objetivo de “amparar” as famílias dos associados negros em casos de falecimento de parentes próximos. Visto como um clube de elite, este desenvolvia grandes e variados eventos em seu espaço.

O Clube Floresta Aurora ainda encontra-se em atividade e ao longo de sua existência passou por quatro endereços diferentes, movimentação semelhante ao Clube Treze de Maio, que teve sua sede em quatro locais diferentes até se fixar no atual endereço.

Ao buscar maiores informações sobre os demais clubes negros no Rio Grande do Sul, nos deparamos com os escritos de Escobar (2010), nos qual a autora discorre sobre os clubes sociais negros como lugares de memórias, bem como de resistência negra no Brasil.

Sobre o Estado do Rio Grande do Sul, Escobar (2010) coloca que em Venâncio Aires o Clube “Négo Foot Ball Club” era uma instituição de caráter negro, assim como a Sociedade Cultural e Beneficente Rui Barbosa (1968), localizada em Canoas; Sociedade Harmonia (1971), de Caçapava do Sul; Sociedade Cultural e recreativa José do Patrocínio, na cidade de Júlio de

Castilho; Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, em Santa Maria; Sociedade Floresta Montenegrina (1916), do município de Montenegro.

Os clubes Estrela do Oriente e Rancho Carnavalesco Braço é Braço, da cidade de Rio Grande; Sociedade Visconde do Rio Branco, em Passo Fundo; Clube José do Patrocínio, localizado em Osório, também permearam as relações étnico-raciais no Rio Grande do Sul, e pra ser mais exato, podemos dizer que este Estado “[...] É a maior expressividade deste segmento, com 53 Clubes Sociais Negros, mapeados e cadastrados pelo Museu Treze de Maio de Santa Maria, através de pesquisa realizada no período de 2006-2009.” (ESCOBAR, 2010, p.74)

Ao continuarmos a busca por clubes negros na região Sul do país, seguimos pistas que remontem a existência dessas instituições no Estado de Santa Catarina e além dos escritos de Escobar (2010), que menciona o Centro Cívico Cruz e Souza (1918), localizado na cidade de Lages, encontramos a produção de Petrônio Domingues (2011) que faz referências aos seguintes espaços; Clube Recreativo Brinca Quem Pode; União Recreativa 25 de Dezembro (1930); Flor da Mocidade, Flor do Abacate, Tiramão, situados em Florianópolis; e também a de Júlio César da Rosa Rosa (2011) que evidencia a Sociedade Recreativa Cruz e Souza, bem como a Sociedade Recreativa União Operária, criadas em Laguna; Clube União Operária, com sede em Criciúma; Clube Instrução e Beneficência (1889), em Joinville .

Petrônio Domingues (2011) em sua obra *“Um desejo infinito de vencer”*: *O protagonismo negro no pós-abolição*, faz uma série de apontamentos sobre o histórico dos sujeitos negros no Brasil, contextualiza o papel de alguns clubes negros no Estado de Santa Catarina e ainda traz discussões que registram o campo de estudos sobre as sociabilidades negras como uma área de pesquisa relativamente “nova”.

Sobre as atividades desenvolvidas pelos clubes negros citados por Domingues, o mesmo explica que “ No início, as atividades sociais do clube se restringiam à festa, ao baile, ao futebol e ao carteadado; tempos depois, ele se metamorfoseou em espaço de sociabilidade e defesa orgânica da cidadania, com palestras, ações educativas e eventos artístico-culturais. ” (DOMINGUES, 2011, p. 124)

A descrição posta na citação aponta para uma forma de sociabilidade negra que *a priori* realizava eventos sociais semelhantes as demais instituições negras já referidas, inclusive como Clube Treze de Maio, mas não há como desconsiderarmos a colocação do autor acerca do processo de mudança que permeou as instituições negras as quais ele estudou, pois quando se apropria do signo *metamorfoseou*, logo temos o indício de mudanças significativas que passaram a integrar a dinâmica das sociedades negras recreativas observadas pelo autor.

O pensar em uma instituição negra que passasse a olhar para os problemas sociais cotidianos e a discutir questões de interesses que vão além dos limites dos clubes é pensarmos em uma possibilidade de construção de novas consciências identitárias, que se fortalecem na medida em que a sociedade negra vai se percebendo enquanto espaço definido não somente como forma de sociabilidade negra, mas como um local de produção de conhecimentos e tomadas de decisões de bem comum. Isto implica em considerarmos o lugar, o contexto e as prioridades de cada clube negro, pois sabemos que:

Um clube Social Negro no RS é diferente de um clube Social Negro no RJ, de SP, de SC ou de MG e até mesmo é diferente de outro clube do próprio Estado. Uma mesma identidade é acionada, mas os contextos e os objetos são diferenciados. Estes grupos não são unânimes em seus pensamentos, atitudes, interesses e ações [...]. (ESCOBAR, 2010, p.104)

Os clubes negros no Brasil se consolidaram com base em alicerces de uma classe racial inferiorizada e por esse motivo não tiveram a notoriedade que desejavam, pois não havia até o período de criação das instituições negras um grupo social negro numericamente significativo a nível nacional que pudesse servir como referência identitária para os recém-libertos.

E por esse motivo, alguns pesquisadores consideram a ideia de que os clubes negros no Brasil foram criados como forma de “recriar os costumes da elite branca” a fim de construir uma “elite negra”. Sobre isso, Domingues (2011) acredita que “O que os negros desejavam, portanto, era o “branqueamento social”, na medida em que, em estado de alienação, imitavam o branco na maneira de falar, de vestir e de se comportar. ” (p.121).

O mesmo autor se embasa nos escritos de Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni para explicar qual a dinâmica que os idealizadores dos clubes negros estavam inseridos e como se dá a influência do branqueamento dentro das dinâmicas urbanas em que os clubes se fixaram.

Na verdade, as portas da sociedade de classes não estavam totalmente fechadas, ainda que fosse difícil adentrá-las, pois isto envolveria a incorporação do negro à ideologia racial dos brancos e à renúncia de sua cultura afro-diaspórica. Em última instância, haveria uma única possibilidade de os negros se classificarem socialmente no pós-abolição: branqueando-se. (DOMINGUES, 2011, p.121)

É uma colocação pertinente quando se considera as particularidades de cada instituição negra e talvez algumas aparentemente buscassem um “branqueamento social”, mas conforme já elencado, o modelo de sociedade livre que eles conheciam era estrategicamente branca, então era inevitável que essa realidade afetasse as vivências negras.

O olhar para as experiências pretas e pardas em período pós-abolição esperando que as identidades negras já estivessem fortalecidas e que os clubes remetidos foram criados como um espaço apenas para eventos sociais e bailes festivos semelhantes às práticas brancas, implica em ignorarmos o processo de construção de uma classe sociorracial negra que se consolidava enquanto “resposta” para a sociedade escravocrata.

As instituições negras são aqui consideradas não apenas como um espaço de (re) construção identitária, fortalecimento étnico-racial, valorização dos sujeitos pretos e pardos, mas ainda como um lugar de conflitos e entrelaçamento entre múltiplas identidades e relações de poder.

E para completar nossa busca por pistas acerca dos clubes negros na região Sul do país, falta nos reportarmos ao Estado do Paraná, local que possui o maior número de negros da região problematizada.

E para começar, citamos o Clube Treze de Maio, situado em Curitiba, a capital do Estado. Essa instituição negra é considerada por Escobar (2010) como o segundo clube mais antigo do país, pois conta com fontes que o registram com a data de maio do ano de 1888.

Outras instituições negras paranaenses foram registradas em Londrina, e são assim denominadas: Clube Quadrado (1939), Sociedade Beneficente Princesa Isabel (1940) e posteriormente Associação Recreativa Operária de Londrina que se extingue em 1980. Sobre essas associações Borghi e Diniz explicam que “A princípio os negros mais mobilizados da cidade de Londrina se sentiram na necessidade de criar um espaço em que estes pudessem ter acesso à cultura, lazer e conseguissem, através do clube, se unir para um debate da situação do negro [...]” (2010, p. 5).

A Associação Recreativa Operária de Londrina é representada pela sigla AROL e foi um espaço negro significativo para seus integrantes, pois eram realizadas atividades variadas em sua sede.

[...] fazia discussões sobre a realidade do negro no Brasil e na cidade de Londrina, dava acesso ao conhecimento através de sua biblioteca comunitária, promovia desfiles na cidade contra o preconceito e a discriminação, do clube também saiu uma escola de samba, que até hoje desfila no dia de carnaval na escola Unidos de Vila Nova. (BORGHI; DINIZ, 2010, p. 6)

Os autores mencionam a existência de uma biblioteca na instituição negra, fato este que pode ser visto como um indício de um processo de letramento que envolvia os frequentadores da instituição, semelhante ao Clube Treze de Maio de Ponta Grossa, que

também mencionou a existência de uma biblioteca em seu estatuto (que será problematizado no capítulo IV).

Outro local paranaense que contou com uma sede negra em seus limites urbanos foi a cidade de Guarapuava, que no ano de 1919 depara-se com a criação do Clube Rio Branco, descrito como “[...] um espaço de memória familiar de várias famílias de negros guarapuavanos, descendentes, ou não, de negros escravizados em Guarapuava. O clube também foi espaço de conquista social e lazer para negros e brancos[...]” (FERNANDES, 2015, p. 1)

Esse clube fora criado posteriormente ao clube objeto desta pesquisa e assim como as outras instituições negras citadas tinha um caráter recreativo e um forte vínculo com o carnaval e o samba, visto que “[...] Era ponto de encontro para formação de blocos carnavalescos e escolas de samba. Foram muitos os carnavais animados por membros do Clube [...]” (FERNANDES, 2015, p. 2)

Ao buscarmos produções bibliográficas acerca desta forma de sociabilidade, encontramos a informação de que este clube possuía assim como o clube Satélite prontidão do Rio Grande do Sul e o Clube Treze de Maio de Ponta Grossa, um grêmio coordenado por mulheres, que segundo Fernandes (2015), era chamado de Grêmio das Violetas, também descrito como a sociedade feminina de lavadeiras.

É interessante pensarmos na participação das mulheres no cotidiano das atividades organizadas pelos clubes negros, pois isso pode ser interpretado como um sinal de uma tentativa de inserção desta classe duplamente marginalizada em uma sociedade machista e opressora que aos poucos vinha sendo obrigada a aceitar os/as “recém-libertos (as)” em suas dinâmicas citadinas.

Outra forma de sociabilidade no Estado do Paraná e que teve a como responsáveis por sua criação, membros da população negra, foi o Clube Estrela da Manhã (1934), localizado na cidade de Tibagi; sobre esta instituição, podemos dizer que é “[...] Carregada de traços típicos da cultura tibagiana, especialmente da tradição mantida pelos negros.” (TIBAGI, 2009,p.1)

Ao buscar informações sobre esta entidade encontramos a seguinte descrição “[...] O clube foi fundado por ex-escravos negros, em sua grande maioria garimpeiros, que tinham sua entrada proibida em outros lugares de recreação na cidade. (NERI apud IPHAN, 2014, p. 1)”

A informação foi retirada do site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e traz apontamento pertinentes referente ao histórico de fundação do clube, afinal, sabemos que a cidade sede da instituição em questão foi um espaço notável no mercado de pedras preciosas no Estado do Paraná, logo, contou com a mão de obra dos escravizados em

seus limites, o que contribuiu para que atualmente a cidade conte com uma população de mais de 70% de habitantes negros.

Os clubes: Rio Branco, de Guarapuava; Clube Treze de Maio, de Ponta Grossa; Clube Estrela da Manhã, de Tibagi e Clube Treze de Maio, de Curitiba tiveram seus representantes reunidos na capital do Estado para participarem do primeiro encontro dos clubes sociais negros do Paraná.

O encontro ocorreu no dia dois de Dezembro de 2014 e segundo a Fundação Cultural de Curitiba, neste encontro foi “[...] formado um Grupo de Trabalho para discussão das prioridades de ações de salvaguarda para os clubes Sociais Negros no Paraná.” (CURITIBA, 2014, p.1) e além dessas instituições, o encontro também mapeou enquanto clube Negro a Sociedade Recreativa dos Campos Gerais, da cidade de Castro, porém, não se tem produções historiográficas que nos leve a pistas ou sinais mais específicos sobre este espaço.

O que não quer dizer que esta sociedade recreativa não tenha sido construída por negros, mas que talvez ainda não tenha sido objeto de pesquisa; até porque, há grandes possibilidades de ter um clube Negro em Castro, visto que a cidade conta com uma quantidade significativa de pretos e pardos em suas terras e parte desses sujeitos são quilombolas, afinal, Castro possui em suas dependências comunidades remanescentes quilombolas.

Segundo Barros e org (2014) “O município de Castro apresenta quatro comunidades quilombolas certificadas: Tronco, Limitão, Mamans e Serra do Apon” (p. 5). Quantidade notável quando se pensa em uma cidade de pequeno porte, logo essas comunidades podem ser vistas como uma inegável herança da presença negra no município e na região.

No ano de 1836 a região dos Campos Gerais – que atualmente corresponde a cidade de Ponta Grossa, Castro, Pirai do Sul, Tibagi e mais vinte municípios – contava com grande quantidade de escravizados, em relação aos sujeitos livres:

Para uma população de 10.857 pessoas a presença escrava correspondia a 27,5%, totalizando 2.986 escravos. Já para o ano de 1854, logo após a criação da Província, a população total da região dos Campos Gerais alcançava 22.187 pessoas, sendo que 5.121 eram escravos, o que correspondia a 23,1%. (MARTINS, 2011, p. 57)

Os números trazidos por Martins (2011) são expressivos e desestabilizam novamente o discurso branco e hegemônico de que na região dos Campos Gerais não teve uma quantidade considerável de escravizados. O autor explica que até a região referida se estabelecer como província paranaense (antes pertencia à Comarca de São Paulo), “O número de escravos

manteve-se quase sempre num crescente absoluto, atingindo sua cifra máxima no ano de 1866[...]” (MARTINS, 2011, p. 60)

E sabemos que depois deste processo de aumento no número de escravizados ocorre um declínio nesta movimentação, pois a região passa a receber imigrantes que se fixam em terras campestres a fim de buscarem oportunidades de emprego, já que esta região era promissora na área de cultivo agrícola.

A cidade de Castro fora por muitos anos o centro das relações econômicas da região, devido a sua localização geográfica privilegiada. Até aqui, entendemos que os negros marcaram presença neste município e com base nesta realidade, seguimos em busca de sinais que nos levem à Sociedade Recreativa dos Campos Gerais, localizado em Castro, e concluímos que o clube negro que foi mapeado teve um representante convidado a participar do primeiro encontro dos clubes negros no Paraná; porém, não há informações em páginas eletrônicas, tampouco fontes históricas sobre este patrimônio.

Para darmos continuidade ao recorte geográfico acerca da região do país em que os clubes negros foram criados, caberia agora evidenciarmos o Clube Treze de Maio, localizado em Ponta Grossa; entretanto, isso será feito logo no próximo capítulo, que é inteiramente dedicado a esta instituição.

Com base nas considerações sobre as entidades em questão, consideramos que os clubes negros podem ser vistos como uma forma de sociabilidade permeada por várias identidades de classes que se materializavam através das diferenciações entre os sujeitos negros que frequentavam essas instituições afro-brasileiras. Esses clubes traziam inúmeros valores através das suas atividades e eventos, geralmente com a intencionalidade de atribuir representações sociais positivas à nova classe negra que emergia em período pós-abolição.

Ao buscarmos uma definição específica sobre o que é um clube negro, nos deparamos novamente com os escritos de Escobar(2010). Nestes, a autora se embasa nos estudos realizados para sua pesquisa de mestrado e em fatores históricos para criar um conceito que corresponda a uma identificação para clubes sociais negros e ela assim os descreve:

Os clubes Sociais Negros, segundo a sua Comissão Nacional, definem-se enquanto espaço associativo do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio. A sua origem é anterior à abolição e surgem como um contraponto a ordem social vigente, além de constituírem-se num local de sociabilidade e de lazer da população negra, tinham como objetivo angariar fundos para o pagamento da liberdade dos negros escravizados. Rompendo os padrões de uma época, atuaram incisivamente na luta contra a escravidão e a discriminação racial. (ESCOBAR, 2010, p.2)

A autora elenca quais as principais características destas instituições, mas não se prende a uma necessidade de equidade organizativa ou normativa entre elas, até porque cada uma foi criada em uma cidade, Estado ou região do país, justamente o que as tornam únicas. Deste modo, suas práticas sociais, particularidades e vivências negras devem ser vistas como um modo individual de ser e viver negro no interior de seus clubes.

Não há como olhar para os clubes negros sem considerarmos as relações de poder que permeavam a sociedade em que todas as entidades negras citadas foram criadas, pois o ato de restringir a entrada dos negros em determinados espaços é um ato de exercício de poder de uma classe racial sobre a outra; porém, a iniciativa de criar um clube negro antes, ou logo após a assinatura da Lei Áurea, também é uma atitude que evidencia um processo de autonomia de certos sujeitos negros na sociedade escravocrata e que demonstrava um jogo de poder entre negros que frequentavam os clubes e os que não o frequentavam.

Os sujeitos frequentadores dos clubes negros apresentavam características comuns referentes a sua classe racial, porém, encontravam-se em lugares de pertencimento variados, pois embora fossem negros, havia e ainda há, o grupo classificado enquanto pretos e o grupo dos denominados pardos (o que tem relação com o processo de autodeclaração racial e com a tonalidade de pele) e isso é apenas um dos fatores que nos impossibilita de homogeneizar as experiências dos frequentadores dos Clubes Negros. Afinal, sabemos que “Quanto mais escura a pele, mais limites e discriminações[...]” (ALBUQUERQUE, 2006, p.165)

Além da tonalidade da pele, há conjunturas políticas e sociais que nos levam ao seguinte questionamento: o que era ser negro no Brasil no momento de Criação das instituições negras? A fim de responder esta pergunta, podemos voltar nossas atenções para o período histórico. O pensar em ser negro no Brasil hoje implica em considerarmos a heterogeneidade das culturas negras e o processo de apropriação e dissolução de práticas culturais, pois “Existem aqui questões profundas de transmissão e herança cultural, de relações complexas entre origens africanas e dispersões irreversíveis da diáspora.” (HALL, 2003, p.8)

Reconhecemos que a história dos negros no Brasil é norteada por uma rede de conflitos contínua, pois a diáspora africana foi o primeiro processo de ruptura e fragilidade da cultura negra, que até hoje ainda não se refez, devido ao período escravista e as lacunas históricas que impossibilitam os sujeitos negros de saberem suas reais descendências e origens étnicas fixadas em continente africano.

Sobre o signo diáspora, podemos entendê-lo “[...] como algo mais que êxodo ou deslocamento, especialmente no contexto africano, assumimos a importância do aspecto transnacional para o mesmo [...]” (PIMENTEL, 2010, p.1). Esta palavra nos remete “[...] A

ausência de lar em um primeiro momento e, em seguida, a reconstrução do ambiente acompanhada do frequente desejo de retorno ao que foi perdido. ” (PIMENTEL, 2010, p.2)

Ao observar a realidade negra na atualidade e pensarmos em seus protagonistas como sujeitos descendentes de uma comunidade negra que tem em sua raça os mais variados traços que os classificam como frutos das diásporas negras africanas, implica em reconhecermos que a sociedade brasileira ainda não conseguiu garantir a esses indivíduos um lugar enquanto integrantes plurais dos processos sócio-históricos nacionais.

E pensando por esse viés, podemos dizer que as sociedades recreativas ou clubes negros criados no Brasil foram modos de possibilitar aos sujeitos negros, estigmatizados e excluídos uma forma de sentirem-se pertencentes a um espaço que de fato era destinado a eles. Um espaço negro, que ainda que limitado, tinha como perspectiva evidenciar os pretos e pardos, livres ou cativos em um país que de fato dizimou seus costumes, ocultou suas crenças e fragilizou de modo indescritível suas identidades, devido ao seu sistema socioeconômico vigente.

Até aqui pudemos perceber que o lugar das instituições negras, irmandades religiosas e clubes negros como organizações de grande importância para mudar a realidade negra brasileira, pois se não fossem essas instituições talvez o acesso a educacional tradicional, para os negros pobres, tivesse sido cada vez mais tardio e a inserção destes pretos e pardos na sociedade seguiria o mesmo rumo.

O presente capítulo trouxe a problematização do signo letramento e o relacionou com o ideal de posituação das identidades negras. Além de evidenciar as irmandades religiosas negras como precursoras no desenvolvimento de atividades assistencialistas para a população negra. O capítulo também tratou dos clubes negros como agentes formadores que se relacionam em alguns aspectos, inclusive na região Sul do país.

E a fim de darmos continuidade ao assunto, estreitando a discussão sobre os clubes negros, o próximo capítulo se atém ao Clube Treze de Maio, destaque deste estudo e palco das relações sociais e identitárias negras aqui evidenciadas.

## CAPÍTULO II

### O CLUBE TREZE DE MAIO – HISTÓRIA E HISTÓRIAS

O atual capítulo é composto por uma tentativa enunciativa de recontarmos a história do Clube Treze de Maio. E esse processo só foi possível com base em uma busca de fontes discursivas orais e impressas sobre a instituição negra aqui problematizada. O objetivo deste capítulo foi alcançado após a seleção de fontes, análise das mesmas, bem como o cruzamento de informações discursivas sobre o clube negro.

Conforme já posto, há uma grande dificuldade historiográfica sobre este tema, pois são poucas as produções sobre o clube. O caráter inédito desta pesquisa se legitima através da importância atribuída a temática abordada, que é mínima nos estudos locais; isso é reflexo de questões históricas, pois sabemos que a administração pública brasileira, em tempos pós-escravidão, não tinha estrutura, instrução e tampouco interesse em mudar a história desses sujeitos que foram durante anos vistos como coisas, propriedades e inferiores.

Quando buscamos a história desta sociedade recreativa é comum nos depararmos com referência de obras dos mesmos autores, pois geralmente são sempre os mesmos que produziram estudos sobre este patrimônio negro e se não fosse por esses autores, não teríamos um ponto de partida historiográfico.

Quando trazemos essa discussão acerca da pouca produção historiográfica, nos referimos também aos estudos realizados anteriormente sobre o Treze de Maio, pois na realização da pesquisa de TCC<sup>1</sup> ao fim da graduação de licenciatura em História, fizemos um levantamento bibliográfico sobre as obras que tratavam do clube e tivemos como apoio referência os escritos de Lia Rosa e Marli Terezinha Camargo, bem como Isolde Maria Waldemann e Luis Marcelo Santos.

As perspectivas teóricas e metodológicas destes autores foram de suma importância para o desenvolvimento desta dissertação, pois consideramos suas produções como escritos precursores dos estudos sobre o Clube Treze de Maio na cidade. Desta forma, não há como pensar em recontar a história do clube sem olharmos pra essas produções, pois são referências que se farão presentes no decorrer deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Parte desta pesquisa foi publicada e encontra-se disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/7456/4566>

## 2.1 NASCE UM CLUBE NEGRO

O ano de 1888 é o marco histórico para a população negra brasileira, embora hoje tenhamos a percepção da anedota que acompanha a ideia de libertação, não há como desconsiderar a dimensão deste ato político como um momento de “recomeço” para os escravos, ainda que tenhamos a consciência histórica de que a população negra continua lutando diariamente por esse “recomeço” que devia ter ocorrido logo após a abolição.

É difícil pensarmos em um processo de inserção dos negros na sociedade pós-escravista quando não há meios sociais, educacionais ou econômicos para que isto ocorra. E para problematizar essas questões, podemos considerar que durante um período considerável os sujeitos negros, ainda que libertos, foram proibidos de frequentar diversos locais em âmbito nacional e isso contribuiu para que os clubes negros fossem criados, em meio às mais complexas conjunturas políticas que permeavam os terrenos dos escravizados, livres, brancos, negros, ricos, pobres e assim por diante.

Os clubes negros já trazidos no capítulo anterior são elencados nesta pesquisa como espaços genuinamente negros e que se edificaram como resposta ativa e incisiva dos pretos e pardos à sociedade escravocrata, que não permitia a entrada dos negros em sua dinâmica cotidiana. Com base nestas colocações, consideramos que no Brasil as formas de sociabilidades das comunidades negras podem ser observadas como meio de sobrevivência e acima de tudo como reexistência, no sentido de resistir e (re) existir.

Os sujeitos negros brasileiros carregam traços físicos e culturais diferenciados dependendo do Estado, região ou cidade em que vivem. Em Ponta Grossa não há muitas informações históricas sobre eles, porém, o retrato mais evidente de suas presenças está nos mais de 20% da população que representa esse grupo racial no município (IBGE, 2014), assim como no único patrimônio cultural negro da cidade, o Clube Treze de Maio.

O Clube Literário e Recreativo Treze de Maio conta com 126 anos de História, porém, quantidade significativa da população pontagrossense não sabe de sua existência, tampouco do processo de sua formação.

No momento de criação da instituição referida, a população de Ponta Grossa era de 4.774 habitantes, sendo 1.063 negros (somando pretos e mestiços<sup>2</sup>), que eram cerca de 25% da população da cidade. Com base nos dados de pesquisas governamentais, da “Directoria Geral

---

<sup>2</sup>A quantidade de negros existentes no ano de 1890 e citada é referente à soma de pretos e mestiços, pois o órgão responsável pelas estatísticas na época apresentava uma classificação racial semelhante a atualidade que hoje denomina o grupo dos negros como pretos e pardos.

de Estatística” (órgão responsável pelas estatísticas na época) compreendemos que as raças europeia eram maioria na cidade, porém não únicas.

Como vimos, os negros eram a quarta parte da população total da cidade, mas isso não significava muita coisa, visto que em 1890 a predominância cultural e política em Ponta Grossa era branca, devido ao processo colonizador e posteriormente às políticas governamentais de apoio à imigração, processo este que contribuiu para a exclusão da mão de obra negra em fazendas da região. Sem contar que:

Com o fim da escravidão, muitos negros passaram a viver na marginalidade, sem empregos, que eram ocupados pelos imigrantes, que também queriam uma vida melhor. A prostituição e o crime foram alguns dos poucos caminhos para esses negros, por sinal, segregados completamente do resto da sociedade (SANTOS; WALDEMANN, 2006, p.32)

E em Ponta Grossa não foi diferente. Esta “segregação” descrita por Santos e Waldemann foi algo que certamente contribuiu para a construção do Clube Treze de Maio, que desde o início de sua existência foi descrito como uma instituição literária. Ainda que o primeiro estatuto da instituição seja datado de 1920, há relatos orais que afirmam que o clube já tinha um caráter normativo, mas que devido a dificuldades financeiras, ainda não tinha se estruturado o suficiente para elaborar oficialmente um estatuto<sup>3</sup>.

O clube citado tem parte de sua história registrada nas páginas de seu Processo de Tombamento do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC, 2001). Com base nos estudos de Batista & Nadal de Arruda (1987) e Pedroso (1990) a instituição negra foi criada por um grupo de jovens que organizavam reuniões privadas em espaços cedidos por simpatizantes da causa.

Ao realizar a leitura dos escritos do Processo de Tombamento, encontramos a informação de que o clube não possuía um espaço próprio e isso demora um tempo para se concretizar, só ocorre em 1921.

A primeira sede do “Clube Literário e Recreativo 13 de Maio”, foi construída em 1921, em madeira com estuque, o telhado de duas águas coberto de telhas, tinha uma porta ao meio e com janelas contíguas, com frente a rua Theodoro Rosas e esquina com a rua Gal Carneiro. Neste prédio eram realizadas as festas, os bailes, os desfiles, os carnavais etc. (COMPAC, 01/2001, p.07)

---

<sup>3</sup> Informação obtida através de entrevistas orais adquiridas para realização do meu TCC intitulado *Narrativas de identidade negra em concursos de beleza negra do Clube Treze de Maio (Ponta Grossa, 1985-2006)* disponível para consulta no acervo da UEPG, departamento de História.

Em relação ao processo de elaboração do primeiro Estatuto da Sociedade Literária e Recreativa, é datado de 1920; no entanto “[...] só foi reconhecido e registrado no Diário Oficial do Estado em 1936, pois muitas famílias tentaram impedir o seu funcionamento, alegando que os negros, ali reunidos, iriam conspirar contra a sociedade.” (COMPAC, 01/2001, p.07)

Com base nestas considerações e no pensar a história de um clube negro, a ação descrita pode estar relacionada ao fato de que “O medo de revoluções era muito forte e a liberação do clube foi conquistada somente após muitas negociações [...]” (COMPAC, 01/2001, p.07)

E talvez o “medo de revoluções” por parte dos moradores da cidade tenha contribuído para que a instituição negra utilizasse o signo “literário” em sua nomenclatura – como uma resposta aos apontamentos negativos. Ao buscar informações sobre o sentido deste termo para a sociedade aqui remetida encontramos a seguinte explicação:

[...] este foi atribuído ao fato de a sociedade destinar-se aos sócios de cultura negra, e que na maioria não tinha nenhuma instrução. Criou-se, então, uma valiosa biblioteca com a finalidade de instruir os ex-escravos e seus descendentes. Esta biblioteca foi desativada por volta de 1935, segundo Silvio Alves da Silva. (COMPAC, 01/2001, p.07)

Sendo assim, é pertinente dizermos que o caráter literário da instituição foi de grande importância para o desenvolvimento formativo de seus frequentadores; porém, fica evidente através do relatório do Processo de Tombamento que o estilo “literário” do clube não foi permanente, embora ainda seja chamado deste modo na atualidade.

O clube no passado realizava uma gama de atividades diferentes da atualidade. Os eventos eram diversificados e assim organizados:

[...] nos finais de semana, aconteciam famosos bailes, animados por bandas e orquestras e, uma vez por semana, reuniões dos poetas, escritores e músicos; além disso, as mulheres reuniam-se duas vezes por semana para preparação das festas e decoração do clube. Aos domingos eram realizados os “Saraus” dançantes que, muitas vezes terminavam ao amanhecer. (COMPAC, 01/2001, p.08)

A instituição pesquisada era uma sociedade que integrava os seus frequentadores e buscava meios de valorização de suas culturas, visto que “O Clube pretendia formar o “preto social” (COMPAC, 01/2001, p.08). Porém, construímos reflexões acerca de uma instituição negra fundada em meio a contradições e repressões sociais atreladas a questões históricas

enquanto um espaço responsável apenas por criar um “preto social”<sup>4</sup> seria o primeiro passo para desconsiderarmos todo o processo identitário e de lutas que os negros idealizadores deste projeto enfrentaram.

No intuito de reconhecermos o processo de resistência enfrentado pelos fundadores, associados e participantes do clube, percebemos a necessidade de buscar mais informações sobre o mesmo. Logo, surgiu a oportunidade de recontarmos parte dessa história através de uma voz negra, o ex-presidente do clube, já falecido, Roselei do Rocio Manoel.

No ano de 2012, nós, enquanto participantes do Programa de Educação Tutorial de História da UEPG, fomos incumbidos de produzir um material didático que auxiliasse outros estudantes no processo de busca por uma história negra pontagrossense. Foi quando entramos em contato com o senhor Roselei e o mesmo nos cedeu uma breve entrevista, que atualmente encontra-se em uma página eletrônica gratuita de vídeos on-line.

O vídeo contou com vários depoimentos, porém, apenas o do ex-presidente abordou o processo histórico de construção do clube, até porque o objetivo era fazermos um cruzamento de informações entre a fala do responsável pela instituição, frequentadores do clube e moradores na cidade.

Ao nos dirigirmos ao senhor Roselei do Rocio Manoel, elaboramos a seguinte pergunta: Gostaria que você falasse um pouco sobre a fundação do clube e também sobre a História do mesmo; E o entrevistado organizou seu enunciado da seguinte forma:

O treze de Maio foi fundado em 1888 já no início do final da abolição e em 1889 eles concretizaram o sonho deles. Eles tentaram fundar o Treze antes, os escravos do ventre livre e não conseguiram. E após a abolição então, eles já tentaram fazer o clube social que eles tanto queriam. Que era uma área de lazer. O “seu” Lúcio Alves e seus amigos, companheiros resolveram então fazer um clube social em Ponta Grossa. Se uniram, juntaram dinheiro e compraram o primeiro clube social então, que era onde é o corpo de bombeiros. E daí por finalidade já com os fazendeiros e “donos” da cidade na época eles foram obrigados a vender o clube lá no alto e se transferiram para a Santos Dumont. (MANOEL, 2012, entrevista)

O enunciado do ex-presidente do clube se relaciona com informações disponíveis no processo de tombamento da instituição; porém, há mais detalhes acerca da data de criação da instituição, pois de modo oficial, a data posta como fundação é fixada enquanto 1890. No

---

<sup>4</sup> A descrição “preto social” pode ser compreendida como o sujeito negro que sabia comportar-se, pois estava inserido na sociedade, pois além de bem vestido, era educado e bem visto. Esta definição era comum em Ponta Grossa e fez parte do vocabulário da população não negra para classificar os participantes do Clube Treze de Maio. A expressão se diferenciava da classificação de preto do “colarinho branco/duro”, pois esta era referência as vestimentas e não ao comportamento dos negros em sociedade.

entanto, podemos considerar a data citada pelo respondente como parte do processo de construção da sociedade negra recreativa.

O trecho da fala de Manoel nos traz indícios de uma relação de conflito entre os “donos” da cidade e a instituição negra em si, pois o entrevistado faz uma construção discursiva expondo que os responsáveis pela instituição foram “obrigados” a vendê-la. O signo obrigado traz pistas de uma tomada de decisão forçada por parte dos organizadores do clube.

O clube fora criado no “alto” da cidade, na atual rua Sant’Ana, no entanto, foi transferido para a rua Santos Dumont, porém, o ex-presidente da instituição afirma que: “[...] Novamente por ordens dos donos das fazendas, das chácaras vizinhas, eles fizeram com que eles vendessem o clube novamente. Eles venderam o Treze de Maio e vieram a se instalar na Sete de Setembro.” (MANOEL, 2012, entrevista)

Ao instalarem o clube na Rua Sete de Setembro, o entrevistado explicou que “[...] Vieram novamente, outros rumores, tiveram que vender e esconder o dinheiro em uma lata e enterrar no quintal de uma casa, parece que do “seu” Lúcio ou do pai dele, o “seu” Silvio, e daí então eles se reuniram novamente. (MANOEL, 2012, entrevista).

Percebemos que o discurso de Manoel apresenta sinais de uma possível perseguição ao clube negro por parte dos sujeitos influentes da cidade e isso fica mais evidente quando ele constrói o enunciado a seguir.

Na passagem de Dom Pedro II pela fazenda dos Guimarães eles receberam uma ordem do então imperador, para que deixassem os negros em paz, porque nesse interim a cidade toda comentava que os negros estavam fazendo um quartel para atacar a cidade. Então receberam ordem para que deixassem os negros em paz para que eles pudessem ter a sua área de lazer, porque no rio de Janeiro já tinha. (MANOEL, 2012, entrevista)

O trecho apresentado remonta o cenário nacional em que o Clube Treze de Maio estava inserido e a relação deste com os moradores da cidade, afinal, o depoimento de Manoel traz sinais de um espaço que precisou da intervenção do imperador para ter a liberdade de se consolidar enquanto forma de sociabilidade negra.

Após deixar a Rua Sete de Setembro, o clube passa a se fixar na Rua Comendador Miró, no espaço que corresponde ao Mercado Municipal nos dias de hoje; porém, não demorou muito tempo para que as intervenções começassem, visto que “Quando eles estavam começando a construir, no término, veio uma ordem que era para tirar a zona do Meretrício que era na Rua Quinze, e largar em cima do Mercado Municipal.” (MANOEL, 2012, entrevista)

E para que o clube não fosse “mal visto”, logo os negros responsáveis pela instituição, buscam uma alternativa, a fim de não manter a sede do clube ao lado da Zona de Baixo Meretrício. Depois deste episódio o ex-presidente explica que:

Então eles foram até onde é o Treze hoje, negociaram com o fazendeiro da região, com o dono, e trocaram. Deram o Mercado Municipal, onde era o Mercado Municipal, o terreno dali e ficaram com o da General Carneiro, o qual foi passado “lavrado” e no primeiro cartório oficial de Ponta Grossa na época. Daí eles então fundaram o primeiro clube social parado no local que era o Treze de Maio de Madeira. Depois em 1936, eles construíram (1934 eles construíram) começaram em 33-34-35 para construir esse Treze de Maio que é o prédio que vocês conhecem ali. (MANOEL, 2012, entrevista)

O fato de nos atermos aos processos dialógico presentes no discurso de Roselei do Rocio Manoel implica em pensarmos na dificuldade que o Clube Treze de Maio enfrentou até se estruturar enquanto sociedade negra. Essa instituição tinha sua dinâmica controlada pela vontade e decisões das esferas sociais dominantes, que constantemente tinham a liberdade de interferir no andamento do clube - isso será discutido no capítulo VI nas falas dos entrevistados.

Percebemos que a “preocupação” da sociedade pontagrossense com o funcionamento da instituição negra problematizada apresenta indícios das relações de poder vigente, que buscou a todo custo um modo de frear esta nova forma de sociabilidade, a qual muitos viam como uma ameaça para o município. E certamente era uma ameaça, pois essa instituição mostrou-se incisiva ao não se contentar com determinadas ordens e limitações políticas que lhes foram impostas e continua em funcionamento até a contemporaneidade.

E a fim de ilustrarmos a primeira de sede do clube, no endereço atual, temos a seguinte imagem.

Figura 2- Primeira sede do Clube Treze de Maio, construída em 1921.



Fonte: Disponível no acervo Casa da Memória Paraná.

A imagem nos mostra uma quantidade significativa de pessoas, e todos bem vestidos. Observamos que nem todos os sujeitos presentes na imagem são negros, sinal de que o clube recebia pessoas de outras raças; e sobre isso, o ex-presidente da associação negra enunciou que: “A história do Treze é muito bonita [...]. E no Treze como eu sempre disse: Os negros fundaram, mas já teve pessoas brancas, na época filhos de escravos brancos que permaneceram no Treze junto com eles.” (MANOEL, 2012, entrevista)

A partir de então, um clube negro, fundados por negros, mas que recebia brancos em seus eventos e festividades “[...] começou a crescer, o Treze é o primeiro clube da cidade. O Treze tem muito ainda o que dar. A representação do Treze perante a sociedade pontagrossense é muito grande e para os negros de Ponta Grossa.” (MANOEL, 2012, entrevista)

O entrevistado elabora sua fala com propriedade e quando verbalizou que o clube foi o primeiro da cidade, podemos interpretar isso como uma resposta para a sociedade local, pois há vários outros clubes sociais que se intitulam enquanto instituição mais antiga da cidade.

E para reorganizarmos brevemente a história da instituição negra aqui problematizada, faz-se necessário elencarmos quais os outros momentos vivenciados por essa instituição, bem como os eventos que a mesma sediava.

No ano de 1936 o clube passa a ter um prédio de alvenaria “[...] Que levou cerca de dois anos para ficar pronto e conta com um espaço modesto, bem distribuído em salão de eventos (acompanhado de um pequeno palco), cozinha, banheiros, camarim e logo na entrada uma sala de recepção” (SANTOS, 2013, p. 24). Desde então a sua estrutura permanece quase a mesma, pois poucas alterações foram feitas.

Figura 3- A primeira Construção do clube, em alvenaria (1936).



Fonte: Disponível no acervo Casa da Memória Paraná.

O clube tinha uma série de atividades festivas, entre elas bailes sociais, que segundo Manoel (2012) eram dois ao mês. Outras atividades referiam-se aos concursos de beleza negra feminina e masculina, estes que eram eventos comuns aos clubes negros do país.

[...] nos concursos de beleza, o que estava em jogo era a afirmação de um novo padrão de beleza estética. O que se tentava provar era que a “raça” negra também podia ser bela e que os critérios de beleza fundados apenas no modelo estético branco não eram os únicos a serem contemplados. Para um grupo étnico tão desprestigiado na sociedade brasileira, essa foi uma inovação fundamental e que repercutiu em seu comportamento posterior e na estratégia de autoafirmação étnica. (GILL e LONER 2009, 161)

No Clube Treze de Maio, os concursos de beleza agitavam as noites da instituição e eram muito mais do que uma escolha pela negra ou negro mais belo; eram formas de valorizar

esses sujeitos a fim de construírem uma identidade negra positiva, tão empoderada quanto as identidades já fortalecidas nos concursos de belezas tradicionais, fora do clube e que geralmente elegiam vencedores brancos.

Figura 4- Concurso de Beleza Negra s/d.



Fonte: Disponível no acervo Casa da Memória Paraná.

Os concursos de beleza negra ainda ocorrem de modo esporádico no clube, porém, em períodos anteriores ocorriam com mais frequência. O último concurso de beleza negra aberto ao público ocorreu no ano de 2007 em uma festa de primavera da instituição, no mês de setembro; contou com mais de dez candidatas e o traje era de praia. Desde essa data, não há mais registros sobre esses eventos, o que não significa que tenham acabado, apenas que não encontramos sinais desses eventos.

Sabemos que o clube passou por vários problemas financeiros e isso pode ter colaborado para uma queda nos eventos realizados no mesmo, além da mudança de direção da instituição, pois assim que o ex-presidente Roselei do Rocio Manoel adoeceu, no ano de 2012, a instituição não sediou mais concursos de beleza negra e o último concurso de samba ocorreu no ano de 2012, de lá para cá, também não temos registros que indiquem acerca da realização desses eventos.

Sobre a situação do clube na contemporaneidade, no ano de 2012 o ex-presidente da instituição assim a descreveu:

A situação do Treze hoje, ela é..... Não é periclitante, mas é o único clube que a dívida que tem é amena, mas perante a sociedade o Treze seria muito importante hoje, porque se você for analisar hoje, os clubes sociais da nossa cidade, pequenos, morreram, se perderam. (MANOEL, 2012, entrevista)

A declaração do entrevistado coloca o clube como um dos “menos” endividados da cidade, novamente percebemos a atividade responsiva em seu enunciado, pois além da referência a uma boa gestão financeira, ele evidencia o clube em relação a outros que segundo a sua intencionalidade de dizer encontra-se em piores condições que a instituição aqui tratada.

É interessante o comparativo que Manoel faz acerca do lugar em que o Clube Treze de Maio se encontra em relação às outras sociedades de “pequeno porte” que se perderam. O entrevistado relaciona a importância do clube para a sociedade local ao fato do mesmo ainda existir.

A fim de relacionar a história desta forma de sociabilidade negra com o processo de construção de identidades negras positivas dos sujeitos que frequentavam o clube, nos apropriamos da fala do respondente “[...] O negro pontagrossense viveu vidas áureas no Treze de Maio. O Treze conseguiu fazer com que seus filhos se sobressaíssem, trabalhassem, estudassem. ” (MANOEL, 2012, entrevista)

O discurso de Manoel aponta para uma história de constantes interdições e negociações entre clube negro e a cidade em que estava situado. As interdições se iniciam no processo de criação da instituição, como já fora elencado. Enquanto as negociações perpassam as questões raciais e econômicas e são evidenciadas nas esferas públicas, através da invisibilidade desta instituição na historiografia local e da demora em reconhecer esse espaço enquanto patrimônio histórico municipal.

O clube problematizado tem grande valor para a comunidade negra que o frequentou, pois é o sinal mais concreto de que a presença negra em Ponta Grossa não se limitou apenas nas regiões rurais do município onde se encontram as atuais comunidades remanescentes quilombolas da Colônia Santa Cruz e Colônia Sutil, mas que se fizeram presente em perímetro urbano, fixando raízes e construindo famílias e memórias que se perenizaram com a valorização de suas vivências por vezes negligenciadas.

Assim, esta pesquisa está posta considerando que “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 1990, p. 471); de todos os homens, inclusive os negros. E sobre as expectativas acerca do local de memória aqui remetido, o ex-presidente da instituição construiu o seguinte enunciado:

Eu acho que vamos continuar a fim de fazer com que o Treze dê o seu nome a sociedade e dê um nome aos negros para que a sociedade pontagrossense e os negros de Ponta Grossa e da região tenham orgulho daquilo que foi fundado pela mão do negro em Ponta Grossa. (MANOEL, 2012, entrevista)

O trecho apresentado evidencia elementos responsivos quando o entrevistado coloca que o clube irá continuar a fim de dar um nome à sociedade, e esta colocação apresenta sinais de uma maior visibilidade almejada pela instituição. Manoel também demonstra através da construção enunciativa referente ao fazer com que o *clube dê o seu nome [...] aos negros*, a estreita relação entre o clube e os sujeitos negros, não apenas participantes do clube, mas os *negros de Ponta Grossa e da região*, pois segundo o respondente, deste modo eles poderão ter *orgulho daquilo que foi fundado pela mão do negro em Ponta Grossa*.

O signo orgulho se relaciona com o ideal de valorização das identidades negras, juntamente com uma possibilidade de pertencimento entre os sujeitos negros, que por vezes não conhecem a história da instituição, mas que futuramente podem vir a conhecê-la, caso haja um trabalho significativo de preservação deste patrimônio na cidade.

Este capítulo teve como proposta recontar a história do Clube Treze de Maio com base em fontes orais e escritas. Buscamos através de materiais iconográficos, entrevistas, documentos públicos e bibliografias um modo de organizar esse conjunto documental diversificado a fim de agruparmos as informações referentes à entidade problematizada e construirmos uma história sobre a mesma.

Em relação ao próximo capítulo, apresentaremos quais as propostas teóricas e metodológicas que irão nortear as análises acerca do estatuto do clube, Processo de Tombamento, Relatório de Sentença e dos discursos orais; Além de evidenciarmos a sistematização da organização de entrevistas, realização das análises e historicização dos entrevistados

## **CAPÍTULO III**

### **PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

No anseio de apresentar este capítulo, podemos iniciar retomando que o objeto de análise da pesquisa são discursos construídos na/sobre a instituição negra. Os discursos, construídos em diferentes gêneros e produzidos por diferentes sujeitos, são a base deste estudo.

O atual capítulo tem como objetivo trazer apontamentos teóricos e metodológicos que embasaram esta pesquisa, que é uma construção analítica acerca de discursos produzidos sobre uma comunidade inserida em um ambiente que sediava eventos, nos quais se construíam práticas sociais, de cunho cultural, em busca da valorização de suas identidades.

Os conceitos teóricos e metodológicos norteadores dos próximos tópicos e que sustentam a presente pesquisa voltam-se para questões discursivas e de reconstrução, pois o objetivo do presente trabalho é problematizar um conjunto de enunciados sobre a instituição estudada e reconstruir o cenário em que foram produzidos; para que isso seja possível, haverá uma breve descrição do processo de organização de entrevistas, realização das análises e apresentação dos entrevistados.

#### **3.1 REFERENCIAL TEÓRICO**

O atual trabalho se apropria do referencial teórico a seguir, a fim de compreendermos quais são as relações dialógicas e de conflito entre os discursos produzidos no Clube Treze de Maio e discursos que cidadãos do município estão produzindo/produziram sobre esta forma de sociabilidade.

No decorrer destes escritos, ao conseguirmos encontrar/estabelecer as relações dialógicas entre o conjunto de discursos analisados, buscamos ainda explicitar quais relações estabelecemos.

Os enunciados são de natureza verbal e correspondem ao Estatuto do Clube Treze de Maio, Processo de Tombamento da instituição, relatório de sentença e depoimentos orais. Podemos considerar que são de diferentes gêneros, e já que “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (BAKHTIN, 2003. p.282). Os enunciados analisados constituem a um corpo discursivo composto por diferentes vozes, produzidos em esferas diferentes e para interlocutores diferentes.

Buscamos através de uma análise dialógica compreender de que maneira os enunciados analisados foram produzidos, como, onde, com que finalidade e para quem. Com base nestas considerações gerais, o referencial utilizado apresenta linhas teóricas que, se bem articuladas, se complementam, referência ao arcabouço teórico do Círculo de Bakhtin e ao Paradigma Indiciário, proposto por Carlo Ginzburg.

Os depoimentos analisados foram produzidos no clube e também fora dele; não se fixam em uma única esfera, mas se constroem em diferentes esferas. A escolha acerca da utilização destes discursos ocorreu após considerarmos que “Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento [...]. Independentemente de quais sejam os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida” (BAKHTIN, 2003, p. 307).

Buscamos, através da análise desses textos/enunciados, além de estabelecer e compreender as relações dialógicas que os constituem, entender o impacto destas nas construções e formas de representação da instituição. Embora cada enunciado seja individual, ele produz sentidos e reações que dão origem à compreensão responsiva dos interlocutores, a qual é um elemento essencial ao diálogo entre interlocutores e entre enunciados. E, sobre isso, Bakhtin esclarece que:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido mais amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. (BAKHTIN, 1999, p.95)

O diálogo se faz presente como um processo comunicativo dinâmico, pois apresenta uma enunciação que aponta para a relação de interação verbal dos envolvidos no enunciado. Entendemos como relação dialógica todas as produções discursivas produzidas de um “locutor” para um “interlocutor”; mas sem se restringir a estes, de modo que o texto de um locutor para um interlocutor pode sim ter outros interlocutores.

A atual análise parte do pressuposto de que todos os enunciados problematizados são dialógicos, visto que todo texto é de natureza dialógica; desta forma buscamos reconhecer o lugar social do locutor e do interlocutor, pois assim poderemos compreender a carga ideológica presente nas múltiplas relações que constroem os enunciados estudados, visto que:

O papel dos outros, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses outros, para os quais o meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva. Desde

o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta (BAKHTIN, 2003, p. 301).

Ao considerarmos que o papel dos “outros” é o que possibilita a nossa compreensão acerca dos enunciados “oficiais” (Relatório de sentença, Processo de tombamento, Estatuto do clube), como se dá a relação de alteridade entre os sujeitos brancos que ocupam lugares de autoridade na sociedade e os sujeitos negros? Como se dá a relação de alteridade entre negros no interior dessa instituição? E ainda é preciso ressaltar que os “outros” não são sujeitos passivos na construção do discurso, pois neste caso:

O próprio falante está determinando precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (os diferentes gêneros do discurso pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes) (BAKHTIN, 2003, p. 272).

A atividade responsiva presente nas relações comunicativas ocorre porque temos as palavras como alicerce de nossas enunciações e se “constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1992, p. 113).

E para conceituar palavras/signos, podemos começar propondo considerações sobre a importância das palavras para a elaboração discursiva. Bakhtin/Volochinov ressaltam que “O que faz da palavra uma palavra é a sua significação” (p.49), já que “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc.” (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1992, p.95); ou seja:

A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações da vida social. Para ele, a palavra veicula, de maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 2010, p. 16-17).

E já que a palavra é um signo ideológico, que “muda de natureza, transforma-se exteriormente ou desprende-se de seu uso cotidiano” (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1992, p.101), podemos compreender que as palavras/signos compõem a enunciação, que é um “elemento inalienável da comunicação verbal” (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1992, p. 98).

Ao tomarmos as palavras enquanto signos, podemos entender que “O signo e a situação social estão indissolivelmente ligados. ” (YAGUELLO, 1992, p.17) e isto ocorre porque “Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata

uma outra. (BAKHTIN, 1999, p.30). O signo/palavra para Bakhtin “é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. ” (1992, p.35). Ao se apropriar da palavra enquanto signo, o sujeito autor desta ação tem sua palavra ressignificadas através das relações sociais e coletivas, pois “O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. ” (BAKHTIN, 1999, p.31)

É interessante pensarmos na carga ideológica que constitui e acompanha a palavra/signo e qual é o impacto desta na produção dos enunciados e nas relações sociais. É interessante considerarmos que “O valor exemplar, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a excepcional nitidez de sua estrutura semiótica já deveriam nos fornecer razões suficientes para colocarmos a palavra em primeiro plano no estudo das ideologias. ” (BAKHTIN, 1999, p.34)

A fim de compreender os enunciados produzidos no/pelo/sobre o Clube Treze de Maio, podemos começar considerando que os enunciados construídos como signos ideológicos, através de processos sociais e identitários, não apresentam valores e significados homogêneos, pois foram formados por sujeitos sociais que se situam em diferentes grupos sócio-históricos e culturais e, portanto, por signos que podem carregar índices de valor distintos, contraditórios.

Os signos são elementos que estão imbricados nas e embebidos das relações sociais cotidianas, pois “Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação ” (BAKHTIN, 1999, p.43), nesse processo, o signo pode ter sua forma modificada ou ainda ser ressignificado.

A carga ideológica que compõe o signo é tão marcada que diferenciamos a posição ideológica de quem produz/produziu o enunciado e em/para qual lugar e para que interlocutores foi produzido ou direcionado. Bakhtin afirma que, “No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica, etc.” (1992, p.31). As distintas esferas sociais são esferas ideológicas; essa diversidade, por sua vez, gera diferenças nos valores e sentidos dos signos.

E para que possamos entender que “A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação” (BAKHTIN, 1999, p.34), podemos pensar na natureza das palavras como um exemplo de materialidade ideológica; e assim entender que:

Ao escolher a palavra, partimos das intenções que presidem ao todo do nosso enunciado, e esse todo intencional, construído por nós, é sempre expressivo. É esse todo que irradia sua expressividade (ou melhor, nossa expressividade) para cada uma

das palavras que escolhemos e que, de certo modo, inocula nessa palavra a expressividade do todo. (BAKHTIN, 2000, p.311)

As palavras quando colocadas de formas isoladas, fora da interação verbal são consideradas neutras e quando inseridas na corrente viva da interação, se transformam em signo e adquirem uma significação que faz com que o processo de interação social em que a palavra/signo está inserida passe a ter uma carga ideológica enquanto enunciado; pois “Escolhemos a palavra de acordo com sua significação que, por si só, não é expressiva e pode ou não corresponder ao nosso objetivo expressivo em relação com as outras palavras, isto é, em relação com o todo de nosso enunciado” (BAKHTIN, 2000, p.311).

Ao refletir sobre a natureza ideológica das palavras como um processo social constante é possível compreendermos que “A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos [...]. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (VOLOSHINOV, 1997, p.41).

As relações sociais são os campos produtores de discursos e significantes das palavras, pois são norteadas por elementos de comunicações que comportam diferentes relações dialógicas. Ao trabalhar com enunciados compreendemos quais as relações dialógicas que os compõem enquanto produções discursivas, gênero, tema, interlocutor e ainda a temporalidade em que foram criados. Sabemos que:

[...] Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação (“respostas curtas” na “linguagem de negócios”) e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir. (BAKHTIN, 1979, p.29)

Os enunciados analisados neste trabalho apontam para incontáveis relações dialógicas entre si, pois mostram que os textos não apenas dialogam sob a ação do analista, mas estão interligados em determinados momentos e não somente pelo fato de remeterem ao mesmo tema, mas por apresentarem indícios sobre o lugar social dos frequentadores e suas formas de representações.

Ao pensarmos nas relações dialógicas entre os textos analisados, devemos considerar que inevitavelmente há diversas relações, pois há momentos em que nos deparamos com documentos que se complementam, se citam e até se constroem com base nos outros

enunciados, como é o caso do Processo de Tombamento, que engloba o Relatório de sentença e o Estatuto do clube, que será problematizado nos próximos capítulos.

### **3.2 A ESCOLHA METODOLÓGICA**

O primeiro passo necessário para a construção do trabalho foi buscar uma metodologia que nos possibilitasse realizar uma análise que evidenciasse o lugar social em que os enunciados foram elaborados.

Os enunciados tratados neste trabalho são de espaços e tempos diferentes e são produtos da construção de entrevistas de sujeitos negros contemporâneos que frequentaram a instituição estudada em algum momento de suas vidas.

Os entrevistados possuem idades variadas e frequentaram o clube em diferentes épocas. Essa escolha estratégica surgiu a fim de produzirmos diferentes reflexões sobre os modos de viver desses sujeitos, dentro e fora do clube e em variados momentos. Há alguns textos produzidos sobre a instituição que são datados simultâneos ao período em que um ou outro entrevistado frequentou a instituição e isso foi produtivo para que pudéssemos perceber as relações entre os depoimentos orais e outros textos.

Nos apropriamos das entrevistas como construções discursivas que trazem a possibilidade de verdade dos fatos; mas antes de buscarmos a verdade de/ou sobre algo precisamos considerar que tanto o entrevistador quanto o entrevistado são sujeitos sociais que possuem experiências únicas e estas constituem a construção dialógica imbricada nas entrevistas.

Ao indagarmos sobre como elaborar uma entrevista, logo buscamos as instruções de o que fazer e o que não fazer; mas ao considerarmos que as entrevistas são formadas por uma estrutura composicional de perguntas e respostas, logo devemos associá-la à flexibilidade, conflitos ideológicos e possibilidades, afinal não há uma fórmula de como conduzir uma entrevista, até porque o entrevistado deve ter liberdade para construir seu texto de acordo com o que acha relevante. E quanto aos excessos, cabe ao analista compreender o lugar destes nos processos de interação discursiva presentes na relação dialógica entre entrevistador, entrevistado e tema da entrevista.

O pesquisador faz uma série de questionamentos a serem respondidos pelos entrevistados, mas muitas vezes estes questionamentos pertencem aos objetivos de sua pesquisa e não de sua entrevista. É claro que o pesquisador não deve olhar para o entrevistado de forma

isolada e desconsiderar o lugar sociocultural em que este se encontra, mas olhar para o entrevistado como um sujeito que construirá diferentes respostas sobre o tema, e caberá ao entrevistador analisar a intencionalidade das respostas.

Os papéis entre entrevistador e entrevistado na entrevista não são neutros, pois a relação valorativa com o objeto, tema e interlocutor é o que compõe os enunciados do entrevistador e do entrevistado, pois tanto as perguntas como as respostas já estão carregadas de valoração. E embora tenhamos a expectativa de delimitação de lugares, no anseio de que o pesquisador interfira o mínimo possível na produção das respostas do entrevistado, devemos esclarecer que não há esta neutralidade, pois, o nosso objetivo é emitir menos juízo de valor para que o entrevistado tenha mais possibilidade de dizer.

A relação entre entrevistador e entrevistado constrói-se como interação em que ambos desempenham durante a entrevista. Os textos do entrevistador e do entrevistado são produzidos da/na interação entre os envolvidos nesta corrente dialógica. E assim, as entrevistas não devem ser vistas apenas como ferramentas, mas como uma perspectiva enunciativa que remete a determinados acontecimentos e que possibilita construir diversas informações que produzem os mais variados sentidos.

E quanto à estrutura das entrevistas, os roteiros são pensados previamente, mas não são fixos e tampouco contam com hipóteses predefinidas. O roteiro é uma forma de situar o entrevistador e o entrevistado de modo que ambos se sintam à vontade para desenvolver uma conversa sobre a temática exposta. “Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos ” (MINAYO, 2001, p.57).

As entrevistas serão analisadas numa perspectiva enunciativa, como textos construídos no processo interação, aos quais poderemos realizar questionamentos que remetam ao significado da entrevista para o entrevistado.

Em relação ao lugar da entrevista neste estudo, podemos dizer que foi o ponto de chegada, visto que este trabalho parte dos enunciados construídos sobre o Clube Treze de Maio, um patrimônio cultural negro e que foi durante muitos anos o espaço único destinado aos negros e negras pontagrossenses. Mas, para que pudéssemos entender e tecer considerações acerca das construções e dinâmicas que permeavam as relações externas e internas da instituição, foi preciso olhar para os sujeitos que faziam parte da mesma e considerar seus enunciados, pois foram estes que contribuíram para que o objetivo desta pesquisa fosse alcançado.

As entrevistas foram utilizadas como forma de construir um outro campo de possibilidades de estudos, pois não há documentos o suficiente sobre o clube que remetam a

enunciados produzidos diretamente pelos sujeitos frequentadores do mesmo. Assim sendo, a utilização das entrevistas foi uma maneira de construirmos um novo *corpus* a ser analisado e que se ampara em informações ainda não registradas sobre as vivências dos sujeitos negros desta pesquisa.

Ao pensarmos que:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MINAYO, 2001, p.57)

A escolha em utilizar entrevista como uma perspectiva enunciativa ocorreu-nos devido a uma necessidade de buscar “novos” textos sobre os participantes do clube em questão. Nosso olhar para as entrevistas nesta pesquisa ocorre como uma forma de reorganizar vivências e criar um conjunto de informações que evidencie os textos de diferentes sujeitos negros que tiveram suas identidades negras influenciadas pela instituição aqui tratada.

Além dos textos produzidos pelas entrevistas, conforme já mencionado, a pesquisa contou com outras fontes que foram analisadas, fontes que têm grande valor documental, pois são compostas por enunciados que remetem aos sujeitos negros integrantes da instituição estudada, ao funcionamento do clube e seu lugar na cidade. E sobre o conjunto de documentos que constroem discursos sobre a instituição estudada, são eles: Relatório de sentença, Processo de tombamento e o Estatuto do clube.

E assim, percebemos esta pesquisa como de natureza qualitativa, pois os dados e estatísticas não são os destaques deste estudo, afinal buscamos fazer uma pesquisa de caráter social e por isto as análises são direcionadas para além de um elemento quantificador. Justificamos a escolha por uma pesquisa qualitativa, a fim de propor reflexões sobre o modo de viver, pensar e sentir da comunidade de análise e isto não pode ser traduzido em números e tampouco em gráficos, pois “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. (MINAYO, 1994)

Ao utilizarmos a metodologia da pesquisa qualitativa, voltamos nossos olhares para as interações sociais entre os sujeitos negros entrevistados e o objeto norteador deste trabalho, o clube negro e ao processo de representação entre ambos. Sabemos que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1995, p.21-22).

O trecho citado nos mostra o quão variado se torna o campo de análise quando optamos por uma forma de trabalho que utilize a pesquisa qualitativa; afinal esta metodologia valoriza os processos imbricados nos acontecimentos, nas falas, nas vivências e em todas as outras produções humanas possíveis, estas que para Bakhtin são lugares que produzem textos.

A pesquisa qualitativa é marcada pela abrangência de sua metodologia, visto que a mesma nos permite dialogar com vários autores que apontam para a importância da não matematização dos pensamentos e ideologias humanas e esta é uma característica das ciências voltadas para o estudo e análise do viver em sociedade.

Esta pesquisa tem como exercício olhar para os enunciados produzidos no interior do clube, bem como para os enunciados a respeito do clube produzidos em outros contextos de diferentes esferas, para que seja possível fazermos um cruzamento entre estes textos/enunciados, a fim de compreendermos as relações dialógicas que constroem o lugar social do clube na sociedade de modo mais amplo e o lugar social dos sujeitos que dele participam.

Em relação aos sujeitos que participam ou participaram da instituição estudada, estes tiveram suas vozes ouvidas e registradas através de entrevistas orais. Ao ouvir e analisar essas vozes buscamos compreender em que medida e de que maneira os enunciados desses sujeitos dialogaram com os enunciados do estatuto do clube, do relatório de sentença e do processo de tombamento. As relações dialógicas entre as vozes dos sujeitos e esses enunciados podem se dar no interior do próprio texto ou podem ser estabelecidas como procedimento de análise na pesquisa, uma vez que:

Dois enunciados alheios confrontados, que não se conhecem e toquem levemente o mesmo tema (ideia), entram inevitavelmente em relações dialógicas entre si. Eles se tocam no território do tema comum, do pensamento comum. (BAKHTIN, 2003, p. 320)

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentido (ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.). (BAKHTIN, 2003, p. 331)

Assim, ainda que as entrevistas não façam referência explícita aos documentos analisados, pudemos estabelecer entre elas e esses documentos relações dialógicas, não apenas por se tratar do mesmo tema (o Clube Treze de Maio) mas também devido à forma em que os discursos se construíram.

Ao entrarmos em contato os escritos de Faraco (2009) em sua obra *Linguagem & Diálogo, as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*, podemos compreender que há uma

diferenciação sobre a forma de olhar para o objeto dentro das ciências da natureza e dentro das ciências do espírito, pois para Faraco:

Segundo Dilthey, o objeto das ciências da natureza (os fenômenos naturais) é estranho ao sujeito cognoscente no sentido de que o ser humano não pode conhecê-lo por dentro, a partir do interior; já o objeto das ciências do espírito (o mundo da cultura) não é estranho ao sujeito. É por ser o mundo da cultura a expressão de uma vivência humana que o sujeito cognoscente pode aqui conhecer de dentro o objeto, i.e., o sujeito por pertencer ao mundo da cultura, pode senti-lo por dentro, pode ter dele uma percepção íntima, pode reviver e reproduzir a experiência dos outros seres humanos, pode penetrar em seus significados. (2009, p.41)

Ao considerarmos que esta pesquisa tem seu objeto estudo inserido em um âmbito da dita “ciência do espírito”, é preciso olhar para as relações dialógicas que constroem este objeto. Não optamos pela pesquisa qualitativa pela ausência de dados numéricos, mas porque olhamos, consideramos, analisamos, evidenciamos e materializamos vozes, discursos e dizeres que não podem ser quantificados devido as suas particularidades, autenticidade e intencionalidade.

As análises realizadas neste trabalho são construídas com base em compreensões e problematizações que nos possibilitam entender o texto, este que para Bakhtin “É o conjunto coerente de signos” (1997, p.307). O texto é uma materialidade da interação social e assim é possível dizer que “O que nos interessa, nas ciências humanas, é a história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de texto” (BAKHTIN, 1997, p.330).

E conforme já exposto, os textos aqui problematizados são produtos de entrevistas realizadas em âmbito privado e restrita a um público específico. Ao consideramos que “Todo texto tem um sujeito, um autor (que fala, escreve). Formas, aspectos e subaspectos que o ato do autor pode assumir” (BAKHTIN, 1997, p.330), sabemos que devemos situar estes autores e o lugar que estes ocupam na atual pesquisa.

Antes de situarmos e historicizarmos os indivíduos entrevistados, faz-se necessário compreendermos que “A forma que o autor reveste depende do gênero do enunciado. O gênero, por sua vez, é determinado pelo objeto, pela finalidade e posição do enunciado” (BAKHTIN, 2003, p.330). Para realizar as problematizações textuais é preciso fazermos questionamentos, não apenas em relação ao lugar dos envolvidos na comunicação dialógica, mas ainda aos fatores extralinguísticos que estão envolvidos no processo comunicativo da entrevista, através das articulações discursiva entre locutor, interlocutor e suas individualidades.

Os gêneros do discurso podem ser classificados como primário ou secundário. Os primários são compreendidos como os de natureza simples e cotidiana, enquanto o secundário volta-se para as comunicações discursivas complexas e que envolvem relações sociais.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 1997, p. 262)

Os gêneros do discurso são definidos pela particularidade do enunciado e devem ser analisados como parte da vasta quantidade de gêneros existentes nas diferentes esferas comunicativas. Cada gênero possui um estilo e podem ser produto de um enunciado individual; alguns apresentam esta característica mais evidenciada.

O enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). Em outras palavras, possui um estilo individual. Mas nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua do enunciado, ou seja, nem todos são propícios ao estilo individual. (BAKHTIN, 1997, p.283)

Os textos/discursos aqui explorados são compostos por gêneros de diferentes estilos e as análises transitam de um texto para outro, pois os discursos problematizados se relacionam em alguns momentos e se distanciam em outros. O fato é que os enunciados trazidos são distintos e isto faz com que a pluralidade de vozes neles presentes nem sempre seja evidenciada: é o caso dos documentos ditos “oficiais” que serão problematizados mais adiante.

Os enunciados produzidos na interação entre dois interlocutores, nas perguntas e respostas, produzem textos que serão analisados como entrevista e a totalidade deste enunciado é a negociação dos dois interlocutores de que o objeto já foi escolhido e o gênero entrevista só se legitima através da dinâmica entre perguntas e respostas, de forma contínua. O gênero entrevista nesta pesquisa, não é apenas parte do conjunto de enunciados a serem problematizados, mas um material analítico fundamental para o desenvolvimento do atual trabalho.

A entrevista é um gênero marcado pela construção possível no momento de sua realização e no processo de interação e coprodução. É também um processo de interação conjunta de um dizer sobre um determinado tema em que os sujeitos envolvidos expõem suas identidades e os valores que estão orientando e cada um desses valores estão constantemente em uma relação dialógica "[...] que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal. Dois

enunciados quaisquer, se justapostos no plano do sentido (não como objeto ou exemplo linguístico), entabularão uma relação dialógica."(BAKHTIN, 1997, p.345)

A relação dialógica é compreendida pela interação entre duas ou mais vozes e é resultado da produção de enunciados de um autor para um interlocutor que produzirá uma interação verbal e que dará origem a outros novos enunciados. Estas relações também podem ser observadas quando “Dois tipos de produções verbais, dois enunciados confrontados um com o outro entabulam uma relação específica de sentido a que chamamos dialógica” (BAKHTIN, 1997, p.347).

A definição acerca do termo dialógico está diretamente relacionada à interação verbal construída em esferas sociais comunicativas que dão origem a diferentes textos e diálogos. O pensar na natureza dialógica da comunicação verbal implica em considerarmos o sentido das coisas e a intencionalidade e valoração dos signos e não apenas a sua materialidade enquanto estrutura. Bakhtin (1997) esclarece que a relação dialógica:

É uma relação marcada por uma profunda originalidade e que não pode ser resumida a uma relação de ordem lógica, linguística, psicológica ou mecânica, ou ainda a uma relação de ordem natural. Estamos perante uma relação específica de sentido cujos elementos constitutivos só podem ser enunciados completos (ou considerados completos, ou ainda potencialmente completos) por trás dos quais está (e pelos quais se expressa) um sujeito real ou potencial, o autor do determinado enunciado. O diálogo real (conversa comum, discussão científica, controvérsia política, etc.). (BAKHTIN, 1997, p. 353)

Ao levarmos em conta que “O ato de compreensão já é dialógico” (BAKHTIN, 1997, p.350), é possível entender qual é o processo de comunicação responsiva que se constrói na relação entre o falante e o ouvinte ou entre o enunciado e o discurso e ainda entre o analista e o texto.

E para existir uma relação dialógica, os enunciados não precisam estar inseridos na mesma esfera ou em um dado momento e esta relação não é definida apenas pela réplica e tréplica, pois

[...] a relação dialógica não coincide de modo algum com a relação existente entre as réplicas de um diálogo real, por ser mais extensa, mais variada e mais complexa. Dois enunciados, separados um do outro no espaço e no tempo e que nada sabem um do outro, revelam-se em relação dialógica mediante uma confrontação do sentido, desde que haja alguma convergência do sentido (BAKHTIN, 1997, p.354)

Há relações dialógicas entre os textos aqui analisados, pois ainda que sejam textos de gêneros diferentes e de períodos diferentes há enunciados que se relacionam, não apenas porque

o objeto é o mesmo, mas por questões políticas, identitárias, sociais, culturais e econômicas que envolvem o clube negro, sua localização, seus frequentadores e seu caráter étnico-racial.

O pensarmos em um clube negro como uma sede social recreativa que se consolida como sociedade literária no ano de 1920, certamente é um indício que devemos analisar com cautela, pois o clube foi criado trinta anos antes, mas qual seria o motivo que leva o primeiro registro oficial da instituição a ser datado apenas no ano de 1920? Questionamento tão evidente quando pensamos no histórico da cidade e no não-lugar dos negros neste espaço.

Quando refletimos sobre as relações dialógicas entre os textos referente ao clube estudado, é necessário esclarecer que os diálogos nem sempre precisam ser de concordância; pois, conforme já posto, os discursos sobre a instituição são de esferas, autores e diferentes intencionalidades; e isto faz com que possamos perceber quais os discursos de concordância dentro de determinadas esferas e quais os discursos de discordância dentro desta mesma análise. Mas o fato de serem discursos de discordância não significa que não possuem relações dialógicas: é o caso do Estatuto do clube e do processo de tombamento, que serão problematizados no decorrer deste trabalho.

Em relação à autoria dos enunciados aqui problematizados, temos uma pluralidade de vozes que integram o conjunto de discursos evidenciados e este conjunto de textos apresenta diferentes dinâmicas dialógicas em sua enunciação. A relação dialógica aqui priorizada é a de perguntas e respostas, definida não apenas pelas entrevistas, mas também pela forma de olhar para o texto, considerar suas individualidades e elaborar questionamentos.

Os enunciados explorados nesta pesquisa são de natureza dialógica, visto que os autores produzem textos para alguém e este alguém é definido como um (ou mais) interlocutor que constrói respostas dentro do processo de comunicação responsiva que é resultado de um processo consciente de atitude de interação entre os sujeitos; isto ocorre porque “A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa” (BAKHTIN, 1997, p.290).

A atitude responsiva proporciona ao interlocutor uma transitoriedade de lugares e quando este recebe determinado enunciado, logo se sente autorizado a produzir um novo enunciado dentro desta cadeia comunicativa que o transforma em locutor provisório, visto que este processo é marcado por uma dinâmica ativa constante.

No início do processo de enunciação, o locutor direciona o seu enunciado para alguém e nesta atitude ativa, consciente e pensante, o ouvinte se apropria deste enunciado e em uma posição nada passiva, elabora uma (ou mais) resposta com base em enunciados anteriores; e

esta ação já é esperada pelo locutor, pois este produz seu enunciado já pensando na relação com o outro (ouvinte).

O locutor postula esta compreensão responsiva ativa: o que ele espera, não é uma compreensão passiva que, por assim dizer, apenas duplicaria seu pensamento no espírito do outro, o que espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução, etc. (BAKHTIN, 1997, p.291).

O locutor é produtor de novos enunciados, mas é também um interlocutor de outros enunciados construídos anteriormente, pois o processo de enunciação de um locutor é considerado uma atitude responsiva aos enunciados anteriores e isto ocorre por quê:

O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (BAKHTIN, 1997, p.316)

E para que possamos compreender os sentidos intrínsecos nos enunciados que compõem os textos analisados ao longo dos próximos capítulos, utilizaremos como amparo das análises textuais e documentais a expressividade que cada texto carrega em sua composição, expressividade esta não apenas do locutor, mas também do interlocutor. E então, devemos considerar a expressividade dos diversos sujeitos envolvidos nos processos comunicativos que resultaram na produção de discursos sobre a instituição aqui problematizada e suas múltiplas relações sociais.

As problematizações desta pesquisa terão diferentes enfoques, pois buscamos construir uma análise que envolvesse diferentes gêneros textuais, compostos por diferentes linguagens. Os textos explorados são compostos por uma gama de signos que apontam para as mais variadas possibilidades de interpretações e por este motivo além da possibilidade de análise proposta pelo círculo de Bakhtin, utilizaremos o Paradigma Indiciário como uma ferramenta investigativa que considera as individualidades de cada texto explorado.

O Paradigma indiciário é uma proposta elaborada por Carlo Ginzburg com base em outros métodos investigativos desenvolvidos anteriormente e por diferentes intelectuais. Há quem diga que o Paradigma Indiciário é uma ferramenta, outros afirmam ser uma forma de trabalho ou metodologia, mas nesta pesquisa este saber repleto de sentidos e definições será utilizado como um método, embora tenhamos conhecimento da sinalidade Paradigma.

O método indiciário foi escolhido devido à importância que este atribui aos detalhes, ações e sinais, vistos que estes, na maioria dos casos são taxados como “menos importantes”

para as ciências não humanas. O Paradigma Indiciário prioriza as individualidades de cada sujeito e por este motivo se faz presente neste trabalho como uma forma de análise, pois aqui voltamos as atenções para as identidades negras e as identidades são elementos que se consolidam *a priori* (mas não exclusivamente) em processos individuais.

É interessante considerarmos que embora nos apropriemos da proposta de Ginzburg como a definição de Paradigma Indiciário, logo devemos esclarecer que

O tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico. Trata-se, como é claro, de adjetivos não-sinônimos, que, no entanto, remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de métodos ou termos-chave. (GINZBURG, 1990, p. 170)

O fato de escolhermos o signo Indiciário como protagonista refere-se ao contexto investigativo desenvolvido durante esta pesquisa, pois a busca por fontes e materiais de análise foi tão escassa que sentimos a necessidade de nos ater aos indícios a fim de seguirmos pistas que pudessem nos levar ao motivo do suposto desaparecimento das informações sobre a instituição negra na historiografia local.

A proposta de utilização desta forma de trabalho está posta como uma metodologia que não se atém à sistematização de ações ou formas estruturais de conduzir uma análise; é um Paradigma que exige do investigador/pesquisador/analista um posicionamento construído por possibilidades que se legitimam através da materialidade dos sinais deixados pelos sujeitos produtores dos textos analisados. A imaginação é um aparato de destaque neste processo analítico, pois é um dos elementos cruciais para o desenvolvimento de reflexões e a construções de hipóteses dentro do Paradigma Indiciário. A questão não é criar, mas buscar e dar sentido aos mínimos detalhes e vestígios disponíveis dentro do conjunto discursivo analisado.

Atualmente podemos relacionar o Paradigma Indiciário com esta pesquisa no sentido de pensarmos as relações pessoais presentes nos enunciados construídos sobre a instituição negra analisada. A intencionalidade aqui proposta é direcionar nossos olhares para as pistas que nos levam aos processos dialógicos que compõem os discursos de afirmação, negação, construção e desconstrução das identidades negras vinculadas ao clube.

Ao apresentar uma metodologia pautada no Paradigma Indiciário, Carlo Ginzburg dialoga com a noção de signo, descrita por Bakhtin, pois o primeiro considera os sinais em uma investigação científica e o segundo destaca a importância dos signos em uma cadeia comunicativa na análise de falas. Ambos reconhecem a importância da investigação, uma

através da análise simbólica presentes nos discursos e o outro através da análise dos sinais que levam a um ponto de partida, sendo este sustentado pelo método do Paradigma Indiciário.

Deste modo, entendemos como paradigma indiciário a metodologia que Ginzburg elaborou para seguir pistas, interpretar sinais e indícios deixados pelos produtores das ações investigadas. Este paradigma contribuiu para realizar o atual estudo, pois volta-se atentamente para os rastros que levam a uma possibilidade de verdade sobre os discursos analisados.

E assim, podemos elencar que o Paradigma Indiciário “Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas” (GINZBURG, 1990, p 179); e é dentro deste campo de busca, procura e indefinições que foram elaboradas problematizações referentes às interações sociais dos sujeitos negros envolvidos nesta análise.

E para ilustrar a forma de aplicabilidade do paradigma indiciário, Ginzburg se apropria de metáforas a fim de expor de que maneira o homem pode seguir pistas e “rastros” dos acontecimentos – no anseio de chegar à veracidade dos fatos. O autor descreve o homem como caçador, deste modo a aptidão e o ato de caçar (**descobrir**) faz do homem (**pesquisador**) um caçador (**investigador**). Ou seja, “A caça na savana habilita e habilita o homínida: faz dele intérprete de um número muito grande de estímulos sensoriais ambíguos e tênues que se transformaram em sinais, indícios e mensagens, com o reconhecedor transformando-se em conhecedor ” (GINZBURG, 1989. p.67).

A proposta de análise aqui construída também se ampara nesta concepção teórica, pois o discurso trabalhado é uma construção de fenômenos socioculturais que apresentam desde a sua origem, pistas, sinais e indícios que nortearão a investigações; estas, associadas às relações dialógicas, apresentarão a complexibilidade das relações sociais, culturais e de poder que estão imbricadas nos discursos em questão.

O campo da investigação do discurso escolhido é amplo e dentro deste “Existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1990, p.177); e já que “A primeira palavra e a última, o começo e o fim de uma enunciação permitem-nos já colocar o problema do todo” (BAKHTIN, 1997. p. 129), é com base neste conjunto de simbologias que as análises serão realizadas e com o olhar direcionado para a sinalidade dos signos e a intencionalidade dos sinais e indícios presentes no conjunto enunciativo problematizado.

### 3.3 O PROCESSO DE ENTREVISTA E OS ENTREVISTADOS

As entrevistas realizadas serão trazidas no capítulo VI e foram construídas no processo de interação entre a entrevistadora e os entrevistados. As questões foram estruturadas anteriormente, a fim de seguirmos um roteiro e não perder o objetivo da entrevista que era reunir o maior número de informações possíveis acerca da relação entre os entrevistados e o Clube Treze de Maio; pois desta forma poderíamos atingir os objetivos gerais e específicos no decorrer das análises.

Buscamos contato com frequentadores, ex-frequentadores da instituição e alguns membros da atual diretoria, porém, esses últimos não se mostraram dispostos a participar do processo de realização de entrevistas; por outro lado, cederam a autorização para que pudéssemos pesquisar sobre a instituição dentro das vias legais, registrando o projeto desta pesquisa na Comissão de Ética em Pesquisa (COEP) da universidade a qual temos vínculo, o que por hora, foi o suficiente.

Após definirmos o objetivo, pensar na comunidade de análise, elaborar um roteiro para as entrevistas, organizar as perguntas e contatar as pessoas, seguimos para o processo de construção de parte dos materiais de análise, as narrativas.

A busca pelos entrevistados não foi fácil, pois muitos não tinham disponibilidade ou até mesmo interesse em dar entrevista, falavam do tema por telefone, mostravam-se entusiasmados; no entanto, quanto compreendiam que a entrevista seria gravada, alguns se sentiam intimidados e não davam continuidade ao assunto, ocorreu-nos que um sujeito se recusou a dar entrevista, ainda que fosse em áudio. E essa atitude é totalmente compreensível, pois sabemos o quão difícil é falar sobre eventos que magoam, nos limitam ou nos excluem.

*A priori*, contatamos dezesseis pessoas e quantitativamente falando, duas se recusaram de início. E já que o atual trabalho considera desde os mais ínfimos sinais, podemos dizer que outros dois sujeitos se recusaram discretamente, pois de modo repentino deixaram de nos atender, não respondiam e-mails, tampouco recados em redes sociais, embora estivessem constantemente *on-line*.

Entramos em contato com outros dois indivíduos e estes não se encontravam na cidade no momento de gravação das entrevistas: um estava em viagem de férias e outro mudou-se há pouco tempo para outro Estado, fator este que contribuiu para que as entrevistas não fossem realizadas.

O último contatado foi um senhor que se mostrou disposto a construir a entrevista, porém, quando explicamos que seria gravada e que precisaria da assinatura dele no documento

de autorização da entrevista e utilização da mesma, ele se recusou a dar continuidade ao processo, pois disse sentir-se incomodado em ter sua fala gravada. Na tentativa de deixá-lo mais a vontade, explicamos novamente que usaríamos pseudônimo e que a entrevista seria transcrita respeitando as normas de éticas, mas não foi o suficiente para que o contatado mudasse de ideia, pois segundo ele, o gravador o intimidava.

Dos dezesseis contatados, nove aceitaram participar das entrevistas e as mesmas renderam um conjunto de transcrição com mais de setenta páginas. A transcrição foi realizada respeitando apenas as correções básicas de ortografia; no entanto, a essência e o sentido das falas permaneceram os mesmos. O modo de registro das falas corresponde ao enunciado em itálico e em forma de citação fora do corpo do texto.

A escolha em usar pseudônimos ocorreu-nos após fazer o primeiro contato com uma mulher de 62 anos que nos indagou sobre a possibilidade de não mostrar seu nome, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que trazia a informação de que a identidade dos entrevistados seria preservada, logo, seguimos as orientações do Comissão de Ética em Pesquisa (COEP)<sup>5</sup> e não nos distanciamos da proposta inicial.

No processo de transcrever, nos apropriamos do signo “S” para indicar a categoria sujeito e precedia este do número que correspondia à ordem em que o entrevistado se encontrava nas gravações, mas isso parecia implicar em uma busca por uma homogeneidade entre os protagonistas desta pesquisa, então, optamos por utilizar pseudônimos amparados em nomes existentes, mais especificamente de personalidades negras brasileiras.

Os pseudônimos utilizados nas transcrições foram os seguintes: Lélia, Benedita, Nilma, Carolina, Enedina, Neusa, Luís, José e Ignácio, visto que entrevistamos seis mulheres e três homens. As denominações referem-se apenas ao primeiro nome de Lélia Gonzáles; Benedita da Silva; Nilma Lino Gomes; Carolina de Jesus; Enedina Alves Marques; Neusa Santos Souza; Luís Gama; José do Patrocínio; Ignácio de Araújo Lima - Intelectuais, escritores e militantes negros.

Os sujeitos entrevistados têm filhos, vivem com suas famílias e apresentam características semelhantes quando se trata de questões raciais, pois todos os entrevistados são negros e reconhecem sua negritude, elemento que contribuiu para que fossem escolhidos como sujeitos de pesquisa, visto que esta pesquisa aborda questões de identidades negras.

---

<sup>5</sup> Qual o projeto desta pesquisa foi aprovado e está inscrito sob o número 53352416.8.0000.0105

As entrevistas foram realizadas nas residências e nos locais de trabalho dos sujeitos participantes da instituição. As idades dos sujeitos eram distintas, o entrevistado mais jovem tinha 38 anos enquanto a senhora mais idosa tinha 85.

A temporalidade das construções discursivas durante o processo de realização das entrevistas variou de acordo com a disposição dos entrevistados em falar sobre o assunto, pois algumas foram mais longas, outras mais curtas, porém, não conseguimos identificar uma possível causa desta diferença.

E a fim de retomar as propostas deste capítulo, o mesmo buscou trazer quais as discussões teóricas e metodológicas que nortearam a atual pesquisa, bem como a problematização de conceitos e formas de análise. Assim, podemos dizer que os objetivos foram alcançados através de uma pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e historicização dos sujeitos de pesquisa; isso a fim de relacionar as teorias com as análises aqui propostas.

No próximo capítulo traremos discussões acerca das identidades negras e elementos de posituação e valorização desta categoria racial através de um signo visto como compensatório, inserido no enunciado que nomeia a instituição aqui referida. O capítulo é composto por uma análise investigativa acerca dos processos de significação atribuídos ao clube pelos seus frequentadores.

## CAPÍTULO IV

### IDENTIDADES NEGRAS

Este capítulo será dividido em dois tópicos: o primeiro é uma construção que busca, por meio de teorias e vivências na instituição negra, construir uma discussão teórica sobre as identidades dos sujeitos que participaram dos discursos relacionados ao clube, pois assim, os discursos serão situados e compreendidos com base nas experiências destes sujeitos de pesquisas. O segundo tópico abordado tem como objetivo pensar sobre a forma de representação dos sujeitos negros e quais as atitudes responsivas que estes tiveram para se mostrarem enquanto cidadãos livres. Este tópico volta-se para uma problematização acerca da escolha do adjetivo “literário” para o discurso de nomenclatura da instituição negra aqui estudada e do clube enquanto forma de sociabilidade negra.

O discurso de nomenclatura da instituição foi analisado enquanto um ato de demonstração do desejo dos negros integrantes do clube de romper com antigos estereótipos e passarem a serem vistos como sujeitos e com outras identidades, visto que “[...] A identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida” (HALL, 2006, p.75) e neste caso a identificação ganhada seria a de negros letrados e a identificação perdida a de escravos, que os acompanhou por longos anos.

As identidades nos compõem enquanto sujeitos e nos situam e nos inserem na sociedade a partir de que grupos e lugares sociais que fazemos ou faremos parte. Em relação às identidades, devemos ter em mente que estas não são fixas, visto que:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.13).

A citação de Hall aponta para a questão da identidade como algo não unificado, e isto dialoga com os enunciados dos protagonistas desta pesquisa; pois, no presente trabalho, a atenção é direcionada para as relações sociais, raciais e de poder que constituem os discursos sobre a população negra da cidade de Ponta Grossa. Estes indivíduos, embora tenham coisas em comum, como a cor da pele e o fato de frequentarem o mesmo clube, não são sujeitos homogêneos e nem suas identidades são unificadas.

Antes de iniciar as reflexões acerca das identidades dos sujeitos negros, definiremos o que é identidade

[...] a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA 1994, p. 177-178)

Em síntese podemos dizer que identidade é o que identifica e também o que diferencia um sujeito ou um grupo do (s) outro (s) grupo (s). Para Nilma Lino Gomes, (2005, p.41) “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais.” A identidade é ainda uma construção social da relação entre o sujeito, o meio em que vive e seus processos sociais cotidianos.

Considerando que a pesquisa volta-se para uma análise discursiva relativa a um processo social e identitário de uma população oprimida, é preciso buscar o que dizem os próprios sujeitos desse grupo, a fim de compreendermos de modo mais adequado a cadeia de enunciados relativa à identidade negra nesse contexto. E antes de direcionar nossos olhares para as demais relações imbricadas no processo de pertencimento e identidade negra na cidade de Ponta Grossa,

[...] A primeira coisa a fazer é definir identidade em termos gerais e a partir dessa definição geral, tentar deliberar o que é a identidade negra; em que ela consiste; quais são seus elementos constitutivos e para que serve no discurso dos que falam dela. Se entendemos a identidade, em termos gerais, como um processo que passa pelo discurso e não algo fixo estático e acabado, como se processa essa identidade no que diz respeito à identidade negra? (MUNANGA, 2012. p. 8)

A identidade negra se relaciona com outras formas de identidades dentro desta esfera, pois um sujeito negro nunca é apenas um sujeito negro, visto que o mesmo pode ser constituído por ideologias, posições e condições que o definem enquanto um ser social formado por múltiplas identidades.

A identidade negra, assim como as outras identidades, tem como elemento principal a ideia de pertencimento, identificação e inserção em espaços comuns para as distintas comunidades. E aqui, as identidades problematizadas se constituem através da única instituição negra da cidade, que é o objeto de referência dos discursos analisados.

#### 4.1 FORMAS DE SOCIABILIDADE E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS

As práticas e interações sociais referem-se a ações de sujeitos historicamente situados em grupos sociais; essas ações se constroem, desconstroem e reconstroem constantemente, e há uma série de vínculos culturais, raciais e econômicos no interior do próprio grupo ou entre distintos grupos envolvidos nesta dinâmica.

Entendemos que as práticas sociais configuram-se internamente e/ou externamente nos grupos como produtoras de sentido das relações e ações ou de possibilidades de interações entre diferentes sujeitos. Sabemos que essas práticas são construções permeadas por diferentes culturas e identidades, e, no campo acadêmico, isto possibilita uma infinidade de estudos e reflexões acerca dos modos como nos relacionarmos enquanto sujeitos sociais.

Após pensarmos em formas de sociabilidade, é pertinente afirmarmos que os sujeitos são construídos através das relações sociais, pois através destas elaboram suas formas de representações e de visibilidade. As identidades dos sujeitos aqui problematizados foram se materializando de acordo com o fortalecimento da noção de pertencimento à comunidade negra de que participavam.

A criação do clube, sede dos discursos estudados, foi uma forma de proporcionar aos negros que residiam em Ponta Grossa e que o frequentavam, um ideal de igualdade e ingresso as práticas sociais que estes se familiarizavam; pois os bailes de carnaval, os concursos de beleza negra e a valorização destes indivíduos só ocorriam dentro desta instituição e não porque era negra, mas por que era a única a qual estes sujeitos poderias frequentar sem serem barrados ou apontados como agentes externos.

As análises e pesquisas que tiveram como foco as relações sociais existentes no interior da instituição aqui estudada não apresentam resultados que remontam cronologicamente a trajetória da sociedade recreativa como uma organização que privasse pelos direitos dos negros fora da instituição. Ao buscarmos a histórias do clube e dos sujeitos negros integrantes deste processo, percebemos que havia, sim, por parte dos responsáveis pela instituição, uma preocupação com seus participantes, mas isto se limitava e se efetivava dentro das paredes do clube.

Ao considerarmos que não houve uma ruptura entre o período escravista e a suposta libertação dos escravizados, devemos pensar que não havia meios para que os membros do Clube Treze de Maio se sentissem empoderados o suficiente para buscarem políticas de melhoria para seus semelhantes, pois tinham sido “libertos” recentemente e por hora, grande

parte da sociedade brasileira já considerava este evento o suficiente para que os negros se dessem por satisfeitos.

## **4.2 AS IDENTIDADES DOS SUJEITOS**

Nas próximas páginas a pesquisa se direciona para os indivíduos autores dos discursos analisados neste trabalho, os negros. Mas o que é ser negro? E como se constrói uma identidade negra? Seguimos então para uma discussão sobre as identidades dos sujeitos negros que participaram do Clube Treze de Maio e que construíram discursos sobre o mesmo.

O pensar em identidades negras implica em considerarmos a dinâmica que envolveu algumas transformações na instituição analisada, pois os sujeitos que fizeram parte deste clube são uns e os que fazem parte são outros; e atualmente a instituição não realiza eventos voltados para questões identitárias com frequência em suas dependências.

Os sujeitos que participavam do clube eram sujeitos negros e que tinham uma relação de afeto com o mesmo. Grande parte destes o conheciam desde a infância como um espaço destinado aos cidadãos negros. Um clube negro é uma forma de representação racial, referência para seus frequentadores, além de apresentar uma ideia de união entre os que se assemelhavam.

A entidade negra não mostrava de maneira explícita uma preocupação com a construção das identidades negras; porém devemos compreendê-la como um avanço significativo e histórico para a sociedade negra local que tinha como intencionalidade predefinida (re) construir uma identidade negra, pois embora os frequentadores do clube fossem negros livres, suas identidades ainda não eram assim definidas.

O período escravista certamente contribuiu para uma construção de identidades negras fragilizadas e em Ponta Grossa, uma cidade que sempre negou a presença dos negros, não foi diferente. Pois os sujeitos pretos e pardos recém-libertos tinham como espelho a sociedade branca tradicional, pois esta era a única referência de liberdade que estes puderam observar.

Os negros integrantes do processo discursivo do clube analisado tiveram suas identidades negras construídas com base nas interações socioculturais que a instituição referida os proporcionou, pois esta tinha desde o momento de sua criação um caráter educativo, cultural e intelectual que teve o papel de redefinir lugares e condições atribuídas aos sujeitos negros no período escravista.

O caráter da sociedade recreativa evidenciada apresenta indícios de uma organização interessada em propor meios para garantir a formação de identidades negras positivas, visto que

precisavam ser positivadas, pois “A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior. ” (Souza, 1983, p.19)

As identidades aqui problematizadas são de sujeitos negros, que tiveram suas histórias marcadas por um período de desconstrução de suas humanidades e exclusão de suas culturas; mas, como se constrói uma identidade negra positiva em uma sociedade opressora que limita os negros e os impede de desfrutar da própria liberdade?

Ao pensar no motivo de positivar as identidades dos indivíduos negros, precisamos ter clareza que “Enquanto negro, ele não possui uma identidade positiva, a qual possa afirmar ou negar. ” (Souza, 1983, p.77) E a identidade negra presente nas relações sociais do Clube Treze de Maio aparece como um processo contínuo e frágil, devido ao contexto nacional em que o mesmo foi criado e nos modelos em que se espelhava. Por outro lado, o ato de criar o clube com um discurso de afirmação e legitimação da cultura negra já era um grande passo para uma desconstrução de estereótipos e construção de identidades coletivas.

As informações contidas no discurso de nomenclatura do Clube nos mostram um conflito entre uma necessidade em (re) construir uma identidade negra (que até então estava explicitamente fragilizada) e uma suposta liberdade, esta que se faz presente no trecho que evidencia o dia Treze de Maio. Este discurso está diretamente relacionado à assinatura da Lei Áurea, que não apaga as marcas deixadas pelo regime escravista, mas expõe publicamente a permissão de criar sociedades negras.

Conforme já exposto no capítulo I, no Brasil há uma série de instituições negras que foram fundadas em períodos pós-abolição, mas são poucas que tem em suas nomenclaturas signos que remetam à data da abolição. Ocorre que as instituições negras criadas apresentavam em sua identificação nomes que valorizam sinais de luta, indícios de pertencimento e identidades.

Os negros pontagrossenses podem ter optado em deixar registrado no discurso de nomenclatura do clube a data de “libertação” por questões políticas ou até mesmo de cordialidade, pois devemos considerar que o período de criação da sociedade negra era de instabilidade e insegurança para os sujeitos que foram privados de suas liberdades durante três séculos e que talvez estivessem receosos com o repentino ato de “bondade” da monarquia nacional.

Independente do motivo que levou à adesão e menção à data memorável para a história de vida dos negros brasileiros, devemos considerar que a criação de uma sociedade negra e

literária aponta para a necessidade de inserção dos negros em um novo espaço coletivo, o suficiente para fomentar relações que futuramente levariam a construções de identidades negras, sobre estas “[...] no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra.” (SOUZA, 1983, p.77)

A identidade negra é algo que se constrói e que se forma através de experiências comuns ou individuais, pois não há apenas uma identidade negra, mas várias identidades negras que se moldam e se transformam ao longo dos anos e por este motivo “O discurso sobre identidade negra só tem sentido num contexto plural, ou seja, multicultural. ” (MUNANGA, 2012, p. 8)

A definição de identidade negra é uma construção diferenciada para cada pessoa, pois cada sujeito a compreende de acordo com suas experiências e critérios de análise. Este assunto que vem conquistando cada vez mais espaço em pesquisas e debates nacionais, pois é chegado o momento em que ocultar as diferenças e camuflar as desigualdades que esta categoria implica está cada vez mais difícil.

Aos poucos a população negra passa a conquistar duramente um espaço, que não pode chamar de seu devido às limitações sociais, mas que antes nem existia; ainda que de modo minoritário, estes sujeitos estão presentes em alguns segmentos da sociedade que nunca foram pensados para eles: é o caso de repartições públicas, empresas multinacionais e programas de televisão.

O negro de hoje no Brasil, passa a ter mais visibilidade e oportunidades, pois governos anteriores elaboraram ações que contribuíram para que estes indivíduos tivessem acesso a melhores empregos, melhores condições de vida e até às universidades – através das políticas de cotas raciais, por exemplo, coisa que jamais tinha sido pensado de forma efetiva em outros momentos. Assim, pretos e pardos que lutam por uma ascensão social enxergam nesta pequena oportunidade proporcionada pela política de cotas, uma forma de mudar de vida e construir novas identidades negras.

O fato é que a identidade negra vai além da semelhança coletiva entre uma cor e a mesma cor; podemos perceber “A identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos” (GOMES, 2002, p.2); é um processo que se concretiza a partir da tomada de consciência coletiva e/ou individual. É um modo de afirmação das origens e fortalecimento de culturas negras, que são compartilhadas através de experiências comuns entre os que se identificam ou se reconhecem como integrantes deste universo afrodescendente.

É comum nos depararmos com uma pluralidade identitária quando buscamos elementos que definem identidade negra, pois conforme já descrito esta questão não se limita apenas à cor da pele, mas se faz presente desde as questões culturais mais abrangentes até as formas peculiares de trançar um cabelo ou compor uma música, pois não há explicação genérica capaz de classificar o que é ou não é ser negro.

E para fazer uma relação entre identidades negras e identidades construídas no interior do clube analisado, podemos pensar na problematização acerca da escolha do termo “literário” para a nomenclatura da instituição.

A análise a seguir foi construída com o intuito de problematizar qual o motivo da atribuição do signo “literário” na nomenclatura da instituição recreativa negra aqui estudada. Além de considerar que este signo possui valores diferenciados para brancos e negros. Buscamos analisar a intencionalidade da inserção do adjetivo em questão e de que modo os responsáveis pelo clube acreditavam que este termo poderia influenciar na forma de representação e visibilidade da entidade e de seus frequentadores.

A forma de representação social de um sujeito é algo que contribui para sua formação identitária enquanto ser social, pois a maneira em que um sujeito é representado ou se faz representado é o modo em que ele será identificado, ainda que a representação em questão apresente aspectos inverídicos ou estereotipados construído por terceiros.

A representação pode ser construída através de olhares sobre o outro, uma situação ou um evento que repercuta através de relações interpessoais e que podem acarretar danos irreparáveis para determinados indivíduos, comunidades ou culturas. Em relação à forma de propagação das representações, podemos pensar na mídia, pois esta organização tecnológica é detentora de um grande e abrangente potencial informativo e também uma das grandes responsáveis pela construção e desconstrução de pré-conceitos.

Do ponto de vista sociopolítico, podemos considerar a mídia como um veículo formativo e informativo; formativo no sentido de (de) “formar” opiniões e informativo no sentido de transmitir informações embaladas em um saco de ideologias carregadas de análises superficiais e vazias, mas que fazem com que o “povo” se sinta participante dos processos de movimentação das máquinas jornalísticas. E isto é realmente preocupante, pois ainda que a contemporaneidade brasileira vivencie um período de valorização educacional, esta valorização não foi revolucionária o suficiente a ponto de formar leitores e telespectadores críticos e pensantes.

E a fim de relacionar o processo de representação midiática sem problematização, com questões educacionais, podemos colocar que o Brasil conta com 202.758,562 de habitantes (IBGE, 2010); destes, 91% da população maior de dez anos, são alfabetizados, mas o ser alfabetizado declarado não significa ser letrado, pois o ato de ler e escrever vai determinar somente se o aluno é alfabetizado ou não e se o país cumpriu com suas “metas”.

Atualmente, ser alfabetizado não é um privilégio, mas sim um direito de todos e é dever do governo brasileiro oferecer condições para que todos os brasileiros tenham acesso a educação a partir dos 4 anos de idade.

As crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Para atender essa obrigatoriedade — a matrícula cabe aos pais e responsáveis —, as redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. (MEC, 05 de abril de 2013<sup>6</sup>)

Com base nesta legislação, podemos pensar que as políticas educacionais estão pautadas na preocupação em encaminhar as crianças para a escola, assim; o ingresso nestas instituições ocorre cada vez mais cedo e isto poderia ser muito produtivo para o país e para os estudantes iniciantes, mas o que ocorre é que a maioria das escolas não tem estruturas para acolher alunos tão novos e nem para mantê-los em regime de ensino integral.

E como se não bastasse, o governo brasileiro elaborou uma política denominada como pacto de alfabetização na idade certa, uma política de aceleração cognitiva que trata todas as crianças de forma homogênea.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. (MEC, 2012)

Ao realizarmos a leitura desta política educacional, temos a impressão de que as crianças até os oito anos de idade têm um papel fundamental no marketing do país, pois se o pacto em questão tiver sucesso, servirá para elevar o nível do país no ranking mundial de educação. Neste sentido devemos pensar que embora muita coisa tenha mudado no Brasil, alguns aspectos permanecem semelhantes.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18563:criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade&catid=211&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18563:criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade&catid=211&Itemid=86)

Pensando nos séculos passados, o saber ler e escrever era sinônimo de prestígio; e para os amantes da literatura, isto era algo nobre, digno das classes altas e das elites sociais. O prestígio atribuído à literatura permaneceu durante muito tempo e foi representado de várias maneiras e cada comunidade buscava uma forma de se apropriar dessas práticas.

Na cidade de Ponta Grossa, recorte espacial desta pesquisa, no início do século XIX o adjetivo literário era algo relacionado à elite pontagrossense, mas nada impediu a sociedade negra recreativa aqui problematizada de se apropriar deste signo e o colocar como destaque na nomenclatura de sua instituição.

O enunciado de nomenclatura do clube está presente no discurso do estatuto do mesmo, que também será problematizado enquanto objeto de estudo. O Estatuto do clube é datado de 19 de setembro de 1920 e apenas duas primeiras páginas serão exploradas.

Ao pensar na história da instituição e na forma em que foi criada, em meio a contradições e repressões, em uma região com predominância étnica branca e com valores provincianos, percebemos que há muito a ser considerado, não apenas a criação e o caráter da instituição negra, ou a natureza estrutural dos documentos, mas ainda os processos contraditórios que o excluí enquanto memória coletiva.

#### **4.3 PARA ALÉM DE UM ESTATUTO**

O material que comporta o enunciado analisado está disponível para consultas e pesquisas no acervo documental da Casa da Memória Paraná, localizada na Rua Benjamin Constant, número 318, no centro de Ponta Grossa. O Estatuto do clube é um documento com uma escrita sucinta. Conforme exposto, a análise aqui realizada se limitará apenas às duas primeiras páginas, onde se encontram as descrições dos assuntos a serem problematizados, identidade, lugar social e o signo literário.

Em meio a tantas pontes explicativas, convém neste momento retomar o objetivo inicial deste capítulo: buscamos analisar e problematizar o motivo da escolha da nomenclatura da instituição enquanto literária, bem como compreender a intencionalidade desta atitude e até que ponto um signo mudaria a forma de representação de uma instituição estigmatizada por acolher sujeitos que foram “coisificados” por mais de três séculos.

Esperamos que o enunciado de apresentação do documento citado, classificado como o estatuto do clube, possa nos oferecer indagações suficientes para propor considerações e

novos questionamentos acerca da realidade da instituição, dos sujeitos que a frequentavam e ainda da sociedade pontagrossense no período de elaboração do documento.

Figura 5 - Primeira página do primeiro Estatuto oficial do Clube Treze de Maio<sup>7</sup>



Fonte: Disponível no acervo Casa da Memória Paraná.

O documento mostra em sua primeira página os dados de identificação do que será tratado no decorrer das próximas laudas. Apresenta a nomenclatura do clube, data de elaboração do mesmo, empresa responsável por sua confecção e o local de origem em que está situado.

Não há como realizar a primeira leitura sem considerarmos o caráter negro do clube, pois grande parte da população brasileira que já teve acesso à escola em algum momento de sua vida conhece o significado do dia 13 de maio, mesmo não sendo o real significado; e logo fazem a relação da data com o período escravista e com os sujeitos protagonistas deste processo, os negros.

---

<sup>7</sup> Documento disponível na Casa da Memória em Ponta Grossa.

A intensidade do processo colonizador no Brasil ainda se repercute na atualidade, pois algumas pessoas podem não saber o que foi o dia treze de maio, mas certamente sabem que os negros foram escravizados pelo simples fato de serem negros, e no fim, uma mulher branca de família nobre, generosa, uma princesa de bom coração “libertou os escravos”, enredo tão romantizado quando duvidoso.

A fim de seguir com as problematizações sobre os escritos presentes no estatuto, devemos considerar as evidências e a formulação presentes na capa do documento. Algo que fica em proeminência é o *13 de maio*, o que seguramente era (e ainda é) uma data marcante para a população negra em geral, pois ainda que hodiernamente parte da população negra tenha conhecimento sobre o real sentido da “libertação dos escravos”, alguns ainda a comemoram.

Observamos que o destaque da nomenclatura é justamente a junção do termo literário com a descrição da data 13 de maio e ao reler: Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, em termos de escrita, a nomenclatura parece harmoniosa, porém, há elementos que destoam e deixam algumas lacunas que desestabilizam o caráter étnico-racial do clube.

Notamos que o adjetivo literário está posto antes da menção à data de abolição da escravatura, e isso nos faz pensar que a data de libertação dos escravizados estava diretamente relacionada às práticas de leituras destes “novos” cidadãos, o que não ocorreu, pois sabemos que mesmo após a abolição, o país ainda contava com leis que proibiam os negros de entrar na escola.

O fato de questionarmos uma nomenclatura do ano de 1920, elaborada por pessoas que conheceram o período escravista de perto, o antes e o depois do 13 de Maio de 1888, seria um anacronismo exacerbado e desconstruiria todos os fatores extralinguísticos intrínsecos no documento analisado e suas relações dialógicas.

Sobre as relações dialógicas, BAKTHIN (1929/2005, p.183) esclarece que “Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico [...]”. No caso da análise discursiva presente no estatuto, a relação dialógica é evidenciada no ato da criação de um clube, com regras, normas e um nome registrado oficialmente enquanto documento histórico, pois parte de uma criação responsiva de alguém para alguém.

O alguém – autor do discurso – seria no sentido de coletividade, representado pelos sujeitos que têm suas vozes materializadas no processo discursivo presente no ato de nomear o clube; que apresenta em sua nomenclatura o perfil democrático da instituição, pois além de estar descrito como recreativo, na primeira página do estatuto temos a seguinte informação sobre o documento: *Aprovados em assembleia geral [...] Ainda que este discurso não seja*

garantia do caráter democrático da instituição, devemos considerar que era esta imagem que os elaboradores do estatuto gostariam de transmitir.

Ao analisar o estatuto, podemos defini-lo através do que Bakhtin determina de polifônico, pois apresenta em seus interditos o encontro de muitas vozes. Em relação a polifonia, Santos Junior (2010, p.91) esclarece que esta faz-se presente em todos os discursos. Todo discurso é, por assim dizer, uma sorte de resposta a outros discursos proferidos alhures por outrem. E no caso do estatuto, faz-se presente a voz do redator do documento, a voz dos membros da assembleia que o escolheu, a voz da sociedade que teve como resposta a formalização da instituição e ainda a voz dos leitores do documento que construíram diferentes olhares sobre a instituição após terem contato com o mesmo.

Sobre pluralidade de vozes, Bakhtin (1999) coloca que todos os textos possuem um caráter dialógico. Portanto, cabe a nós perceber, analisar e compreender os discursos em questão, pois: “[...] O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 2010)

A análise aqui proposta busca por meio de poucas páginas fazer um paralelo entre os discursos registrados no documento e os enunciados que contribuíram para a construção do material analisado.

Sabemos que o discurso tem o poder de construir e desconstruir e no fato da nomenclatura do Clube 13 de Maio, à primeira vista o discurso integra os dois elementos. Construção no sentido de equiparação social e novos olhares, pois assim como os brancos, os negros também tinham um clube para frequentar; e desconstrução no sentido de autonomia, desconstruindo a imagem de seres passivos – marca do período escravista.

A autonomia negra estava no fato de possuírem e pertencerem a um lugar, um clube, e mais do que isso, pertenciam a um clube literário, o que não era para qualquer pessoa, pois no ano de elaboração do discurso de nomenclatura do clube, grande parte da população não era alfabetizada.

Ao considerar o período em que o Estatuto foi criado e a interação entre os signos que definem a nomenclatura da instituição, percebemos que a organização da escrita foi um processo estratégico de redefinição de uma cultura negra, demarcada por um ideal de cultura negra letrada-literária.

Ao compreendermos que:

[...] O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (FOUCAULT, 2010 p.49)

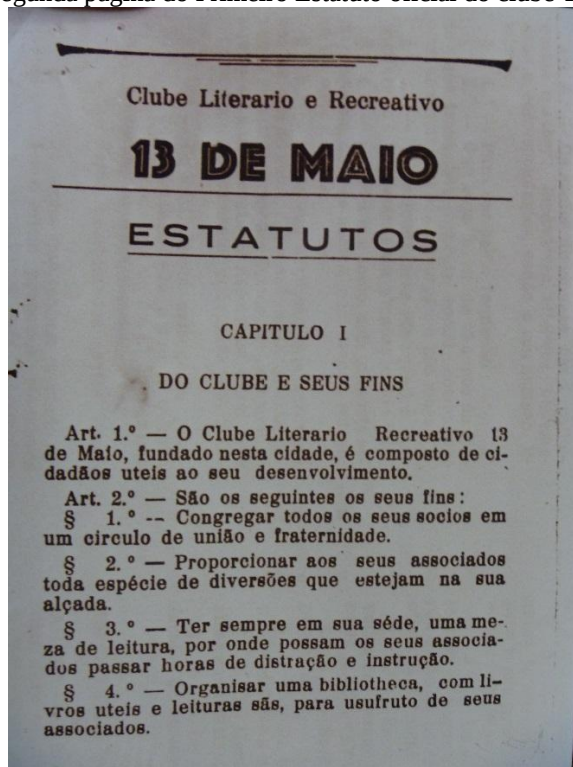
As colocações de Michel Foucault nos fazem pensar que o discurso seria composto e construído com base na ordem do significante, mas o que devemos considerar aqui é processo de leitura e escrita e que o discurso foi produzido por alguém e será destinado para o outro (s), ainda que não fisicamente ou explicitamente.

O movimento que se faz na análise é o que vai do texto em direção às condições de produção que incluem o sujeito, a situação, o dito e o já-dito, o que ficou na memória e que ficou no esquecimento, para retornar ao texto com novas possibilidades de compreensão. Neste movimento, trabalhamos um objeto simbólico inscrito no sistema da língua em sua relação com a história, com o ideológico, com o inconsciente: que produz sujeitos que se aliam ou confrontam sobre e nos sentidos possíveis a serem dados às palavras e conceitos no discurso. (SILVA, 1998, p.31)

Ao analisar a carga ideológica presente nos discursos do estatuto do clube, direcionamos nossos olhares para a segunda página do documento (página 2). A escolha pelas duas primeiras páginas do estatuto ocorreu-nos devido não apenas a não completude do documento, mas ainda por questões temáticas, pois o presente capítulo busca compreender o emprego do signo literário na nomenclatura da entidade e o sentido deste para a instituição; e apenas nas duas primeiras páginas do documento há descrições sobre a relação do signo com o caráter do clube.

#### 4.4 O SIGNO LITERÁRIO

Figura 6 - Segunda página do Primeiro Estatuto oficial do clube Treze de Maio



Fonte: Disponível no acervo Casa da Memória Paraná.

O discurso exposto encontra-se na segunda página analisada e através dos enunciados nele contido observamos que há uma série de preocupações por parte dos seus autores. Ainda que esta página apresente poucas informações, não há como desconsiderar a objetividade com que os fins normativos da instituição são descritos.

A primeira informação a ser problematizada está presente no enunciado que forma o artigo primeiro: O trecho Clube Literário Recreativo 13 de Maio, fundado nesta cidade, *é composto de cidadãos úteis ao seu desenvolvimento*. Esta informação faz com que o enunciado se apresente como uma forma de justificativa à sociedade pontagrossense, pois soa como uma explicação que situa os frequentadores do clube como pessoas com ocupação e acima de tudo como cidadãos.

O signo cidadãos assume função de alerta para uma equidade, no anseio de lembrar que o período escravista chegou ao fim, portanto os negros eram também cidadãos, com direitos e deveres.

No enunciado do artigo segundo do material apresentado o discurso é de legitimação do caráter coletivo da instituição, pois coloca como objetivo a importância da união entre os

sócios. Ainda neste artigo, destaque para os enunciados do terceiro e quarto parágrafos que reforçam o caráter literário do clube.

O terceiro parágrafo apresenta o seguinte enunciado: *Ter sempre em sua sede, uma mesa de leitura, por onde possam seus associados passar horas de distração e instrução*. Este enunciado aparece como uma forma preocupação da diretoria do clube em efetivar a prática literária, pois esta era o enfoque das atividades realizadas na instituição. O indício de uma sociedade letrada está no símbolo mesa, bem como nos signos leitura e instrução.

No quarto parágrafo, a preocupação com a prática literária reaparece, pois o enunciado *Organizar uma biblioteca, com livros úteis e leituras sãs, para usufruto de seus associados* apresenta características de expansão, pois ao pensar apenas literário, poderíamos definir seus frequentadores como alfabetizados ou letrados, mas a partir do momento que o discurso se volta para a criação de uma biblioteca, as coisas mudam de lugar e os papéis são definidores, porque a prática literária passaria a estar presente no cotidiano dos integrantes da instituição. Os signos biblioteca, livros e leituras, trazem pistas de um desejo de formação contínua dos frequentadores da entidade em questão.

Os sujeitos negros pertencentes ao clube buscavam uma maneira de valorizar suas práticas sociais e com elas suas identidades, pois eram negros e letrados, o que certamente os diferenciavam do restante da população que não era adepta das práticas literárias ou que nem mesmo eram alfabetizadas, pois o saber ler e escrever era privilégio de alguns; e sendo assim, o discurso ideológico imbricado na nomenclatura e no caráter da instituição os definia como uma organização intelectual diferenciada.

O signo literário teve grande importância na visibilidade do clube, que fora durante muito tempo conhecido como “*O clube dos pretos de colarinho branco*”, discurso popular que circulava na cidade e que contribuiu para o fortalecimento das identidades negras dos frequentadores do clube, mas havia também uma classificação na sociedade pontagrossense, pois os negros que não eram letrados e não tinham condições financeiras, não participavam das reuniões do clube, mas isto se modifica com o passar do tempo.

Os frequentadores da instituição eram pessoas que de alguma forma tinham condições de fazer parte desta comunidade, afinal, assim como nos outros clubes da cidade, os associados ou os frequentadores precisavam manter as mensalidades em dia e pagar para poder participar dos bailes e eventos sociais realizados nas sedes.

É interessante pensarmos em como eram produzidos os discursos externos acerca dos frequentadores do clube negro que tinham habilidades literárias, pois conforme já problematizado – sobre o ano de criação do discurso que cria o estatuto – a leitura e as atividades

literárias não tinham sido democratizadas, visto que até hoje “A população não domina as habilidades mínimas da leitura, o que constitui uma enorme dívida social na distribuição e democratização dos bens simbólicos no País” (AMORIN, 2008, p. 61).

E com base no discurso presente no estatuto do clube negro que definia a nomenclatura da instituição, entendemos que a instituição se firma enquanto clube negro, pois adota uma data marcante para a população que o frequenta; mas ao mesmo tempo a data de “libertação” dos escravizados é acompanhada por um símbolo imponente de desconstrução da ignorância e alienação, a palavra literário.

Reconhecemos que a literatura está diretamente ligada à leitura, sendo esta, uma prática crucial para a aquisição de conhecimentos e a produção de sentidos. A leitura forma, informa e transforma; deste modo na relação literatura e sujeitos negros, é possível dizer que:

Há um aspecto que reforça o simbolismo da leitura... o fato de que leitores, mesmo distantes no tempo e no espaço, formam uma família, uma verdadeira irmandade. Hoje a leitura é uma coisa pessoal, feita em silêncio, mas a gente esquece que nem sempre foi assim (...). (AMORIN, 2008, p.39)

A leitura era uma referência benéfica e positiva para os negros do Clube Treze de Maio e certamente a simbologia desta palavra possibilitava a estes indivíduos um empoderamento que jamais lhes fora atribuído.

A citação de Amorin define o potencial formativo da leitura; e no caso do clube analisado, a leitura seria um dos muitos passos que os negros deveriam dar rumo à equidade social na cidade de Ponta Grossa. É como se os frequentadores desta instituição tivessem (re) marcado seus lugares sociais, no anseio de reconstruir suas identidades e renovar suas práticas cotidianas.

Os negros membros da diretoria do Clube Treze de Maio, ao se apropriarem do signo problematizado, se diferenciavam dos negros não letrados e se sobressaíam aos brancos não letrados; buscavam ser equiparados à população letrada. Após a análise dos discursos presentes no estatuto, podemos dizer que tanto as normas contidas no documento quanto a escolha pelo signo literário foram os primeiros passos para uma emancipação social e racial dos frequentadores do clube, construídas sobre alicerces intelectuais.

O presente capítulo atingiu seus objetivos após construirmos a discussão teórica proposta, sobre as identidades dos sujeitos que participaram do clube enquanto uma comunidade negra que tinha como objetivo suas positificações identitárias. Neste capítulo foi possível entender – após a análise do Estatuto do clube – que a forma de representação dos

sujeitos negros foi evidenciada através da atitude responsiva de apropriação do sinal “literário” para o discurso de nomenclatura de sua sede enquanto elemento de reconstrução identitária.

## **CAPÍTULO V**

### **PROCESSO DE TOMBAMENTO & RELATÓRIO DE SENTENÇA**

O presente capítulo tem como objeto de análise parte dos enunciados presentes em dois documentos sobre o Clube Treze de Maio, um corresponde ao Processo de Tombamento da instituição, enquanto o outro se refere a um Relatório de Sentença que o Clube recebeu. O capítulo em questão busca trazer uma discussão sobre as intencionalidades presente nos enunciados dos dois documentos, a fim de entender as relações de tensões entre a instituição negra e seu entorno.

#### **5.1 TOMBAMENTO TARDIO**

O processo de tombamento de um imóvel, bem, objeto simbólicos, produção ou construções culturais, ocorre devido à importância deste para determinada comunidade ou grupo social. Este processo geralmente ocorre a fim de garantir uma preservação de determinado patrimônio cultural. A questão de decisão cabe ao poder público municipal, estadual ou nacional, dependendo da abrangência do bem em questão. E para esclarecer a função e eficácia deste processo, podemos considerar que:

O tombamento pode ser definido como o procedimento administrativo pelo qual o poder público sujeita a restrições parciais os bens de qualquer natureza cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história ou por seu valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico. (DI PIETRO, 2005, p. 134)

O processo de tombamento é um documento elaborado pelo poder público e que não tem apenas o dever de preservar e proteger os bens listados, pois o bem passa a ser de responsabilidade pública e a pertencer a uma cidade, nação e até a toda uma população em nível mundial. Ainda que o item tombado seja de um proprietário particular, após este processo, passa a ser um bem de interesse público. O nome processo de tombamento se dá devido ao registro do bem escolhido passar a constar no chamado “Livro Tombo”.

O caso aqui é registrado em 178 páginas que reunidas formam o processo de tombamento do Clube Treze de Maio. O processo de número 01/2001 é composto por discursos oficiais, assinaturas, carimbos, fontes, imagens, descrições, histórias, eventos, narrativas, pesquisas, políticas, legislações e memórias que reconstroem a história da instituição.

O contato com este documento faz com que possamos compreender a pluralidade de sentidos, identidades e questões socioculturais que estão postas na criação do clube citado. Ao realizar a análise discursiva deste documento, podemos entender que não importa o quanto você tem, mas sim o que você tem, referência às colocações já elencadas acerca da pouca produção historiográfica sobre a sociedade negra recreativa.

O fato é que o discurso sobre a dificuldade em encontrar séries documentais se efetiva quando temos acesso ao processo de tombamento, pois este documento agrega em suas páginas uma gama de discursos de diferentes gêneros, mas que não seguem uma regularidade. Porém, a não linearidade documental ou a ausência de séries a serem pesquisadas não devem ser vistas como um problema, mas como um meio de investigação para novas reflexões.

Ao analisar as construções discursivas presentes no processo de tombamento, observamos que há uma lacuna sobre a história do clube nos registros documentais. Os enunciados registrados são sobre a criação do clube, trâmites legais para o processo de tombamento da instituição, informações acerca da estrutura física desta e até uma breve apresentação sobre a vida de um dos fundadores da instituição, Lúcio Alves da Silva.

Os relatos presentes abordam definições sobre o clube, pois a intencionalidade dos discursos é justamente definir a instituição como um patrimônio cultural, o resto cabe aos pesquisadores e interessados na temática. O processo de tombamento tem em seu início uma exposição do discurso registrado em uma ata referente a uma reunião realizada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC) que tratava dos próximos imóveis a serem tombados.

A ata referente ao processo aqui analisado é um discurso textual que conta com registros, relatos, nomes e assinaturas dos presentes na reunião. Assim como outros documentos do gênero ata, a argumentatividade, adequação, coesão e coerência se fazem presente no discurso que forma o documento citado.

E após realizar a leitura do discurso que forma a ata do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural inserida no processo de tombamento, podemos dizer que as discussões sobre a possibilidade em realizar a ação proposta já tinha sido pré-definida em reuniões anteriores pelos membros do conselho, pois o discurso foi assim concluído: “Quanto aos imóveis indicados para tombamento são: Casa do Divino, com urgência; Forno de Cal, localizado no Arroio dos Menezes, na Rodovia Pery Pereira Costa; Clube Treze de Maio, entre outras que já foram citadas em reuniões anteriores” (COMPAC, 01/2001, p.04).

O Clube Treze de Maio tem em seu processo de tombamento um discurso de reapresentação de sua história, pois a historiadora Isolde Maria Waldmann remonta através de

imagens, relatos e documentos os caminhos percorridos pela instituição analisada, quais suas características, objetivos e dificuldades.

Isolde Maria Waldmann é uma pesquisadora local que reside em Ponta Grossa; suas produções acerca das instituições sociais da cidade são conhecidas. A busca por um melhor entendimento sobre os discursos explorados – objeto de estudos desta pesquisa – teve como base os poucos escritos da pesquisadora citada sobre o clube negro em questão.

A história contida no processo de tombamento não se distancia muito das informações registradas sobre a sociedade recreativa aqui problematizada, até porque as fontes utilizadas para construção do processo são as únicas disponíveis para pesquisas. E o que chama a atenção no discurso narrativo de criação, construção e existência da instituição é o fato do encaixe textual em que os acontecimentos são ordenados.

Longe estamos de apontar críticas acerca de pesquisas anteriores sobre o tema, muito pelo contrário, pois estas contribuíram para que este estudo fosse possível. A questão é que o discurso da história do clube aparece dentro de uma circularidade, que nos mostra os conflitos que envolviam a população negra e a sociedade pontagrossense branca, com superficialidade; deste modo os conflitos aparecem, mas com certa naturalidade e com poucas problematizações, mas talvez isto ocorra devido ao pequeno espaço em disponível para recontar este evento.

A história remontada sobre a instituição estudada aponta para um clube que contou com uma quantidade significativa de negros em sua construção, pois o discurso de fundação do clube é descrito como uma responsabilidade de cinco jovens que se encontravam para pequenas reuniões e que ao longo do tempo passam a dar origem a uma sociedade e mais tarde ao clube em questão.

Até aqui o discurso sobre a história da sociedade literária se relaciona com as colocações já expostas no início deste trabalho, mas ainda assim apresenta elementos que devem ser considerados, podemos começar pelo seguinte enunciado registrado no processo:

O Clube Literário e Recreativo 13 de Maio, foi fundado em 1890 por um grupo de jovens liderados por Lúcio Alves da Silva, Luiz Marias Bento, Cassemiro Cardoso de Menezes, Vidal Branco e José Borges. Esses jovens reuniam-se clandestinamente no casarão do Sr. Ezequiel Barbosa de Almeida, mas, se descobertos eram denunciados pelos brancos que temiam uma rebelião, (COMPAC, 01/2001, p. 07-08)

Este fragmento não apontaria muitas evidências além dos responsáveis pela criação das reuniões que futuramente dariam origem ao Clube Treze de Maio enquanto instituição recreativa e sociedade literária; mas como a metodologia desta pesquisa está pautada também

no paradigma indiciário, podemos considerar que um dos objetivos desta análise é a singularidade que leva a possibilidades de respostas.

O discurso sobre os precursores da criação do clube aparece como uma forma de exposição acerca da iniciativa dos cinco jovens citados. Há também no discurso uma sexta pessoa que está posta como um “facilitador” dos encontros entre os jovens. O que ainda pode ser considerado neste discurso é que a iniciativa de criação do clube teve um caráter masculino, pois os seis envolvidos no processo de fomento as reuniões eram homens.

O indício de destaque neste trecho não se relaciona apenas com o fato do grupo de jovens negros terem o apoio de uma pessoa mais velha para realizarem suas reuniões, mas o fato das reuniões serem descritas com **clandestinas**. Em relação a este termo, podemos pensar que o adjetivo clandestino vem do latim *clandestinu* e que se volta ao não apresentar as condições de publicidade prescritas na lei ou então, feito às escondidas [...] <sup>8</sup>.

Assim, o sinal presente no discurso sobre a intenção em organizar uma sociedade negra que acolhesse os sujeitos não inseridos no processo de construção da cidade se manifesta no signo ideológico **clandestina**, pois esta palavra legitima uma ilegalidade vivenciada pelos indivíduos negros citados anteriormente.

E já que falamos em ilegalidade, podemos nos apropriar do paradigma indiciário para que possamos realizar uma análise discursiva documental com base em Carlo Ginzburg e na perspectiva bakhtiniana. A análise a seguir é referente a um documento textual construído com base em interesses socioeconômicos, mas com grande valor ideológico. Com embasamento teórico construído através das considerações de Bakhtin (1997/1999).

## 5.2 UM CLUBE NEGRO E UMA SENTENÇA

O discurso aqui explorado é um relatório de sentença datado do ano 1985 e foi destinado ao clube negro já citado. Neste tópico buscamos problematizar e compreender qual a relação que os moradores do entorno da instituição tinham com a mesma e a partir daí buscar entender qual é o lugar social que este clube negro ocupou nos processos discursivos locais da época. No decorrer da análise realizamos questionamentos e formulamos hipóteses que fizeram com que o relatório de sentença fosse analisado enquanto um âmbito discursivo repleto de significados, indícios e valores ideológicos.

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=clandestino> Acesso em 31/07/2015.

O objeto chave da produção dos discursos analisados neste trabalho está inserido nesta cidade de médio porte e que tem em seus limites de extensão, terras de comunidades remanescentes quilombolas – o que deveria ser explorado academicamente e preservado enquanto patrimônio cultural regional, mas isto não tem a devida atenção por parte da administração pública local.

O discurso referido foi construído na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná e possui uma população estimada de 334.535 habitantes<sup>9</sup>. Atualmente com 193 anos a cidade é bastante diversificada etnicamente. A maioria da população é branca; no entanto, os negros são 20% da população – declarada – (segundo dados do IBGE - 2010), mas isso não lhes deu o direito de terem espaço reservado na história da cidade, visto que a população negra não é representada na construção histórica da cidade. E esta afirmação se consolida através de pesquisas na historiografia local, que dificilmente tratam da presença dos negros como agentes que colaboraram para a construção da cidade.

Ao pensar que Ponta Grossa é composta por 20% de negros, que não são “vistos” no município, que não fizeram parte do processo de fundação da cidade e que não são sujeitos da historiografia da cidade que se identifica com valores europeus, festa típica alemã, uma elite branca; é pertinente fazermos os seguintes questionamentos: Em que momento 20% população de Ponta Grossa passa a ser negra? Ou então: De que forma os 20% de negros que vivem em Ponta Grossa adentraram nesta região tão tradicional e provinciana que não teve a presença dos negros no momento de sua fundação? Percebemos nestas problematizações um campo discursivo que fragiliza o mito acerca do caráter étnico racial que compõe a população pontagrossense.

Através destes pequenos e dispersos discursos apresentados anteriormente, podemos compreender a exclusão dos negros nos processos históricos sociais da cidade como um indício de uma intenção de branqueamento historiográfico, pautado em ideais europeus.

Ainda que todas as pistas elencadas definam o caráter seletivo da cidade de Ponta Grossa e apontem para fortes indícios de exclusão acerca dos sujeitos negros, podemos considerar que a quantidade limitada de documentos sobre o tema pode ter colaborado para tal discurso de invisibilidade.

A população negra teve como marco de visibilidade e registrou presença de maneira notável (oficialmente) na história da cidade apenas no momento de criação do Clube Treze de

---

<sup>9</sup> Informação disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411990> acesso em 30/01/15.

Maio – instituição aqui problematizada e atual patrimônio cultural do município. Entendemos patrimônio cultural como:

[...] um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram legados pelos nossos antepassados e que, em uma perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitidos aos nossos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e de novos significados, os quais, provavelmente, deverão sofrer novas interpretações de acordo com novas realidades socioculturais. (DIAS, 2006, p.67).

O patrimônio cultural, referência dos discursos aqui problematizados é um bem simbólico que foi construído com o intuito de garantir um espaço sociocultural para os negros pontagrossenses. Algo que deve ser retomado quando pensamos um clube negro em Ponta Grossa é o fato da iniciativa de criação deste espaço já ser vista como uma forma de resistência, pois se os negros recém-libertos tivessem livre acesso a outras instituições recreativas, talvez não precisassem derrubar a barreira da discriminação e tão pouco construir uns lócus especificamente delimitado.

E conforme já exposto, o Clube Treze de Maio foi inaugurado dois anos após a abolição da escravatura e esse ato pode também ser considerado uma emancipação social; afinal, o surgimento de um clube negro em uma cidade provinciana certamente causou um desconforto para a sociedade branca elitista que futuramente não admitiria o fato de um clube negro conseguir se efetivar enquanto instituição recreativa em pleno período pós-libertação.

O clube contava com uma quantidade considerável de associados e se igualava a outras instituições recreativas da cidade em alguns aspectos, pois possuía uma organização hierárquica, uma sede para eventos culturais e contava com um estatuto que o definia enquanto instituição; mas isto não garantia à sede negra uma igualdade de condições perante as outras instituições de caráter étnico racial não negro.

E é sobre a desigualdade social negra e a delimitação de espaço na cidade de Ponta Grossa que este tópico irá tratar. Buscamos, por meio da problematização discursiva de um relatório de sentença, compreender qual a relação entre o Clube Treze de Maio e os discursos que circulavam sobre este na cidade citada, bem como entender quais as consequências desta relação para a população negra frequentadora da instituição.

A análise seguinte tem como objetivo propor indagações que construam reflexões acerca da relação dialógica entre negros e brancos, pobres e ricos, pois com base nestas polaridades podemos elaborar questionamentos que nos levaram a perceber as intenções presentes nos olhares de reprovação ou nulos acerca do clube e em alguns casos de seus frequentadores.

O objeto de análise aqui explorado foi selecionado previamente com o objetivo de construir uma ponte entre o discurso contido no material e o lugar social em que a instituição estava inserida. O documento é datado de março de 1985 e é composto por seis páginas, mas os enunciados que deram origem a ele são de 1984. O conjunto de enunciados que forma o relatório de sentença nos fez compreender a relação entre clube, cidade e identidades negras.

A análise discursiva do documento é textual e conta com cadeias narrativas a serem evidenciadas. As reivindicações registradas no relatório de sentença aparecem como um pano de fundo para os conflitos sociais que envolvem a instituição negra e a sociedade pontagrossense.

A metodologia utilizada nas próximas discussões ampara-se em questões dialógicas das problematizações discursivas, a fim de possibilitar a compreensão dos sinais e intenções presentes no documento escolhido. Com base no procedimento de análise, as colocações do relatório de sentença passaram a fazer parte do *corpus discursivo* desta pesquisa e contribuíram para que a construção de sentidos acerca deste *corpus* fosse passível de compreensão e interpretação.

Conforme já exposto, além das considerações propostas pelo círculo de Bakhtin, outro método utilizado foi o Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg, que contribui no sentido de “Reconstrução analítica da intrincada rede de relações microscópicas que todo produto artístico, mesmo o mais elementar, pressupõe” (GINZBURG, 1984); deste modo, o conteúdo discursivo estudado é composto por relações microscópicas que podem produzir sentidos através de possibilidades, entrelinhas, evidências e sinais.

Antes de iniciar as análises propostas, devemos considerar “[...] Que não se pode conceder um único sujeito em um discurso, mas a multiplicidade de vozes é constitutiva de todo e qualquer discurso” (FROSSARD, 2007, p.13); sendo assim, o relatório de sentença direcionado ao clube apresenta um conjunto de dizeres e argumentos esclarecedores sobre a sociedade presente no entorno da instituição e a forma em que esta era vista.

O discurso aqui problematizado é resultado de uma junção de palavras que constroem um gênero composto de enunciados elaborados previamente e a partir dele podemos compreender o sentido do emprego das palavras escolhidas para construção do texto, visto que:

A palavra existe para o locutor sob três aspectos: como palavra neutra da língua e que não pertence a ninguém; como palavra do outro pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como palavra minha, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade. (BAKHTIN, 2000, p.313)

A intenção discursiva dos redatores e sujeitos que integram o documento é uma forma de expressar suas ideologias enquanto agentes sociais ativos dos processos socioculturais da cidade, pois se sentiram autônomos o suficiente para elaborar um abaixo assinado que tinha como objetivo o fechamento da instituição recreativa; sobre isto, segue alguns trechos chaves que evidenciam a forma de visibilidade da instituição.

Em 21 de dezembro próximo passado, chega as nossas mãos um abaixo assinado com cinquenta e duas assinaturas, alertando este Juizado nas seguintes irregularidades: (doc. fls. 09). Que seus frequentadores se embriagam dentro do estabelecimento, vomitam, sujam as paredes, fazem necessidades fisiológicas e mantêm ainda relações sexuais entre menores e adultos, proferindo palavrões, com cenas deprimentes e constrangedoras, tendo os menores como protagonistas. (PARANÁ, Portaria nº 01/84, 1985, p.2)

Este discurso apresenta uma série de aspectos a serem considerados, pois tem como foco a tripla relação conflituosa entre clube, os autores do abaixo assinado e os menores que aparecem como sujeitos chaves para a elaboração da justificativa de irregularidades no local. O discurso introdutório contido no trecho citado remete a uma exposição que alerta para o clube enquanto um espaço irregular que chegou ao ponto de interferir nas vivências de cinquenta e duas pessoas que não estavam contentes com o seu funcionamento, deste modo sentiram-se empoderadas o suficiente para registrar suas indignações.

A partir destas considerações que evidenciam e situam o lugar dos autores do abaixo assinado em relação à instituição, podemos nos ater à metodologia essencial do Paradigma Indiciário de Ginzbrg, que constrói hipóteses dentro do campo das possibilidades e isto por hora nos basta; pois “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 2003, p.177). Este método nos permite analisar os aspectos que estão envoltos na relação entre os frequentadores do clube e os proprietários das assinaturas.

Conforme já elencado no capítulo III, o Paradigma Indiciário, é uma proposta metodológica de pesquisa que considera os pequenos fatos como evidências cruciais para novos olhares acerca do objeto de estudo; no caso do presente trabalho, podemos dizer que seria um olhar micro analítico para as evidências presentes na construção discursiva do relatório de sentença aqui trazido.

Sabemos que não há como negar a possibilidade de *verdades* enquanto elemento de definição factual; logo, a pesquisa de problematização de sinais nos ampara enquanto possibilidades do *vir a ser*. As pistas, sinais, evidências ou indícios foram priorizadas, pois ao analisarmos de forma minuciosa os indícios contidos no discurso do relatório citado pudemos

problematizar relações, compreender contextos e analisar enunciados, visto que “[...] O mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia”. (GINZBURG, 2003, p.177)

O próximo enunciado a ser estudado é um dos que mais se destaca no documento, pois expõe os motivos pelos quais o abaixo-assinado fora elaborado e qual a solução proposta pela vizinhança. “O abaixo assinado dos moradores das adjacências e circunvizinhas terminam pedindo o fechamento do estabelecimento” (PARANÁ, Portaria nº 01/84, 1985, p.2). Com base na fonte analisada, a população fixada no entorno do clube alegava que “No interior existem desordem e corrupção, atentado a moral e aos bons costumes, que são vítimas essas pessoas menores de idade” (PARANÁ, Portaria nº 01/84, 1985, p. 2).

Antes de procurar indícios, podemos destacar o fato de o clube ser mal visto por grande parte da vizinhança. Segundo o relatório de sentença, o abaixo-assinado contava com o total de cinquenta e duas assinaturas, o que é uma quantidade considerável de pessoas para se contrapor a um clube de “pequeno” porte. Estas pessoas tinham como reivindicação o fechamento da instituição, segundo seus testemunhos, por questões de responsabilidade civil pública, pois defendiam que o clube era um atentado contra a moral e os bons costumes.

O discurso do relatório de sentença parece um tanto deslocado, pois podemos olhar para as cinquenta e duas assinaturas como uma forma de expressão descontente acerca não só da instituição, mas das práticas sociais que ocorriam na mesma. O relatório ainda que se sustente enquanto documento oficial apresenta um discurso um tanto frágil, não do ponto de vista das colocações e reivindicação, mas no sentido de precisar de outro discurso para se legitimar, o abaixo-assinado.

O abaixo-assinado foi a primeira estratégia discursiva elaborada em conjunto pela vizinhança para fechar o clube, pois aparece como base da denúncia sobre as irregularidades na entidade. A ponte enunciativa entre este documento e o relatório de sentença tem relação com a percepção de que “A obra está vinculada a outras obras – enunciados – com aquelas as quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem”. (2006, p. 279)

Ao realizar a primeira leitura do discurso contido no relatório de sentença, temos a percepção de que os agentes produtores do abaixo-assinado não frequentavam a instituição – logo não eram negros – e que tinham condições financeiras favoráveis, pois se moravam no entorno do clube analisado, tinham um padrão de vida elevado, visto que a localização da instituição é e sempre foi privilegiada, fica no centro da cidade, logo, não haveria possibilidade de pessoas com pouco poder aquisitivo residirem nesta região.

Ao observarmos os indícios acerca dos moradores dos arredores da instituição e pensarmos nestes como brancos, pertencentes a uma classe econômica estável e criados em uma cidade que sempre negou a participação dos negros em seu processo histórico, devemos olhar para quem tem o poder da fala, pois “Uma análise mais minuciosa revelaria a importância incomensurável do componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre formas de enunciação.” (BAKHTIN, 1999, p. 43)

O componente hierárquico no processo da interação verbal, pensando nestas problematizações discursivas, seria a estratificação social que direcionava aos “mais favorecidos” o direito a fala, pois a pluralidade vocálica presente no relatório de sentença é desproporcional, já que são cinquenta e duas vozes contra uma (a do presidente da instituição), e esta única voz não teve o direito de responder coletando mais cinquenta e duas assinaturas a fim de não ter seu clube fechado.

E quando revemos estas informações, analisamos os dados, remontamos a condição discutida, consideramos os discursos elencados e encontramos indícios de que “A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente ” (BAKHTIN, 1999, p. 47).

O signo monovalente tende a representar os sujeitos que tiveram a iniciativa de produzir o abaixo-assinado e deram continuidade a esta ação através dos meios judiciais. O relatório é do ano de 1985 e no anseio de formularmos hipóteses, pode-se dizer que encontramos sinais que apontam para o grau de influência dos sujeitos autores dos documentos na sociedade pontagrossense, pois conseguiram por meios de trâmites legais chegar até o juizado da época para serem ouvidos e mais, atendidos, pois a reclamação não pára no abaixo assinado, vai adiante.

A intencionalidade pejorativa do discurso presente no documento é visível, pois este descreve a comunidade de análise como a personificação da barbárie e da incivilidade. O que nos transporta para a data de elaboração do discurso e nos faz pensar na forma de representação dos negros frequentadores do clube pela vizinhança e também pela elite da cidade, pois não há registro de intervenção alguma por parte das autoridades políticas locais.

Outro aspecto relevante que consta no discurso citado é a evidência da figura dos sujeitos menores de idade como centro de estratégia ideológica na construção da imagem negativa do clube. Em relação a estes jovens, pudemos observar que os mesmos só são inseridos no discurso após apontamentos ofensivos sobre a instituição; há fortes indícios de que o

discurso em questão foi elaborado a fim de desqualificar a instituição a qualquer custo, mas para isso era preciso um motivo além de desordem, corrupção, ou atentado à moral e aos bons costumes, era preciso algo que fosse de responsabilidade civil e pública.

O corpo discursivo do relatório conta com uma série de abordagens que descrevem o clube como um ambiente inadequado para qualquer pessoa, ainda que o foco fosse os jovens. Outro aspecto interessante sobre o qual precisamos refletir corresponde ao fato do discurso analisado não definir a sociedade recreativa enquanto instituição negra, certamente porque o *Medo da Palavra Negro* rondava as relações sociais citadinas.

Ao mesmo tempo em que este indício é omitido dos discursos, o clube era (e ainda é) conhecido por seu caráter racial e seria ingenuidade pensar que isto não foi levado em conta no momento de elaborarem suas falas.

Outra questão interessante e percebida foi o lugar dos jovens como sujeitos chaves da problemática defendida pela vizinhança acerca do fechamento do clube. Os jovens que frequentavam os eventos sociais da instituição tiveram um papel de protagonistas no discurso analisado, pois chega um momento em que os enunciados voltam-se para estes indivíduos como se eles fossem não o único, mas o mais importante motivo para repensar existência e o funcionamento do local estudado.

E após analisar o discurso que norteia este capítulo, pensamos que os jovens no ponto de vista dos autores do discurso dominante deveriam ser poupados das situações de risco a que estavam expostos caso continuassem frequentando o clube. O que ocorre é que não fica em evidência no discurso é a seguinte questão: Quais os jovens deveriam ser “monitorados”? E por quê?

Em relação aos signos que os testemunhos utilizavam para definir o clube como um ambiente de desordem, podemos considerar que havia um caráter normativo que permeava a sociedade pontagrossense e que fazia parte da realidade dos proprietários do abaixo-assinado, pois a desordem é um termo que deve ser atribuído à “Falta de ordem; confusão, desarranjo, desalinho, arruaça, motim”<sup>10</sup>.

Já sobre o termo corrupção, podemos afirmar que as evidências apontam para este como um agravante para a condição do clube que receberam menores em suas dependências.

Em seguida o próximo discurso volta-se para a necessidade de definir um culpado para o fato de o clube possuir frequentadores menores de idade em seus eventos, pois o relatório de sentença conta com um discurso dos mediadores do juizado que registraram a seguinte

---

<sup>10</sup> Informação retirada de <http://www.dicio.com.br/desordem/>. Acesso em 30/01/15.

afirmação: “A tentativa de converter este – aparente clube – em verdadeiro antro de perdição de menores, está configurado na tentativa dos Diretores em evitar fiscalização em seus bailes públicos.” (PARANÁ, Portaria nº 01/84, 1985, p. 5)

A problematização desta frase alerta para a fragilidade dos órgãos responsáveis pela fiscalização infanto-juvenil na época e faz com que possamos compreender o porquê os membros responsáveis pelo Clube Treze de Maio serem considerado os únicos responsáveis pelo fato debatido. Temos então, novamente um indício de preconceito racial.

E para que possamos fazer amarras entre aspectos políticos, sociais e culturais que norteiam os discursos sobre a instituição negra aqui analisada, é preciso considerar o último parágrafo do documento, pois este é assim descrito:

Impõe-se que se dê maior atenção ao menor ainda inocente, a maldade de elementos mal-intencionados. A maior riqueza de uma Nação é o seu povo. A maior certeza de um futuro, é o jovem do presente; porque este será o homem e o dirigente do futuro. Permitir que uma diretoria, mal-intencionada use da tradição de um clube, explorando o menor, perturbando a ordem denegrindo a sociedade, humilhando seus sócios tradicionais, sobrevivendo da desgraça do homem do amanhã; e aceitar a convivência gratuitamente. (PARANÁ, Portaria nº 01/84, 1985, p.6)

O trecho em questão apresenta sinais de uma construção apelativa acerca da imagem dos jovens, pois os coloca enquanto sujeitos ingênuos e vítimas do processo de exploração por parte do clube. Outro aspecto que traz evidências de uma necessidade de delimitação de espaços é o discurso de valorização dos jovens enquanto preciosidade da nação, mas sem expressar uma preocupação com o futuro do jovem enquanto sujeito, mas como representante da nação com perspectivas futuras.

E não podemos finalizar a análise deste discurso sem antes propor a hipótese de que o poder público local responsável pela elaboração do relatório de sentença não se mostrou flexível, imparcial e tampouco favorável à instituição negra problematizada, pois somente na citação anterior pudemos observar que os moradores venderam a imagem negativa moldada por seus interesses e o juizado a comprou; ou será que a imagem já era pré-definida entre a elite pontagrossense?

A imagem do Clube Treze de Maio foi definida por um de seus vizinhos como um local de “ [...] desordem, corrupção, vergonha, exploração, existente dentro do salão; pois nem está a merecer o nome de clube. Até a existência de tóxico admitisse existir, o que não é de se estranhar”. (PARANÁ, Portaria nº 01/84, 1985, p.6). Este é sem dúvida um dos testemunhos em que os sinais de rejeição à instituição ficam em evidência, pois o fragmento “nem está a

merecer o nome de clube” faz com que possamos compreender qual o valor que a sociedade pontagrossense atribuía aos clubes.

E neste mesmo discurso pudemos perceber indícios da legitimação de incredibilidade atribuída à instituição, visto que o testemunho registrado em relação aos tóxicos coloca através de palavras, significados que representavam a imagem do clube para os autores do abaixo-assinado.

E até aqui, podemos considerar através dos enunciados presentes no relatório de sentença que a relação de alguns moradores da cidade de Ponta Grossa com o clube não era muito amistosa, visto que os testemunhos dos moradores das proximidades da instituição não hesitaram em desqualificá-la.

Após reflexões sobre os enunciados presentes no relatório de sentença, não devemos descartar a possibilidade de haver interesses econômicos por trás da elaboração do abaixo assinado que poderiam acarretar no possível fechamento do clube, pois devemos considerar o fato da sua sede estar situada em uma localização privilegiada na cidade de Ponta Grossa e sua construção desde então apresentava uma estrutura considerável para investimentos futuros.

Sendo assim, compreendemos que a vizinhança era composta por moradores que não estavam satisfeitos com o funcionamento do clube, por questões econômicas, sociais e principalmente raciais pois os frequentadores desta entidade destoavam da paisagem harmônica do município. Os testemunhos eram de produções enunciativas que enfocavam a importância da “defesa da moral e dos bons costumes da sociedade pontagrossense” e tinham como pretexto a preocupação com os jovens negros e menores de idade.

As características do relatório de sentença o definem como um discurso contraditório, parcial e tendencioso, composto predominantemente por vozes de sujeitos que não são integrantes do processo cultural da instituição.

O fato é que o discurso do relatório de sentença, enquanto uma construção interativa, de alguém para alguém deve ser ponderado, analisado, compreendido e demonstrado enquanto construção discursiva de locutor para ouvinte, ou de produtor para leitor.

Aqui as vozes apontam para um discurso ideológico que se apropriou de outros discursos construídos com enunciados propositalmente selecionados e que comprometem o sentido do produto final, pois os enunciados:

[...] separados um do outro no espaço e no tempo e que nada sabem um do outro, revelam-se em relação dialógica mediante uma confrontação do sentido, desde que haja alguma convergência do sentido (ainda que seja algo insignificante em comum no tema, no ponto de vista, etc.) (BAKHTIN, 2000, p. 354).

Entendemos por confrontação de sentidos a intenção ideológica discursiva presente no corpo do documento que o construiu enquanto instrumento de legitimação da elite dominante que o cercava, e este relatório foi construído com base em discursos utilizados para situar o lugar social do clube enquanto instituição meramente indesejada, negra.

Após as abordagens a respeito da instituição negra e sobre a relação desta com o local em que está situada, devemos reconhecer que há elementos discursivos presentes nos relatos dos testemunhos que desqualificam a instituição, e isso deve ser visto como uma forma de exclusão social não apenas da instituição, mas ainda de seus frequentadores e da diretoria, pois o discurso do relatório traz à tona a imagem que as autoridades e os moradores das proximidades do clube tinham da instituição e do seu funcionamento cotidiano.

O presente capítulo se consolidou após a análise de dois documentos já elencados, o Processo de Tombamento da instituição e o Relatório de Sentença, pois além de fazer uma discussão sobre as correntes ideológicas presentes nos enunciados dos dois documentos e observar alguns elementos conflitantes, buscamos fazer entender o lugar das identidades dos sujeitos moradores do entorno da entidade - e que participaram dos discursos de interdição do clube - enquanto uma comunidade não - negra que tinha a autorização da fala, talvez por pertencer ao lugar sociorracial branco.

## CAPÍTULO VI

### **“VOU LÁ NO NAVIO NEGREIRO (...)”: DA SOCIEDADE AO CLUBE, FORMAS DE VISIBILIDADE**

A fim de estreitarmos a discussão acerca de discursos e identidades, este capítulo busca construir reflexões sobre identidades locais, partindo da cidade sede de produção dos discursos analisados e problematizando seu caráter identitário, até chegar aos enunciados produzidos no/sobre o Clube Treze de Maio que é o foco desta pesquisa.

O presente capítulo tem como proposta responder as seguintes perguntas: de que forma o clube analisado participa da identidade dos sujeitos que dele participam? Como os frequentadores e os não frequentadores veem o clube? Estes questionamentos serão abordados no decorrer do capítulo através dos enunciados dos entrevistados que trazem indícios de construções identitárias, bem como a relação do clube com a sociedade e da sociedade com o clube.

Sobre questões identitárias, Stuart Hall (2000) coloca que as identidades podem ser compreendidas como “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (HALL, 2000, p.112); deste modo, podemos dizer que os sujeitos também se constituem através do processo de representação que lhes são atribuídos de acordo com a condição em que se encontram. Este processo aparece como uma forma de identificá-los. Os modos que são vistos/representados os situam enquanto pertencentes a determinados espaços que servem como fronteiras de diferenciação identitária.

Assim, a pesquisa segue para uma análise que envolve não apenas discursos de identidade negra, mas as múltiplas identidades locais destes sujeitos que produziram os discursos explorados.

A identidade de raça é algo crucial para a compreensão dos discursos analisados neste capítulo, pois através desta podemos entender de que forma diferentes discursos produzidos por diferentes sujeitos se encontram dentro de um processo comunicativo dialógico em uma mesma esfera.

Ao analisar o perfil da cidade sede do Clube Treze de Maio enquanto uma construção material e social que possui (assim como todas as outras cidades) um caráter e um estilo próprio é pertinente buscarmos informações sobre a mesma.

E para que possamos conhecer um pouco mais sobre um município, é comum buscarmos informações sobre o mesmo em sites, jornais ou até mesmo informativos impressos.

No caso da cidade de Ponta Grossa, o site da Prefeitura Municipal de Turismo é atualizado constantemente e conta com algumas informações de valores questionáveis.

Quando buscamos o histórico da cidade estudada, logo nos deparamos com a forma de representação idealizada da mesma e isto expõe o quão complexo é a questão da diversidade ética e racial em Ponta Grossa. O site de apresentação da cidade mostra o perfil do município, suas principais atividades, fatores econômicos e seus pontos turísticos. A quantidade de habitantes também tem registro nas páginas eletrônicas, mas o que realmente nos chama atenção é a descrição do histórico imigratório da cidade.

O povoamento dos Campos Gerais foi começado em 1704, por iniciativa dos nobres potentados paulistas José Gois de Moraes e Pedro Taques de Almeida, secundados por outros membros da ilustre linhagem, que no mencionado ano requereram grandes sesmarias no território paranaense, abrangendo desde a margem esquerda do rio Itararé às cabeceiras do Tibagi. (PMPG, disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia>)

As informações registradas no site de abertura do município citado priorizam a presença branca como sujeitos de destaque e principais agentes migratórios, pois não há, em momento algum, espaço destinado às minorias raciais na página eletrônica. É neste cenário de exclusão que as identidades não-brancas se constroem em Ponta Grossa.

Podemos entender o discurso de apresentação como uma forma de representação política e ideológica que tem em suas entrelinhas uma intencionalidade identitária branca, pois reproduz uma história que não faz sentido quando consideramos que a presença negra é significativa no município.

A comunidade de estudo desta dissertação é urbana e é justamente neste espaço que ocorrem as análises dos diferentes enunciados que constroem processos de invisibilização dos negros na cidade. E as relações dialógicas atreladas aos discursos dos negros entrevistados são problematizadas enquanto produções individuais construídas por uma comunidade marginalizada e que dificilmente tinha/tem a “autorização da fala” em muitos espaços sociais.

E para que a pesquisa não se limite a uma só voz, a dos discursos de confronto e enfrentamento entre os integrantes da comunidade de estudo e os moradores das proximidades da instituição negra, que já foram evidenciados no capítulo anterior, as próximas laudas são reservadas para a produção de questionamentos e hipóteses que compõem a complexa relação entre negros e brancos.

O presente capítulo se constitui através da análise de depoimentos dos participantes e do Clube Treze de Maio, construídos no processo de realização das entrevistas, a fim de fazer

um paralelo entre os discursos de caráter políticos e os discursos de questões identitárias produzidos no interior da instituição negra, pois buscamos compreender qual a relação entre os discursos de identidade produzidos no clube e os discursos que circularam /circulam na cidade sobre a instituição.

E para sistematizar as análises a seguir, bem como compreender a perspectiva enunciativa presente nas entrevistas, os enunciados serão analisados através de três categorias; assim evidenciaremos as relações dialógicas imbricadas nos processos discursivos problematizados.

A primeira categoria analisada foi intitulada Identidades Negras, e volta-se para problematizações acerca de pertencimento e diferença, tal como a relação entre negros e brancos dentro e fora do clube negro estudado. A referência aos negros e brancos ocorre devido a dinâmica destes na trajetória do clube estudado, que nos leva a compreender que “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares ” (WOODWARD, 200, p.10-11).

A categoria Identidades Negras foi a base para o desenvolvimento de questionamentos sobre os signos e indícios presentes nos enunciados dos entrevistados que remetem a aspectos de reconhecimento dos frequentadores quanto à ideia de raça, esta que “Exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras) ” (SOUZA, 1983, p.20) na sociedade brasileira.

A segunda categoria é composta por questões simbólicas presentes nos enunciados dos entrevistados e foi construída com base em análise dos signos que aparecem como um indicativo comum aos entrevistados. Os signos mais evidentes nos discursos foram problematizados enquanto aspectos simbólicos valorativos coletivos após entendermos que:

Os símbolos são os elementos mais estáveis e, ao mesmo tempo, os mais emocionais; referem-se à forma e não ao conteúdo. (...) é, em princípio, acessível a qualquer consciência individual. Mas o que constitui seus valores e seu sentido (símbolos inclusive) só é significante para indivíduos ligados por condições comuns de vida, em suma, ligados por laços de fraternidade, num nível superior. (BAKHTIN, 1997, p.410)

Além das discussões sobre identidades negras e questões simbólicas, a terceira categoria elencada corresponde à visibilidade da instituição pelos seus não frequentadores e pela cidade de Ponta Grossa. Sobre esta, trataremos das formas de representações referentes ao Clube Treze de Maio. Para Stuart Hall,

Representação é a produção de sentido e dos conceitos em nossas mentes mediante a linguagem. É o vínculo entre os conceitos e a linguagem que capacita-nos para referir-nos, seja ao mundo "real" dos objetos, pessoas ou eventos, ou mesmo aos mundos imaginários dos objetos, pessoas ou eventos. (HALL, 1997, p. 4, tradução nossa)

Nesta pesquisa as formas de representações são percebidas através dos signos presentes nos enunciados, que remetem a construções discursivas negativas e positivas sobre o modo de ver a entidade; considerando ainda o processo de formação das identidades, que são construídas “em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13).

## 6.1 PERCEBENDO AS IDENTIDADES NEGRAS

A fim de elencarmos a categoria referente as identidades negras, a primeira entrevistada foi Lélia<sup>11</sup>, mulher, negra, 85 anos, natural de Ponta Grossa, e ex-tesoureira do Clube Treze de Maio. Frequentou a instituição desde 1947 e integrou o Grêmio Saudades da Primavera, uma organização interna do Clube Treze de Maio e que era composto apenas por mulheres e tinha como o objetivo organizar eventos e “fiscalizar” o mesmo. Lélia mostrou-se bem à vontade ao falar do clube. A entrevistada fez questão de mostrar fotos de eventos que foram realizados na instituição durante a sua participação.

A fala de Lélia se construiu com base em suas vivências como mulher, negra e participante da organização dos eventos do Clube Treze de Maio; deste modo, percebemos em seu discurso um saudosismo, além de um processo de pertencimento bem marcante em seus enunciados.

A entrevista construída durante o contato com Lélia foi a mais longa do conjunto de discursos utilizados para realizar esta análise. Para compreender a visão que a mesma tinha sobre o público que frequentava a instituição, fizemos a ela a seguinte pergunta: *Em relação ao público que o frequentava. Era predominantemente pessoas negras ou era um público diversificado?* A pergunta buscava criar uma margem de discussão que remetesse a uma série de discursos relacionados aos aspectos raciais. E Lélia fez a seguinte consideração:

---

<sup>11</sup> Conforme já descrito no capítulo III, os sujeitos entrevistados não terão seus discursos identificados por uma questão de ética em pesquisas, no entanto, seus discursos são denominados com pseudônimos de estudiosos, intelectuais e militantes negros brasileiros.

*Não, não, não! É, entrava só os convidados né? Branco assim(...) pessoas de pele clara eram bem poucas [...] (LÉLIA, 2016, entrevista) <sup>12</sup>*

O enunciado de Lélia aponta para uma exclusão dos sujeitos não convidados a participar dos eventos do clube e esclarece sutilmente que o mesmo era predominantemente negro, pois os brancos eram quantidade mínima e só entravam caso fossem convidados.

O signo *Não* é evidenciado três vezes na fala de Lélia, sendo capaz de demarcar sua opinião enquanto uma declaração efetiva; e se relaciona com os próximos signos *Só Convidados* no sentido de registrar que se não fosse convidado, não entrava.

Outro aspecto notável para compreender a relação não apenas entre convidados e não convidados, mas a relação entre negros e brancos, está posto no enunciado de Lélia como um desconforto materializado através da junção dos signos *branco* e *assim*, pois através do enunciado *branco assim (...)* marcado por uma pausa – temos o indício de um processo de distanciamento entre a autora do discurso e o ato de denominação dos indivíduos brancos, um distanciamento registrado através de uma ausência de palavras para definir ou classificar o que de fato não está inserido em seu universo e vivências sociais negras.

A resposta de Lélia foi elaborada de acordo com o lugar de fala em que ela se encontra, no qual a fronteira é bem demarcada quando ela assume a posição de sujeito não branco ao deixar transparecer a dificuldade em definir o outro, percebido enquanto diferente. Isso aponta para a não identificação da entrevistada com os sujeitos não pertencentes ao seu grupo racial, vistos como agentes exteriores às suas realidades.

A construção discursiva *branco assim (...)* é a resposta para o enunciado presente na pergunta acerca da junção dos signos *público diversificado*; porém a pergunta não tinha a intenção de pensar em categorias fechadas de negros e brancos, mas tinha o objetivo de mobilizar uma expressão que pudesse abarcar o conjunto mais amplo que constituía os frequentadores (não apenas mobilizando um critério racial, mas incluindo também diversidade de gêneros e condições socioeconômicas).

Ao problematizar o enunciado da entrevistada é preciso considerarmos também a estrutura da pergunta, pois esta constrói referências de sentidos diferentes das referências da entrevistada. É provável que no momento de elaboração da pergunta, estivéssemos dialogando com os discursos sobre diversidade que circulam na academia, o que envolve um espectro maior

---

<sup>12</sup> LÉLIA. **Entrevista I**. [jan.2016]. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo. Mp3 (tempo em 21:02 min/s).

referente às diversidades, enquanto a entrevistada poderia estar dialogando com apenas o espectro racial. Diante do tema apresentado como estudo – clube negro em Ponta Grossa – talvez a entrevistada já tivesse a expectativa de falar sobre negros e brancos, entendendo que este era a relação mais conflitante vivenciada pelos membros do clube.

O fato de a entrevistada ter construído seu discurso de modo distinto da intencionalidade de nossa pergunta pode ter ocorrido por questões subjetivas, pois Lélia define o *público diversificado* com parâmetros referente às suas experiências, enquanto nós atribuímos sentidos ao signo *diversificado* de acordo com nossas vivências. Isto ocorre, pois

O mundo de que participo realmente é, de dentro, o horizonte da minha consciência ativa e atuante. Só consigo (se ficar dentro de mim) orientar-me nesse mundo concebido como acontecimento, ordenar os componentes materiais desse mundo, através das categorias cognitivas éticas e práticas (as do bem, da verdade e das finalidades práticas) e é isso que condiciona para mim a face externa de qualquer coisa, o que lhe dá sua tonalidade, seu valor, seu significado. (BAKHTIN, 1997, p.112)

A tonalidade do signo *diversificado* para Lélia ampara-se estreitamente na relação de negros e brancos possivelmente pelo modo em que formulamos a pergunta, que restringe a possibilidade de expansão da resposta, pois ao definir o signo *negro* como elemento predominante das relações raciais internas ao clube só restou à entrevistada se ater a questões raciais, pois se a pergunta fosse formulada de uma maneira que não evidenciasse uma ou outra raça, talvez a resposta da entrevistada apontasse para a diversidade que buscávamos, de homens, mulheres, pobres, ricos, classe média, pardos e assim por diante.

Ainda no enunciado de Lélia, a construção verbal *branco assim* em sua fala vem acompanhada dos signos *bem poucos* e esta junção – ideológica – pode ser compreendida como uma forma de dar ênfase a uma não participação dos brancos na instituição, pois a presença deles era tão pequena que não eram *poucos* os brancos que a frequentavam, mas *bem poucos*. O signo *bem* opera como intensificador de *poucos*.

E a fim de problematizar novamente as relações dialógicas das “cadeias de enunciados” nas entrevistas, vamos para a construção discursiva de Benedita, mulher, negra, 62 anos, natural de Ponta Grossa, foi rainha do Clube Treze de Maio e passou a frequentar a instituição após seus 15 anos de idade. Benedita conheceu seu esposo, também negro, na instituição e mora com a família em um bairro nobre de Ponta Grossa. A mesma mostrou-se preocupada com a situação do clube na atualidade e sugeriu medidas que, segundo ela, deveriam

ser tomadas para que a instituição não caia no esquecimento – medidas que serão discutidas em outros momentos.

Ao buscar elementos que remetam ao processo de reconhecimento quanto à ideia de raça negra, perguntamos a Benedita sobre o público que frequentava a instituição: *Era predominantemente pessoas negras ou era um público diversificado?* E a entrevistada constrói o seguinte enunciado:

*Era predominantemente negro, os brancos já tinham preconceito. Porque meus amigos mesmo, da época assim, se eu falava vamos no(...)? Não! Ninguém. Já tinham preconceito na época, mas a gente muito jovem também não, não ligava, não notava [...] (BENEDITA, 2016, entrevista)<sup>13</sup>*

A resposta da entrevistada apresenta alguns elementos temporais quando profere o sinal *época* para situar o momento em que ela se refere. Benedita verbaliza que *os brancos já tinham preconceito*, no início da construção de seu enunciado; porém, depois a mesma coloca que *não ligava, não notava*. O fato de *não ligar* para a forma como o clube era pensado/visto pelos brancos fazia com que ela continuasse convidando seus amigos para frequentar a instituição.

O trecho do enunciado *não notava* é deslocado dentro da construção discursiva da respondente, visto que a mesma expõe que *os brancos já tinham preconceito*, esta afirmação é compreendida como o oposto do *não notava*, pois ela conseguiu perceber/notar a ausência dos brancos no clube e relacionou esta atitude à negação ao seu convite; essa percepção indica que o preconceito já era na época *notado* pela entrevistada. Pode ser que ela tenha reconhecido, mas *não tenha ligado*, no entanto, percebeu e logo o *notou*.

É interessante o modo em que Benedita elabora seu enunciado como uma forma de relatar o motivo do clube ser predominantemente negro. Percebemos em sua fala o tom de aceitação e passividade acerca da negação dos outros para o seu convite em ir até o clube. Aceitação que é justificada pela condição de “ser jovem” da entrevistada. Condição esta que fazia com que talvez ela tivesse menos conhecimento para entender que o fato de que não ir ao clube era preconceito.

Observamos na fala de Benedita que há diferenças entre ser jovem como alguém que não tem muita capacidade crítica de perceber, ser jovem como alguém que não tem a força de

---

<sup>13</sup> BENEDITA. **Entrevista II**. [jan.2016]. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo. Mp3 (tempo em 12:52 min/s).

questionar ou ser jovem como alguém que tem liberdade, uma certa condescendência da sociedade para fazer o que quiser. Ela se encaixa na segunda definição, pois tinha a capacidade de perceber, mas não a de questionar. A atitude de Benedita pode ser compreendida pelo fato de que o racismo e o preconceito talvez fossem práticas comuns para a época, que a atitude de ter preconceito era vista como “natural”.

O enunciado de Benedita se diferencia da colocação de Lélia, pois na fala desta a participação negra quase que exclusiva é mais demarcada, enquanto em Benedita há uma abertura para outros sujeitos. A fala de Lélia apresenta indícios do negro não permitindo a entrada do branco, caso não fossem convidados, e esta ação pode ser compreendida como um processo demarcado por uma relação de poder, de modo que é o negro quem “exclui” o branco enquanto agente não pertencente aquele espaço; ao contrário de Benedita que gostaria de incorporar o branco nas práticas sociais do clube, mas o branco se recusa a ir e é neste movimento de recusa que Benedita encontra o preconceito.

Os enunciados apresentados apontam para pontos de vistas diferentes dos sujeitos, e a seguir podemos ver que no Clube Treze de Maio, o lugar da mulher negra se afirma também em uma relação de poder:

*[...] eu brecava a entrada do pessoal, porque eu achava muito errado uma menina se arrumar, se perfumar, para entrar no clube e dançar com um rapaz de tênis, sem gravata, de camiseta, então eu achava isso um absurdo! (LÉLIA, 2016, entrevista)*

O enunciado de Lélia aponta para uma posição de poder ocupada por ela, pois tinha a autorização de avaliar quem estava de fato “arrumado” de modo adequado para adentrar ao recinto. Percebemos neste enunciado indícios de uma relação que atribui determinada autonomia ao gênero feminino, pois era uma mulher que tinha a autorização e o poder de decisão sobre quem poderia participar dos bailes sociais do clube.

A próxima análise é da entrevistada Nilma, mulher, negra, 65 anos, natural de Ponta Grossa; é parente de um dos ex-presidentes do clube e também de uma rainha da Festa da Primavera da entidade. Frequentou a instituição desde muito jovem.

Fizemos a Nilma a seguinte pergunta: *Em relação ao público que frequentava a instituição, a senhora pode descrever se eram predominantemente pessoas negras ou se o clube era aberto para pessoas brancas e negras?* E a entrevistada fez a seguinte colocação:

*A maioria era misturado, era o moreno, era o branco, tudo que ia lá era bem-vindo né.* (NILMA, 2016, entrevista<sup>14</sup>)

A fala de Nilma se diferencia dos enunciados analisados anteriormente, pois esta insere em sua fala o signo *misturado*, para caracterizar o público que frequentava o clube; mas embora ela verbalize que o público era *misturado*, o signo *moreno* utilizado pela entrevistada como uma outra categoria aparece anterior ao signo branco, logo é possível observar que os frequentadores eram primeiramente *morenos*, adjetivo associado ao grupo racial negro e que será problematizado no decorrer deste capítulo.

Ainda dentro da categoria identidades negras, o próximo enunciado evidencia um ideal de pertencimento e diferença marcado pelo discurso de Carolina, mulher, negra, 63 anos, casada, natural de Ponta Grossa. Carolina frequentou a instituição desde os dez anos de idade. A entrevistada mostrou-se feliz em poder falar do assunto.

E a fim de compreender a visão de Carolina acerca dos participantes do clube, indagamos a mesma acerca do seguinte questionamento: *Sobre o público que frequentava essa instituição. Pode descrever para mim?*<sup>15</sup> A respondente construiu a resposta a seguir:

*Sim, era gente (...) mais era moreno! Mais era moreno, e muito bem arrumado. Aquelas nega chic, faceira, cheirosa, muito divertidas.* (CAROLINA, 2016, entrevista<sup>16</sup>)

A pausa após o signo *gente* aparece como um indício de uma dificuldade de Carolina em descrever racialmente os sujeitos que frequentavam o clube, que pode ser vista como uma possibilidade de apropriar-se deste signo na tentativa de amenizar o termo negro ou preto, em virtude de seu “peso”. Carolina parece buscar em sua pausa momentânea uma palavra que não fosse agressiva ao público da entidade, o qual ela estava inserida. Outra possibilidade de interpretação da pausa presente no enunciado da entrevistada pode estar vinculada simplesmente à busca desta informação em sua memória individual.

---

<sup>14</sup> NILMA. **Entrevista III**. [jan.2016]. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo. Mp3 (tempo em 16:22 min/s).

<sup>15</sup> No decorrer das análises é perceptível o modo em como as entrevistas se modificam. Isto ocorreu após sentirmos a necessidade de alterar a formulação da pergunta de acordo com o lugar do interlocutor, visto que a compreensão do enunciado da pergunta não foi unânime. Consideramos que cada um compreendia o enunciado de uma maneira, logo precisamos alterá-los dependendo pra quem o direcionávamos.

<sup>16</sup> CAROLINA. **Entrevista IV**. [jan.2016]. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo. Mp3 (tempo em 9:54 min/s).

Enquanto Nilma integra o elemento branco como participante do clube, Carolina evidencia a participação dos *morenos*. O signo *moreno* pode ser interpretado como uma tentativa de suavizar a palavra negro ou preto, o que não exclui o caráter identitário da instituição e nem do discurso. A entrevistada é uma pessoa que apresenta características de simplicidade e com mais de 60 anos; sua resposta pode ter relação com a dificuldade da mesma em não saber lidar com a questão de raça/racismo; ou talvez ela não tenha a percepção das discussões atuais atrelada aos signos negro, preto ou pardo, tampouco a definição de *moreno*.

A fala analisada enfoca a participação dos *morenos*, pois ao proferir duplamente a afirmação *Mais era moreno* tem-se o indício de que a maioria dos frequentadores do clube eram pertencentes à raça negra; por outro lado, o signo *Mais* pode indicar que também havia quem não era *moreno*, pois ainda que Carolina não faça referência aos sujeitos de outras categorias raciais que estejam em relação a *moreno*, quando ela usa o signo *mais*, o mesmo pode ser visto como indício de uma outra presença, visto que para ser *mais* é preciso ter uma referência, *mais* em relação ao quê ou quem? Neste sentido, o emprego do *mais* na fala de Carolina aparece como uma possibilidade de dizer que os frequentadores do clube eram de maioria *morenos*, em relação aos não *morenos*.

A participação negra é evidenciada no enunciado de Carolina quando a mesma complementa em entrelinhas que os *morenos* eram:

*Muito bem arrumado. Aquelas nega chic, faceira, cheirosa, muito divertidas.* (CAROLINA, 2016, entrevista)

Percebemos que não era qualquer *moreno*, mas sim *moreno muito bem arrumado*, elementos que diferenciavam os *morenos* frequentadores do clube dos outros *morenos* que não estavam inseridos na instituição e que não eram tão bem *arrumados* ou bem vestidos, referência aos termos já citados e que corresponde aos “negros do colarinho duro”, “negros do colarinho branco” ou até mesmo ao “preto social”.

A denominação *moreno* é acompanhada ao signo *nega* quando Carolina verbaliza que as *nega* (compreendido pela definição de mulheres negras) que frequentavam a instituição eram bem apessoadas e elegantes e isto é materializado através dos adjetivos: *Chic, faceira, cheirosa e divertidas*.

O enunciado *muito bem arrumado*, precedido de *nega chic, faceira, cheirosa, muito divertidas* são sinais de um processo de valorização das identidades dos frequentadores da

instituição. Carolina parece ter o cuidado em falar em *morenos* enquanto um grande grupo racial que abriga a categoria de mulheres negras, estas que a entrevistada classifica pelo signo *negra*.

A participação da mulher negra é evidenciada no enunciado de Carolina como a “linha de frente” do clube, o “visual” da entidade; no entanto, percebemos que Carolina pode não estar inserida neste grupo das *negra chic*, *faceira*, *cheirosa*, *muito divertidas*, afinal a respondente utiliza o signo *aquelas* e não *nós*, *éramos* ou algo que remeta ao fato dela pertencer a este grupo construído no interior do clube.

Por outro lado, Carolina, ao construir seu enunciado, pode não ter se inserido no mesmo a fim de demarcar a admiração de suas semelhantes, pois relata que as mulheres frequentadoras do clube caprichavam na produção para estarem no clube e isso chama atenção de outras mulheres, que sentem prazer em estar com essas, como é o caso da respondente.

E com base em sua construção discursiva compreendemos que os participantes eram sujeitos, predominantemente negros e bem vestidos, em especial as mulheres, porém se constituíam dentro de suas diferenças sociais e econômicas.

O próximo enunciado problematizado é de Luís, homem, negro 38 anos, natural de Ponta Grossa, parente de rainhas do clube, ex-associado da instituição. Frequentou a instituição por muitos anos. Sua festa de casamento foi no salão do clube. Luís vive com a família em Ponta Grossa e compartilhou suas memórias sobre o funcionamento do clube e as atividades que o mesmo desenvolvia.

Ao perguntarmos a Luís sobre a instituição, organizamos o seguinte questionamento: *Como era esse clube?* E o entrevistado construiu o enunciado a seguir:

*Era uma sociedade, muito bem organizada, por sinal, então a gente via muitas famílias e não era só negros não, era uma família miscigenada, brancos, negros, cafuso, mulatos. (LUÍS, 2016, entrevista<sup>17</sup>)*

A forma em que o respondente coloca que o clube era *uma sociedade, muito bem organizada, por sinal* pode ser interpretado como uma resposta aos discursos que circulavam no entorno da instituição que a colocavam como um lugar degenerado (conforme problematizado no capítulo V deste trabalho), pois o entrevistado retoma o conjunto de discurso que circulam sobre a mesma. A palavra *organizada* dentro do cenário enunciativo do

---

<sup>17</sup> LUÍS. **Entrevista V.** [jan.2016]. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo. Mp3 (tempo em 9:03 min/s).

respondente pode ser interpretada ainda como um espaço civilizado, dentro das normas sociais que possibilitava uma convivência entre negros e não negros.

A organização dos signos *por sinal* é significativa quando pensada enquanto um contra-discurso que Luís teve a liberdade de construir na presença da interlocutora enquanto negra e conhecedora da história da instituição.

Desta forma, a entrevista de Luís é vista como uma possibilidade de dizer e de afirmar um contraponto que cria uma expectativa de que as pessoas precisam saber a verdade sobre o clube, pois o entrevistado faz da entrevista e da pesquisa uma possibilidade de desconstruir os discursos que circularam socialmente sobre a instituição, pois responde a estes discursos quando verbaliza que a instituição era  *muito bem organizada, por sinal*.

O enunciado de Luís aponta questões de relacionamento entre negros e brancos, pois o mesmo utiliza o signo *não* duas vezes a fim de explicar que além dos negros, o clube era frequentado por outras raças, processo que o autor do enunciado chama de miscigenadas.

Ao analisar o emprego e a organização dos signos *brancos, negros, cafuso, mulatos*, podemos observar que há uma interação entre as outras raças, mas uma interação que é predominante de raça negra, visto que o termo *cafuso* e *mulato* estão inseridos historicamente no processo de mistura de raças que tem como elemento em comum os indivíduos de raça negra.

O termo *mulato*, associado a questões estereotipadas na atualidade, já fora utilizado no período colonial para denominar os sujeitos nascidos dos relacionamentos entre brancos e pretos. Bem como a designação *cafuso*, que refere-se aos indivíduos que eram frutos dos relacionamentos entre sujeitos pretos e indígenas. Estes relacionamentos poderiam ser tanto a partir da constituição de família através de laços afetivos ou ainda de relações sexuais que não necessariamente eram permeadas por laços afetivos como até por violência sexual.

Para entendermos melhor as particularidades imbricadas nos signos mestiços e cafusos, buscamos o texto *Censo e Demografia – A variável cor ou raça nos interior dos sistemas censitários brasileiros*, de Marcelo Paixão e Luiz M. Carvano, bibliografia composta por uma discussão sobre a utilização da variável raça nas pesquisas governamentais no mundo. Os autores estreitam as problematizações até chegar ao Brasil, a fim de compreender a dinâmica censitária acerca dos signos raciais.

Após a leitura do texto de Carvano e Paixão (2008) podemos compreender o processo de heteroclassificação utilizado não apenas por Luís, mas pelos demais entrevistados desta pesquisa, pois os respondentes que se apropriaram dos sinais *moreno, mestiços, mulatos*, dentre outros, talvez tenham sido influenciados pelo processo de autodeclaração racial dos órgãos responsáveis pela construção das estatísticas no país no passado, pois segundo os autores

elencados, desde 1872 até 1890 as categorias raciais eram compostas pelos signos branco, pardo, preto e caboclo; Branco, preto, caboclo e mestiço, respectivamente (CARVANO; PAIXÃO, 2008).

Ao longo do tempo essas denominações raciais se expandem, visto que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passa a ser o órgão responsável mais significativo no processo de organização de dados sobre o perfil da população e com isto ocorre “[...] o aprimoramento das formas de classificação racial da população brasileira” (CARVANO; PAIXÃO, 2008, p.46) e afim de entender quais as múltiplas denominações da variável cor/raça ocorre a criação de uma questão aberta que levou “[...] à inclusão de uma pergunta remetendo à origem étnica e racial dos entrevistados. Esta pesquisa terminou coletando 143 denominações distintas” (CARVANO; PAIXÃO, 2008, p.46).

Após considerar esse processo histórico censitário, podemos dizer que o enunciado de Luís é marcado por uma inserção visível dos sujeitos brancos como participantes do clube, porém a alusão ao signo *cafuso* pode ser interpretada como uma forma de situar também os sujeitos de descendência indígena que segundo Luís integram o que ele chama de *uma família miscigenada*.

No entanto, a fala de Luís se diferencia da próxima entrevistada, Neusa, mulher, negra, mãe de dois filhos e avó de um menino de 12 anos. Neusa não quis revelar a idade. Perguntamos a ela em relação ao público que frequentava o Clube Treze de Maio, além de pedir para que a mesma nos falasse um pouco sobre essas pessoas. A entrevistada elaborou o seguinte enunciado:

*Eram pessoas simples, pessoas da mesma raça praticamente, da raça negra. A miscigenação não era tão grande, mas eram pessoas muito simples, mas muito amigas.* (NEUSA, 2016, entrevista<sup>18</sup>)

A fala da entrevistada traz indícios de uma discordância em relação à fala de Luís, pois, enquanto ele relata uma participação de uma comunidade miscigenada, Neusa coloca que as pessoas que frequentavam o clube eram praticamente da raça negra. Em seguida a entrevistada completa sua consideração afirmando que *A miscigenação não era tão grande*, fala

---

<sup>18</sup> NEUSA. **Entrevista IX**. [jan.2016]. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo. Mp3 (tempo em 7:11 min/s).

que destoa do depoimento do entrevistado anterior, pois o enunciado dela traz sinais de uma comunidade racial mais “homogênea”.

O fato dos dois entrevistados possuírem visões diferentes sobre o público que frequentava a instituição pode ter relação com o período em que ambos a frequentaram, pois Luís frequentou o clube na década de noventa, enquanto Neusa frequentou a instituição na década de sessenta. Essas três décadas de diferença podem ter demarcado o processo de transformações sociais na dinâmica racial do país que ao longo dos anos passa a ser mais flexível ao ponto de ser comum a convivência entre negros e brancos de uma mesma classe social.

A fala de Neusa traz também outro aspecto que vai de encontro ao enunciado de Luís quando se trata do público que frequentava a instituição, pois quando pedimos a ela que falasse um pouco sobre como eram essas pessoas que participavam do clube, ela assim colocou: *Eram pessoas simples (...) pessoas muito simples, mas muito amigas.*

A definição que a entrevistada fez perpassa o caráter racial dos frequentadores e segue para uma característica de classe que pode ser observada através dos signos *simples*, que ela utiliza para definir as pessoas, pois traz indícios de algo não sofisticado; assim, compreendemos através da fala de Neusa que as pessoas que estavam inseridas nos eventos da entidade recreativa não eram nem um pouco sofisticadas, pois ela utiliza o advérbio de intensidade *muito* para potencializar tal simplicidade, além de pronunciar duplamente o signo *simples*.

E talvez no anseio de justificar a condição que ela atribuiu aos frequentadores do clube, Neusa coloca através do sinal *mas*, que embora *simples*, as pessoas que frequentavam o Treze de Maio eram *muito amigas*. A relação de amizade entre os integrantes do espaço negro remetido colocado pela entrevistada é menos intensa do modo em que Luís a descreve, visto que este sujeito interpreta os participantes do clube como *uma* família miscigenada.

Ao pensarmos no público integrante da instituição como *uma* família miscigenada, devemos considerar a ideia de harmonia e acolhimento mútuo, demarcado pelo caráter democrático da instituição e compreendido pela ideia de unidade contida no signo *uma*. Ao mesmo tempo Luís afirma que o clube era uma família, ele também explica que:

*[...] para alguns eles tiravam: “Ah, o Treze de Maio é considerado como um clube de PP (Pobre e Preto) ”, mas para a gente lá, que estava lá dentro, era muito bom. (LUÍS, 2016, entrevista)*

O enunciado de Luís é construído através de movimentos que apontam para construções de identidades dentro e fora do clube. Uma identidade que é marcada pela miscigenação, porém é uma miscigenação interna ao clube e que faz uma delimitação externa, em um ideal de *nós* e *eles* (frequentadores e não frequentadores); pois, segundo Luís, os não frequentadores achavam que o clube era desorganizado, com uma conotação negativa, inferior as outras instituições, afinal iam *pobres e pretos*. Então o processo de identificação é muito mais com o clube enquanto instituição do que com a identidade negra.

E a fim de relacionar o enunciado de Luís com o conjunto de enunciados dos outros entrevistados, temos, inicialmente, a construção discursiva de Ignácio; homem, negro, aposentado, casado com uma senhora branca que conheceu no Clube Treze de Maio.

O entrevistado mostrou-se muito tímido em dar entrevista e foi breve. Seu discurso não apresentou características de identificação com o clube, apenas com os participantes da instituição. Ao indagar sobre os sujeitos que frequentavam o clube, através do enunciado: *Em relação ao público que frequentava a instituição, o senhor pode descrever para mim?* Ignácio respondeu da seguinte maneira:

(...) tinha bastante pessoas é, no caso moreno igual eu né, todo mundo divertido, dançando, alegre né (...) (IGNÁCIO, 2016, entrevista<sup>19</sup>)

O enunciado de Ignácio assim como o de Luís apresenta uma relação de pertencimento identitário entre ele e os frequentadores da instituição; ambos parecem se identificar com as formas de sociabilidades ocorridas dentro da instituição.

Enquanto o enunciado de Luís aponta para um ideal de pertencimento imbricado no reconhecimento racial que o mesmo coloca como uma condição de igualdade entre ele e os frequentadores do clube, Ignácio evidencia o seu ideal de pertencimento através da apropriação e proximidade com o signo *moreno*, já verbalizado por outros respondentes em falas anteriores.

Ao utilizar a construção estilística *moreno igual eu né*, enquanto um processo de interlocução com a entrevistadora, percebemos que esta foi para Ignácio a referência para que o signo *moreno* fosse compreendido, pois o entrevistado talvez não estivesse tão preocupado com a questão da gradação da cor da pele, visto que o signo *moreno* aparece como uma complexidade imbricada no processo de denominação dos sujeitos que frequentavam o clube.

---

<sup>19</sup> IGNÁCIO. **Entrevista VII**. [jan.2016]. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo. Mp3 (tempo em 9:40 min/s).

Ao analisarmos o signo *moreno* e o modo com que Ignácio se apropriou deste para uma autonegação podemos compreender que eram negros, pois o fato do respondente tê-lo utilizado pode estar vinculado ao “medo” de se colocar ou nominar alguém enquanto negro – “A expressão “medo” pressupõe que tenhamos uma dada prevenção contra o que pode ocasioná-lo. Assim, evitamos situações que nos podem meter medo. As palavras também, pelo tanto que são carregadas de significados, podem nos meter medo ” (CUTI, 2010, p. 10). E a palavra negro é ainda carregada de estereótipos que remetem a elementos culturais vistos ideologicamente como inferiores por parte de pessoas racistas.

Sobre o processo de nomear, Cuti (2010) em seu texto *Quem tem medo da palavra negro* explica que em determinado momento estudiosos brasileiros passam a se preocupar em “ocultar” o racismo e minimizar os traços que remontam ao período escravista no país. Isso pode ser observado através da tentativa de trocar o signo *negro* pelo *afro*, a fim de classificar os afrodescendentes; porém, ocorre o que já estamos cansados de saber, que no Brasil nem todos os afrodescendentes são negros, visto que os negros são classificados enquanto os sujeitos que pertencem a categoria racial dos pretos ou pardos segundo o IBGE.

O autor explica que as palavras vinculadas ao signo *afro* “[...] não representam em sua semântica a pessoa humana como ocorre com a palavra “negro”. Esta diz de pronto sobre o fenótipo: pele escura, cabelo crespo, nariz largo e lábios carnudos e história social. Variações nesses itens são infinitas.” (CUTI, 2010, p. 1) O sinal *afro* seria um modo menos “polêmico” de dar nomes às culturas, sujeitos e todos os outros aspectos que foram influenciados pelas tradições negras vindas da África.

Cuti (2010) compreende que “No “afro”, o fenótipo negro se dilui ” (p.1). Assim, o que é negro se tornaria “menos” negro do ponto de vista social, pois o *afro* não se refere apenas a pretos e pardos, mas a todos os outros sujeitos que tiveram ancestrais africanos e que com o processo de miscigenação (tão exaltado por alguns) os distanciou das marcas fenotípicas que mais excluem do que incluem.

A discussão do signo *afro* posta por Cuti (2010) se relaciona com a fala de Ignácio quando o mesmo escolhe o termo *moreno* para denominar a si e aos seus semelhantes, evitando, talvez inconscientemente a palavra *negro*, pois “ Há, ainda hoje, muitas pessoas que evitam certas palavras como se, ao pronunciá-las, o malefício fosse atraído. É provável que a palavra “negro”, para quem é racista ou sua vítima conformada, deva ter aquele sentido de tabu: se falar atrai ” (CUTI, 2010, p.10).

A respeito da palavra negro, temos as seguintes consideração:

Usada em diversos contextos para demarcar significados negativos ela foi também utilizada pelo racismo para caracterizar a suposta inferioridade dos africanos de pele escura. Os povos que foram ficando mais claros durante o longo período histórico da humanidade guerrearam contra os mais escuros. É dessa passagem que remonta esse uso da cor para estigmatizar. (CUTI, 2010, p.3)

Isso explica que “Quando dizem “mestiço”, entretanto, estão querendo dizer “não negro” ou “quase branco” ” (CUTI, 2010, p.5). E a fim de relacionar essas reflexões teóricas com a presente pesquisa, podemos começar considerando que o sistema racial classificatório é também um processo de construção identitário e se os sujeitos negros integrantes do Clube Treze de Maio se definiram enquanto morenos, cafusos, mestiços ou mulatos, o fato é que houve algum momento na história do nosso país que esses signos tinham relação com os indivíduos pretos e pardos; e estas denominações são correntes nos enunciados analisados, não necessariamente enquanto fugas, mas enquanto discursos permitidos por determinadas épocas.

Assim sendo, o pensar na escolha do signo *moreno* apenas como um indício de fuga cometida por mais de um entrevistado, pois além de Ignácio, Nilma e Carolina também utilizaram esta sinalidade para classificar o público que frequentava o Clube Treze de Maio, implica em desconsiderarmos parte do o processo histórico do país, bem como as construções identitárias dos sujeitos que utilizaram este signo para demarcarem o terreno racial intermediário em que se veem.

Sobre os demais entrevistados, percebemos que Luís e Enedina utilizam sem “medo” a palavra negro e atribuímos a essa atitude o fato de serem mais jovens e terem um nível escolar mais elevado que os outros entrevistados, pois talvez tenham acompanhado as discussões mais recentes acerca do processo de valorização identitário acerca da palavra negro que durante um tempo se contrapôs ao termo preto.

Em relação a Benedita, Lélia e José, que também utilizam várias vezes o signo negro, talvez isso esteja atrelado ao fato de ambos serem parentes de militantes negros e terem participado do clube como membros de organizações internas da instituição, fato este que pode ter colaborado para um processo de reconhecimento e pertencimento ao grupo racial que considera ou compreende o sinal negro.

A entrevistada Neusa utilizou o signo *negra* (feminino de negro) apenas uma vez em sua fala e para se referir à raça, mas usou como marcador de gênero, para se referir à raça das pessoas que iam até o clube; interpretamos isso como um indício de um lugar de conflito entre o poder ou não usar o signo, pois ela se define como frequentadora assídua do clube e neta de um dos fundadores da instituição; logo, há uma noção de pertencimento em seu discurso, porém

a palavra *negro/negra* não aparece com tanta naturalidade ou frequência, embora a entrevista tivesse espaço para isso.

Essa discussão sobre a palavra negro foi posta a fim de evidenciar que “Se o Brasil se concebe branco e mestiço, precisa se conceber negro. Não o fazendo, o país vai continuar rejeitando a si mesmo ” (CUTI, 2010, p.11). E os depoimentos nos mostraram o quão complexo é o processo de autoclassificação enquanto uma prática identitária libertadora, que se constrói em um processo delicado.

## 6.2 SIMBOLOGIA E NOMEAÇÕES FESTIVAS

A próxima categoria a ser analisada volta-se para as questões simbólicas presentes nos enunciados. Buscamos através destas compreender quais as pistas encontradas nos enunciados que apontam para elementos simbólicos e que apresentam aspectos que remetem às culturas negras, fortalecendo assim o processo de construções de identidades.

As análises seguintes evidenciam quais são, nas falas dos entrevistados, as atividades mais representativas para os sujeitos dessa pesquisa.

A nomeação das atividades do clube para os sujeitos se constitui como símbolo daquela comunidade, pois, ao nomear as atividades, indicam quais são as mais significativas para eles próprios, assinalando também, como membros que são dessa comunidade, as atividades mais representativas da instituição. Nesse sentido, a nomeação configura a constituição de símbolos do clube para os sujeitos.

Em relação às atividades do Clube Treze de Maio, a nomeação, ao mesmo tempo em que funciona como construção simbólica (portanto, representativa dos sujeitos) também constitui-se como valoração dos signos linguísticos usados para nomear; e assim reconhecemos que é preciso olhar para a carga ideológica presente nesta nomeação, pois o ato de nomear a atividade também implica mobilizar signos linguísticos que carregam valores.

O signo é o indício da intencionalidade e da valoração, “Mas o que constitui seus valores e seu sentido (símbolos inclusive) só é significante para indivíduos ligados por condições comuns de vida, em suma, ligados por laços de fraternidade, num nível superior” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1997, p.410).

Entende-se por símbolo um ou mais elementos que carregam significados representativos para determinadas comunidades, pessoas ou histórias (GOMBRICH, 2007). Os símbolos, assim como os signos (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1997), analisados a seguir,

voltam-se para questões ideológicas que carregam indícios de intencionalidades e valores individuais e coletivos. Os signos verbais que nomeiam os símbolos são carregados de valoração, que, por sua vez, auxiliam os sujeitos a construir sentidos/significados para as atividades sociais e culturais:

É através do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos – como representamos – que damos significado. Ou seja, em parte damos significado aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. E, em parte, damos significado através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas do cotidiano. (HALL, 1997, p.03) Tradução de Elías Sevilla Casas.

As colocações de Hall apontam para o nosso papel enquanto sujeitos no processo de interpretação, valorização e definição do que é significativo para nossas vivências e pode assim tornar-se simbólico. Ao discorrermos sobre a infinidade de símbolos que retratam aspectos da realidade social e individual, é interessante pensarmos quais os papéis dos símbolos enquanto aparato ideológico de construção e desconstrução de identidades. O símbolo é uma construção social que pode ser apropriada e também constituída no exercício de construções identitárias.

Como essas construções são elaboradas em relações de interação entre sujeitos, é compreensível que se constituam como signos, uma vez que “Os signos tomados isoladamente, o sistema de uma língua ou o texto (enquanto unidade de signos) não podem ser verdadeiros, nem falsos, nem belos” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 1997, p.354), pois precisamos do processo de interação, do exercício de alteridade, para atribuímos sentidos aos signos/símbolos.

Repleto de sentidos, o signo símbolo pode variar seu significado dependendo do lugar social e ideológico de onde fala o sujeito e do contexto sócio-histórico em que é utilizado. Para Ribeiro (2010, p.47), “[...] um símbolo é uma representação, mas não uma reprodução. Enquanto uma reprodução implica igualdade, um símbolo é capaz de evocar a concepção do objeto que ele representa devido, por exemplo, a características em comum [...]”.

Os símbolos aqui analisados encontram-se nos discursos de sujeitos negros que construíram significados para esses símbolos na sua vivência dentro do clube. E com base nestas concepções, a primeira simbologia problematizada aparece através do questionamento acerca dos tipos de evento que o Clube Treze de Maio realizava.

Por ser uma instituição negra, o Clube Treze de Maio era associado, por não membros do clube, especialmente pelos brancos da cidade, a aspectos negativos. As entrevistas são compostas por enunciados que apontam para a forma como os não frequentadores desta

instituição a viam; porém, ao perguntarmos aos entrevistados sobre a abrangência do clube na sociedade prontagrossense e a repercussão de seus eventos na cidade, percebemos que os entrevistados apontavam para movimentos que intercalavam visões negativas a visões positivas.

Essa alternância de valores pode ser compreendida, pois “Um dos sentidos de um símbolo só é apreendido por meio da análise das condições em que aparece, de como se comporta e de sua consequente finalidade” (RIBEIRO, 2010, p.47). Em momentos distintos, os não frequentadores atribuíam valores distintos ao clube, de modo que as práticas sociais internas à instituição em certos momentos passam a ser integradas não apenas por seus frequentadores e associados, mas ainda pelos associados de outras instituições que se dirigiam ao Clube Treze de Maio em eventos específicos.

A fim de compreender quais os motivos que levavam os não frequentadores do clube a se dirigirem ao mesmo em determinadas épocas, perguntamos para Benedita *quais eram os eventos que o Clube Treze de Maio costumava a realizar no decorrer do ano?* E a entrevistada construiu o seguinte enunciado:

*Daí quando era a primavera, daí então o baile da primavera, daí desfiles que eu participava, fui candidata, depois veio carnaval também era o **auge** do Treze que era um dos melhores carnavais da cidade. Era Treze de Maio e Homens do Trabalho, **depois** o Verde.* (BENEDITA, 2016, entrevista, grifo nosso)

A resposta de Benedita é organizada de forma explicativa, pois o signo *daí* utilizado por ela três vezes, pode ser compreendido como uma expressão verbal que tem a finalidade de fazer delimitações no anseio de situar a ordem dos acontecimentos/eventos.

Através da fala da entrevistada, temos o indício de que o clube era uma sociedade marcada por festividades organizadas de acordo com os calendários vigentes, pois o movimento que Benedita faz da Festa da Primavera para o Carnaval é muito próximo, o que de certo modo pode remeter a questões cronológicas, visto que a Primavera e o Carnaval são acontecimentos que ocorrem em estações próximas.

É interessante a forma em que Benedita ordena os acontecimentos em sua construção discursiva, pois o *baile da primavera* pode ser entendido como um evento importante pra ela, visto que a mesma elabora sua fala de modo que o Baile da Primavera aparece em primeiro plano, talvez seja pelo fato de sua participação nos desfiles destes eventos enquanto *candidata* dos mesmos.

Além do Baile da Primavera, Benedita explica que posterior a este ocorria o Carnaval, que segundo ela: *era o auge do Treze*. A fala de Benedita é composta pelo signo auge, que pode ser considerado um elemento de entonação e afirmação do Carnaval do Clube Treze de Maio. O destaque ao signo auge na transcrição, refere-se à expressividade com que a respondente o profere. O signo em destaque pode ser visto como uma forma de demonstrar a abrangência deste evento não apenas para os frequentadores triviais, mas também aos frequentadores eventuais de outros clubes. Em seguida, Benedita justifica o porquê de o Carnaval também ser o auge dos eventos do clube:

*Era um dos melhores carnavais da cidade, Era Treze de Maio e Homens do Trabalho, **depois** o Verde.* (BENEDITA, 2016, entrevista, grifo nosso)

O destaque a palavra depois no momento da transcrição refere-se novamente à entonação que a entrevistada atribuiu à separação do Clube Verde em relação aos outros dois.

Benedita coloca que o Carnaval era o auge dos acontecimentos do clube, pois era um evento que se destacava enquanto forma de sociabilidade municipal. Ela faz uma declaração de destaque ao clube, perante as outras instituições.

Antes do signo auge a entrevistada utiliza o signo também e este pode ser visto como uma maneira de situar que para ela não era apenas o *Baile da Primavera* e os *desfiles*, que foram mais significativos, pois o Carnaval inseria-se nesta lista.

A entrevistada elabora uma construção discursiva que não apenas coloca o Clube Treze de Maio numa posição hierárquica superior em relação às outras instituições no sentido de ser *um dos melhores carnavais da cidade*, como ainda o coloca em evidência, visto que é o primeiro a ser mencionado. Notamos que há uma relação de proximidade entre o Clube Treze de Maio e o Clube Homens do Trabalho, pois Benedita coloca as duas instituições em mesmo plano, unidas pelo signo *e*. O que não ocorre no fragmento narrativo correspondente ao lugar do Clube Verde nesta “disputa”.

Com base no enunciado de Benedita e considerando o período em que ela frequentou a instituição, cabe aqui uma discussão sobre quais eram, naquele momento, os discursos que circulavam na cidade e a que a entrevistada está respondendo, pois percebemos através da responsividade de seu enunciado que ela responde também aos outros discursos que estavam em jogo naquele momento.

Atualmente, devido a experiências pessoais vinculadas ao clube, podemos dizer que os discursos que circulam acerca das sociedades recreativas em Ponta Grossa reproduzem a

ideia de que o Clube Verde, também conhecido como Princesa dos Campos, é o melhor carnaval da cidade e o Clube Treze de Maio já nem faz mais parte dessa classificação, devido a questões de limitações financeiras.

Atualmente, a cidade de Ponta Grossa conta com as seguintes instituições em funcionamento: Clube Treze de Maio; Clube Homens do trabalho; Clube Verde; Clube Guarani; Clube Ponta Lagoa; destes, os mais populares em relação aos valores de joias, mensalidades ou ingressos, são Homens do Trabalho e o próprio Clube Treze de Maio, talvez isso justifique a relação de aproximação que Benedita faz entre ambos em seu enunciado.

Benedita constrói uma escala de hierarquia na qual situa os carnavais dos três clubes citados, que estavam entre os melhores carnavais da cidade; segundo ela, o carnaval do Clube Verde vinha depois (em posição hierárquica inferior na escala) que o do Treze de Maio e o do Homens do Trabalho.

A forma em que a respondente coloca o Clube Treze de Maio como a instituição que primeiro sediava os melhores carnavais da cidade volta-se para uma questão simbólica que atribui aos frequentadores deste clube um sentimento de empoderamento que é definido pelo Carnaval desta associação recreativa, e que era um dos destaques da cidade.

Outro enunciado que corresponde às questões simbólicas acerca da instituição negra aqui estudada é de Nilma. Direcionamos a ela a seguinte frase: *Em relação aos acontecimentos do Clube Treze de Maio, teve algum específico que a marcou?* E Nilma respondeu da seguinte forma:

*Ahh! Os bailes de carnaval, era muito animado! Aquelas bandas tocavam que nossa! Era muito divertido. Os bailes eram/antes eram muito bom né, porque eram com banda né? Agora é com som né, mas antes eram bons porque era com banda.* (NILMA, 2016, entrevista)

A resposta de Nilma apresenta assim como a fala da entrevistada anterior que os acontecimentos mais marcantes do Clube Treze de Maio foram *Os bailes de carnaval*. E esta resposta pode estar relacionada com o da entrevistada anterior devido ao período em que elas frequentaram o clube, pois as duas possuem idades próximas, Benedita 62 anos e Nilma 65 anos, e talvez tenham presenciado “juntas” a repercussão destes eventos na instituição.

A fala de Nilma define o Carnaval do clube como um evento muito animado devido às bandas que tocavam neste evento e logo faz uma comparação entre os *bailes* de antes e os de agora. E com base no enunciado desta entrevistada, pensamos na simbologia atrelada a questão

de um clube negro possuir uma banda que animava suas noites, pois a entrevistada atribuiu valor a este diferencial, visto que utiliza o signo *banda* três vezes em sua fala.

O enunciado de Nilma é uma construção verbal que evidencia o carnaval do clube como um evento independente no sentido de possuir um conjunto musical que animava suas noites festivas. Ao buscar informações sobre o lugar da banda na instituição negra estudada, compreendemos que o Clube Treze de Maio tinha um grupo musical próprio, formado por negros e brancos. E isto pode ser visualizado na imagem seguinte, a mesma encontra-se disponível para pesquisas no acervo da Casa da Memória da cidade sede da instituição.

Figura 7- Banda do Clube Treze de Maio



Fonte: Disponível no acervo Casa da Memória Paraná.  
s/d

Ao analisar esta fotografia percebemos que a banda era composta por sujeitos que tocavam instrumentos vistos como refinados, referência ao violino e saxofone, este último com fortes influências da cultura negra devido à tradição musical do Jazz e do Blues. A classificação que fazemos acerca do grau de refinamento dos músicos se materializa através do lugar em que o sujeito branco ocupa na imagem, pois é ele quem toca o instrumento visto como o mais sofisticado; no entanto, é interessante observar que embora haja um sujeito branco na imagem, a predominância racial é preta e isto reforça o caráter negro da instituição; além de se relacionar

com os discursos analisados anteriormente, quando os entrevistados verbalizaram que o clube era aberto para negros e brancos, embora estes fossem pouco na instituição.

Em relação ao número exato de integrantes da banda do clube analisado, não conseguimos afirmar com precisão, pois não há maiores detalhes sobre esta informação e tampouco sobre a existência de bandas nos outros clubes da cidade na época em que Nilma relatou suas experiências.

O fato de a entrevistada ter dado destaque para a *banda* enquanto sua memória mais significativa tanto pode estar relacionado a uma simples questão de gosto pessoal, de preferir música ao vivo ao invés de gravadas, quanto pelo fato de ser mesmo um diferencial do clube perante as outras instituições recreativas.

Outro elemento que pode ser observado nesta foto é a questão do empoderamento negro, não apenas dos músicos que se encontram no palco da instituição, que de fato é o lugar mais alto do clube, mas dos próprios frequentadores, pois certamente viam-se representados e sentiam-se integrantes deste evento.

Ao buscarmos mais indícios sobre a simbologia inserida nos eventos do Clube Treze de Maio fizemos para outra entrevistada a seguinte pergunta: *Quais eram os eventos que aconteciam no Clube Treze de Maio?* E a entrevistada Carolina assim respondeu:

*Tinha concurso de rainha do carnaval, tinham muitas coisas boas na época assim que o Roselei, o Zé Faria fazia, muita coisa boa.* (CAROLINA, 2016, entrevista)

A resposta de Carolina não evidencia o Carnaval do clube enquanto o evento mais marcante, talvez pela forma em que elaboramos a pergunta, de modo diferente das anteriores; porém a respondente aponta para um evento que se constitui com base no Carnaval, *o concurso de rainha*, e este evento pode ser considerado um símbolo determinante para construção identitária positivas das frequentadoras da instituição.

O modo em que Carolina constrói sua fala aponta para o Clube Treze de Maio como um espaço que acolhia seus frequentadores no sentido de organizar eventos em que os mesmos sentiam-se integrantes; isso pode ser observado quando Carolina verbaliza que a instituição *tinham muitas coisas boas na época*. A tonalidade do enunciado é ressaltada quando a entrevistada utiliza o signo *muitas*, para potencializar os signos *coisas boas* que representam os eventos da instituição.

A entrevistada coloca que além do concurso de rainha do carnaval o clube também tinha muitas coisas boas na época, e essa construção pode ser compreendida como uma forma

de associação aos demais eventos que a instituição realizava, entre eles Baile da Primavera, Baile do Treze de Maio, ações esportivas, Dia das Crianças, Festa de Páscoa, dentre outros (alguns já mencionados em falas anteriores e outros que serão problematizados no decorrer das análises).

Ao proferir a frase *tinham muitas coisas boas*, a entrevistada a complementa com uma ideia de temporalidade delimitada pela construção *na época*, e isso é significativo no sentido de compreendermos um processo de comparação elaborado pela mesma, pois ela situa que o clube tinha muitas coisas boas *na época* em que ela frequentava.

A resposta de Carolina faz um movimento que aponta para os gestores da instituição como os responsáveis pelas *coisas boas* que ocorriam no clube, pois os nomes citados por Carolina correspondem aos ex-presidentes da sociedade recreativa, inclusive o primeiro já foi elencado no capítulo II da presente pesquisa.

Ao observar os enunciados sobre os eventos que o Clube Treze de Maio realizava, ou ainda quais os eventos que os (as) entrevistados (as) viam como os mais “importantes” para a instituição ou para suas vivências, percebemos indícios de um processo de construção identitária demarcado por uma questão simbólica atrelada a questões de raça, pois o evento mais citado remetido ao clube foi o Carnaval, este que tem como essência o samba; logo, fazemos a associação entre o Carnaval e a população negra.

E ainda sobre os eventos que a instituição realizava, perguntamos para outro entrevistado: *Quais eram os tipos de eventos que o Clube Treze de Maio realizava?* E Luís elaborou a seguinte resposta:

*Ó, o carro chefe era o carnaval mesmo. O carnaval Treze de Maio desde pequeno até as épocas/do começo da época de noventa, onde ele estava bem, ali era o carro chefe do Treze de Maio[...] (LUÍS, 2016, entrevista)*

A resposta de Luís se assemelha a outros entrevistados no sentido de retomar o signo carnaval enquanto símbolo da instituição. O entrevistado elabora sua fala de modo explicativo e sua primeira frase é entonada pelo signo *Ó* precedido do enunciado *o carro chefe era o carnaval mesmo*. Essa organização dos signos pode ser interpretada como uma forma de potencializar o evento que Luís via como o mais representativo para a instituição, pois ao dizer que *o carro chefe era o carnaval mesmo*, o entrevistado engrandece o evento, pois se apropria de uma metáfora que corresponde a algo que puxa o restante dos eventos, já que atribui ao Carnaval do clube a denominação de *carro chefe*.

Há na fala deste entrevistado uma preocupação em elaborar um discurso que situe de modo cronológico as fases que ele descreve, pois constrói um movimento que remonta não apenas ao período em que ele frequentou a instituição, mas ainda à situação do clube no período de evidência do Carnaval. Essa colocação pôde ser vista quando o respondente dá continuidade às considerações acerca do Carnaval enquanto o *carro chefe do clube* e verbaliza que: *O carnaval Treze de Maio desde pequeno até as épocas/do começo da época de noventa, onde ele estava bem.*

Percebemos na construção enunciativa de Luís certa preocupação em definir o período sobre o qual estava falando, além dos indícios que apontam para uma eventual dinâmica de altos e baixos do clube, inserida no enunciado *onde ele estava bem.*

O discurso do respondente pode ser interpretado como um relato de suas memórias construídas através de suas vivências enquanto sujeito que cresceu inserido nas práticas sociais do clube.

E a fim de estreitar mais a relação entre clube e entrevistados, fizemos a outra entrevistada, Lélia, o seguinte questionamento: *Em relação aos acontecimentos do clube, teve algum específico que marcou ou que a senhora gostaria de deixar registrado?* E a respondente assim se colocou:

*[...] todos os Carnavais foram, assim, uma coisa que eu não esqueço nunca. O tempo do frevo que a gente abria a porta da frente e entrava os clubes com as suas rainhas, com os seus reis Momo né. [...]* (LÉLIA, 2016, entrevista)

A fala de Lélia se relaciona com os demais entrevistados no sentido de olhar para o Carnaval da instituição enquanto elemento simbólico da sociedade recreativa estudada. Além das colocações pessoais atreladas ao evento enquanto festividade inesquecível compreendido pela fala *uma coisa que eu não esqueço nunca*, a entrevistada constrói seu discurso considerando as outras pessoas que não estavam inseridas no clube; porém participavam dos carnavais da instituição; e isso é percebido no trecho: *O tempo do frevo que gente abria a porta da frente e entrava os clubes com as suas rainhas, com os seus reis Momo né.*

A fala de Lélia remonta a um período diferenciado no clube, não pelo fato de receber os outros clubes com suas majestades, mas por ser pela porta da frente, pois quando frequentamos a instituição, não temos lembrança da porta da frente da instituição sendo aberta para alguém ou alguma festividade. E para ilustrar essa questão, de acordo com nossas vivências, os associados e frequentadores do Clube Treze de Maio entravam na instituição através de uma pequena porta localizada na lateral do clube, situada na Rua Teodoro Rosas. Já

a porta da frente da instituição situa-se na Rua General Carneiro, visto que a instituição é uma grande construção de esquina.

O ato dos responsáveis pelo clube, no passado, abrirem a porta da frente para receber os convidados dos outros clubes pode estar associado ao fato de que o Carnaval do Clube Treze de Maio era um evento que recebia uma quantidade significativa de pessoas, afinal a porta lateral é realmente bem pequena. Por outro lado, podemos descartar a possibilidade de haver uma preocupação por parte dos responsáveis pelo clube negro em receber “bem” os visitantes e até de impressioná-los, pois a estrutura da frente do clube é mais conservada que a parte lateral.

Percebemos um movimento de interação entre o Clube Treze de Maio e os outros clubes em épocas de Carnaval, assim podemos dizer que há indícios de que os outros clubes visitavam a instituição negra apenas em período de Carnaval. Colocamos isso como um indício, pois não há em nenhuma das nove entrevistas realizadas algum discurso ou até mesmo signos que apontem para uma grande quantidade de sócios das demais instituições recreativas como participantes do Clube Treze de Maio fora do período de Carnaval.

Até o momento, os discursos construídos acerca dos eventos que o Clube Treze de Maio realizava trazem sinais de que o mais significativo era o Carnaval e isso se legitima quando os entrevistados verbalizam que o Carnaval era o momento em que frequentadores e sócios de outros clubes se dirigiam até a instituição para participarem desta festividade.

Considerando estas problematizações, podemos colocar que o motivo que levava os participantes de outros clubes a se dirigirem ao Treze de Maio em tempos de Carnaval era a associação entre os símbolos Carnaval, Samba e Raça Negra.

Ao analisar esta participação “sazonal” por parte dos integrantes dos outros clubes para o Treze de Maio temos a possibilidade de dizer que o Clube Treze de Maio tinha a autorização de receber outros participantes em eventos carnavalescos devido a tradição negra do clube, que remonta a questões culturais atreladas ao samba e conseqüentemente aos sujeitos negros.

A tripla relação entre Clube Treze de Maio, Negros e o Samba pode ser observada no discurso do próximo entrevistado, José. Fizemos a ele o seguinte questionamento: *Sobre o período que o senhor frequentou, pode falar um pouco como que era esse clube?* E o respondente elaborou o seguinte enunciado:

*Ah, eram muito alegres, divertido, principalmente na época de carnaval que eu mais gostava. Eu participava das Escolas de Samba em Ponta Grossa e sempre nós tínhamos apoio do clube né. E a gente se misturava, Escola de Samba com Clube Treze de Maio. Daí entrava Escola de Samba e quando precisava de bloco*

*misturava com o Clube Treze de Maio, que combinava com as nossas escolas [...]*  
(JOSÉ, 2016, entrevista<sup>20</sup>)

O discurso de José apresenta primeiramente uma imagem de posituação do clube, pois sua fala traz indícios de uma relação harmoniosa e de apreço com a instituição, aspecto observado através dos signos *alegre, divertido*, bem como o fragmento *que eu mais gostava* proferido pelo respondente.

Outro aspecto notável neste enunciado é a relação que o entrevistado faz entre o público e a instituição, pois a pergunta foi elaborada com o intuito de compreender a dinâmica do clube, porém José utiliza o signo *eram* para explicar isso. Ao pensar na construção verbal *eram muito alegres* podemos construir reflexões plurais acerca dos frequentadores da instituição; desta maneira podemos dizer que o clube se constituía através de seus integrantes, *que eram muito alegres, divertido*.

O discurso de José se relaciona com os demais enunciados já analisados em relação ao papel do Carnaval enquanto elemento representativo para os frequentadores da entidade; quanto a isso, a sua fala acerca do Carnaval é significativa, pois a pergunta que fizemos a ele não era sobre os eventos da instituição, mas sobre o perfil e as características do clube, porém ele elabora seu conjunto de dizer com base no Carnaval.

E deste modo, há indícios de que a associação entre Carnaval e Clube Treze de Maio não era apenas uma associação que os frequentadores dos outros clubes faziam, mas uma realidade que de fato era vivenciada pelos próprios frequentadores do clube, pautada em um ideal de valorização de suas culturas e raízes negras que se materializavam através do samba em época de Carnaval.

O símbolo recuperado nas falas dos entrevistados é o Carnaval. Este foi discutido enquanto elemento significante das memórias dos entrevistados e como aspecto representativo das práticas sociais e das vivências no Clube Treze de Maio. Ao tratar deste signo, o Baile de Carnaval do Clube Treze de Maio está associado primeiramente a uma disputa de qualificação entre clubes, depois ao que representava o clube para a comunidade de dentro e fora dele, e por fim a uma questão de concorrência demarcada pelas comparações entre um antes e um atual.

Ao considerar o signo como aquilo que reflete e refrata a realidade, percebemos que os discursos dos entrevistados estão refratando ou se opondo aos discursos que circulavam

---

<sup>20</sup> JOSÉ. **Entrevista VI**. [jan.2016]. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo. Mp3 (tempo em 17:30 min/s).

socialmente e que desqualificavam a instituição; assim, as falas analisadas reiteram esses discursos como uma possibilidade de requalificação do clube.

### **6.3 “SÓ PELO NOME NÓS JÁ SENTIAM UM PRÉ-CONCEITO EM RELAÇÃO AOS FREQUENTADORES.” A VISIBILIDADE DO CLUBE TREZE DE MAIO**

A próxima categoria discutida refere-se à visibilidade da instituição pelos seus não frequentadores e pela cidade de Ponta Grossa. E a fim de realizar esta problematização, fizemos a Lélia a seguinte pergunta: *Como o Clube Treze de Maio era visto na cidade, no momento em que a senhora o frequentou?* E a entrevistada de 85 anos assim organizou sua resposta:

*Muito querido e muito respeitado! (LÉLIA, 2016, entrevista)*

O relato de Lélia conta com elementos que valorizam a instituição, pois além dos adjetivos favoráveis ao clube, compreendidos pelos signos *querido* e *respeitado*, a respondente verbaliza duas vezes um advérbio de intensidade, representado pelo sinal *muito*.

A resposta de Lélia traz considerações que se relacionam com outros enunciados. Nilma é um deles, pois corresponde à fala de uma senhora de 62 anos que também elaborou uma resposta que positiva o clube. Perguntamos a ela: *Como o Clube Treze de Maio era visto na cidade de Ponta Grossa?* E a entrevistada fez a seguinte colocação:

*Era um clube muito bom, muito falado né. Ele foi um clube muito falado. Bastante sócio né, sociedade, é de sócios né, então foi um clube muito bom! (NILMA, 2016, entrevista)*

Além do processo de reafirmação sobre a representação do clube que inicia no projeto de dizer *Era um clube muito bom*, que é repetido ao fim da fala com a colocação *foi um clube muito bom*, podemos interpretar o indício de temporalidade que remonta o período em que a entrevistada se refere, pois, os significantes *Era* e *foi* são evidentes na construção narrativa. O que implica em dizermos que ela faz, talvez de modo involuntário, uma comparação entre o clube no passado e na atualidade. *Era/foi* compreende a algo que já não é mais.

O enunciado de Nilma se diferencia do anterior ao haver uma preocupação em justificar o motivo que levava o clube a ser muito falado, e ela atribuiu essa “popularidade” ao sinal representado pelo signo *sócios*.

Outro enunciado que contém indícios de uma visibilidade positiva acerca da instituição negra é a fala de Carolina. Perguntamos a ela em relação ao período em que teve contato com a instituição: *Como o clube era visto?* A entrevistada assim nos respondeu:

*Era muito chic, muito bem visto, muito bem aceito na sociedade. Nossa! Quem era Treze/sócio do Treze de Maio estava “por cima da carne seca” sabe?* (CAROLINA, 2016, entrevista)

A construção discursiva de Carolina traz pistas de uma entidade reconhecida pela sociedade pontagrossense, pois os signos *chic*, *visto*, *aceito* são acompanhados de sinais intensificadores representados pelas palavras *bem* e *muito*. Que antecede uma expressão de admiração imbricada no signo *Nossa*, que a mesma profere em seguida de modo explicativo.

O próximo trecho referente a frase: *Quem era Treze/sócio do Treze de Maio estava “por cima da carne seca” sabe?* Aparece como uma forma de situar o “bom” lugar deste clube na sociedade, pois a expressão “*por cima da carne seca*” está posta como um modo de exemplificar o quão superior eram os sócios do clube. O ideal de superior pode ser interpretado nas entrelinhas da junção enunciativa *por cima*, presente no ditado popular verbalizado pela entrevistada.

E a fim de problematizar a heterogeneidade discursiva dos entrevistados, traremos a fala de Benedita. Direcionamos a ela a seguinte pergunta: *Como o Clube Treze de Maio (quando você frequentava) era visto na cidade?* E a respondente construiu o seguinte enunciado:

*Mas agora eu (...) com outra experiência de vida, eu acho que já havia o preconceito, assim, era preconceito puro, não assim marginalizado, não! Mas, muito preconceito.* (BENEDITA, 2016, entrevista)

Essa construção verbal traz indícios de uma tomada de consciência acerca do preconceito atribuído ao clube, pois a respondente inicia a frase com a colocação *Mas agora*, aparentemente a fim de situar que “agora” ela consegue perceber que já havia o preconceito no momento em que ela frequentava a instituição, pois registra isso através da fala: *era preconceito puro*.

A mesma apresenta uma preocupação em explicar que o preconceito não era *marginalizado*, signo este que pode ser compreendido dentro do enunciado como um sentido diferente do usual; podendo ser interpretado como um modo de evidenciar que o clube não era “apontado” ou “difamado”, mas o pré-conceito era velado, como ainda existe na atualidade acerca das culturas e dos sujeitos negros.

O próximo enunciado que se relaciona com a fala apontada anteriormente, corresponde à construção discursiva de Luís, homem de 38 anos. E a fim de encontrarmos mais indícios acerca da relação entre clube negro e cidade branca, perguntamos a ele: *Como o Clube Treze de Maio era visto na cidade?* E o entrevistado construiu a seguinte narrativa:

*Ah, esse aí já (...) (**irônico**) era meio complicado por ser um/pelo nome da instituição, ser uma data afrodescendente, só pelo nome nós já sentíamos um pré-conceito em relação aos frequentadores[...]. Era frequentado por muitas pessoas, não interessava a cor, mas alguns (posso chamar de ignorantes) que não entendiam, não liam, iam pelas suas cabeças diferentes, ali, tínhamos um preconceito, ali perante a sociedade. (LUÍS, 2016, entrevista, grifo nosso)*

O entrevistado responde com bastante ironia e se mostra bem incisivo em sua fala; faz também um movimento que considera a nomenclatura da instituição como o primeiro fator responsável pelo preconceito atribuído ao clube. Outro aspecto observado no enunciado de Luís é o modo em que o mesmo se sente autorizado a classificar os não-conhecedores da instituição, não adeptos das práticas de leitura, detentores de senso comum como *ignorantes*.

Percebemos através deste enunciado um jogo identitário entre frequentadores e não frequentadores, que é apontado pelo respondente quando este se apropria dos signos sentíamos e *tínhamos* a fim de se colocar enquanto um coletivo, uma sociedade, que respondia a outra sociedade.

O outro enunciado problematizado é de Enedina, mulher, negra e de 39 anos. E novamente, a fim de relacionar as respostas, perguntamos a ela da seguinte maneira: *Como o Clube Treze de Maio era visto na cidade?* E Enedina assim se colocou:

*Olha! Infelizmente falavam mal, mas a maioria das pessoas ia (**gargalhada**) né? Era um clube né, falavam que era um clube só pra negro, mas todos frequentavam. (ENEDINA, 2016, entrevista<sup>21</sup>, grifo nosso)*

Este enunciado apresenta concordância com os dois outros enunciados anteriores, em relação a uma visão negativa ou preconceituosa acerca do clube; porém a atitude responsiva de Enedina está justamente na gargalhada que ela emite após verbalizar que embora falassem mal, a maioria das pessoas iam até o clube. Em relação à questão identitária, há indícios desta quando Enedina profere o signo *infelizmente*, quando expressa a sua opinião com sinais de indignação

<sup>21</sup> ENEDINA. **Entrevista VIII**. [jan.2016]. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Ponta Grossa, 2016. 1 arquivo. Mp3 (tempo em 10:33 min/s).

(modo de sentir); além do signo *negro* que ela verbaliza para explicar que ainda que fosse rotulado como um clube de negros, todos frequentavam.

A exposição de sentimento e ideia de pertencimento identitário pode também ser observada no enunciado de Neusa, pois direcionamos a ela a seguinte pergunta: *Você pode falar um pouco sobre como que era o clube no período em que você frequentou?* E a mesma assim se colocou:

*[...] o Treze de Maio fez parte dos meus antepassados, dos meus avós, as minhas tias, até que chegou a mim e foi uma coisa maravilhosa.* (NEUSA, 2016, entrevista)

E para que possamos fazer um balanço das opiniões referentes à instituição referida, podemos dizer que dos nove entrevistados, três afirmaram que o clube era bem visto pela sociedade, enquanto outros três disseram a entidade negra era mal vista. A pergunta não foi realizada para outros dois contatados, pois seguiu outro viés e eles se ativeram a outros detalhes.

No entanto, ainda dentro da categoria sobre a visibilidade da instituição pelos seus não frequentadores e pela cidade de Ponta Grossa, traremos o último enunciado que trata dessa temática e que apresenta indícios de uma relação de conflito entre frequentadores e não frequentadores da instituição. A construção discursiva é de José, sujeito de 62 anos. Realizamos a ele a seguinte questão: *Como o Clube Treze de Maio era visto na cidade de Ponta Grossa?* E o respondente assim se pronunciou:

*[...] tinham um pouco acho que (...) de inveja do Treze de Maio assim, por ser todos praticamente todos/quase todos negros né. E estava subindo muito na mídia (...) ficando famoso demais. E acabou que os clubes de alta sociedade, que estava sempre arrumando um pretexto para que fechasse, porque não sei. Até arrumavam mentiras que eram briguentos, que eram/faziam vândalos. E era tudo mentira.* (JOSÉ, 2016, entrevista)

A fala de José *a priori* traz sinais de uma inconformidade acerca dos outros clubes ao se depararem com um espaço frequentado por *quase todos negros* e que vinha se destacando na sociedade. Os sinais são compreendidos pelo signo *inveja* e pelo fragmento *arrumando um pretexto* e *mentira*, esses que remontam ainda a um cenário de conflito entre um clube negro e as demais entidades recreativas.

O enunciado de José encontra-se em um caminho sinuoso quando buscamos a forma de visibilidade do Clube Treze de Maio para os não frequentadores e para o município, visto que o entrevistado faz um movimento que demonstra antes de tudo a questão racial enquanto

elemento desconfortável para os outros clubes, pois ele atribuiu a inveja que as demais instituições tinham do clube, devido ao fato de serem todos/quase todos negros e estar *subindo muito na mídia, ficando famoso demais*. Ou seja, a inveja é antes por serem negros e depois por estar se destacando socialmente.

Outro aspecto que pode ser observado no enunciado apresentado é a polaridade entre o lugar em que os outros clubes se encontravam e o não lugar em que o Treze de Maio estava posto, pois os primeiros sentiam-se autorizados a intervir no funcionamento do segundo, tanto *que estavam sempre arrumando um pretexto para que fechasse*. Sobre essa ação, José verbaliza não saber o porquê deste desejo alheio, porém, considerando o caráter da sociedade pontagrossense e o período em que José frequentou a instituição, a resposta para ele pode estar na sua própria fala: *por ser todos praticamente todos/quase todos negros*. E na expectativa de observar a atividade responsiva presente na construção ideológica verbal do entrevistado, percebemos que o mesmo dá aos autores do discurso de difamação do clube uma resposta, que se constrói no trecho *E era tudo mentira*.

Sobre as relações dialógicas presentes na fala de José, seu enunciado apresenta pontos de discordância entre os discursos presentes no relatório de sentença, analisado no capítulo anterior; porém, se relacionam, pois, o relatório de sentença trata justamente de um abaixo-assinado que tinha como objetivo o fechamento da instituição negra.

Após analisar os sinais evidenciados nos discursos dos entrevistados, notamos que o processo de construção de um clube negro pode ser interpretado como uma tentativa bem-sucedida de inserir os sujeitos negros pontagrossenses na sociedade.

Ao observar as interdições e negociações constantes em que esta entidade negra se consolidou, compreendemos que havia elementos que iam além das questões de raça nos eventos do clube, pois os depoimentos apontaram indícios de frequentadores não negros nas dependências da instituição; ainda que fossem minorias, estavam presentes e isso mostra o encurtamento de fronteiras entre frequentadores negros e frequentadores brancos, que ocorre a partir de determinados avanços temporais que fez com que o clube passasse a se “abrir” para sujeitos de outras raças.

No princípio era a percepção das diferenças raciais que moviam as dinâmicas sociais do Clube Treze de Maio; com o passar dos anos, ao incorporar os sujeitos não negros em seus eventos, podemos dizer que a percepção passa a ser também das diferenças de classe compreendida como “Um grupo de indivíduos que compartilham interesses e destinos comuns em razão de sua posição no sistema de produção e da estrutura política”. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.95)

Isso justifica a inserção de indivíduos de classes sociais populares na sociedade recreativa que tinha este caráter. Assim, os sujeitos negros participantes do Clube Treze de Maio tinham uma relação de classe social com os frequentadores brancos da instituição, que se diferenciava da relação racial entre os frequentadores pretos e pardos.

O clube pode ser considerado uma fronteira entre as formas de sociabilidades ocorridas em Ponta Grossa e os demais sujeitos não inseridos nelas. O primeiro elemento que evidencia a instituição negra problematizada enquanto um espaço de fronteira é o próprio nome do clube, que remonta a um processo vivenciado pelos sujeitos negros, que difere das experiências brancas.

Outro aspecto relevante que evidencia as fronteiras entre o clube Treze de Maio e as demais instituições recreativas da cidade refere-se aos eventos que os membros deste espaço negro organizavam, pois a maioria das festividades tinham como propósito valorizar a cultura e os costumes negros, diferentemente dos demais clubes situados na cidade.

Os já citados concursos de beleza negra podem ser vistos como um exemplo de fronteira que em hipótese alguma poderia ser ultrapassada pelos sujeitos brancos, pois o objetivo deste evento era colocar em evidência os homens e as mulheres negras e o espaço dos sujeitos não negros nestes concursos se limitava à plateia.

A ideia de fronteiras étnicas está presente na obra *Teorias da Etnicidade*, de Poutignat e Fernart (1998), produção bibliográfica que traz as discussões de Fredrik Barth (1969) intitulada de *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*.

A referência à obra citada está posta a fim de pensarmos o Clube Treze de Maio como o um espaço de construção de grupos étnicos negros, marcado pela diversidade, heterogeneidade e diferentes gerações. Em relação aos grupos étnicos, é possível defini-los enquanto:

Grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente (WEBER, 1971, p.416 *apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.37)

Através dos discursos problematizados referentes ao Clube Treze de Maio e da noção de grupos étnicos aqui citada, entendemos que a forma de sociabilidade negra aqui referida contou com diferentes momentos na construção dos grupos étnicos, pois no início da criação do clube, o mesmo era movido por relações sociais que priorizavam os sujeitos de raça negra,

após 1920 o estatuto do clube registra que a instituição aceitaria pessoas de qualquer nacionalidade, observa-se aí uma inclusão inter-racial que levaria o clube a um viés intercultural no futuro.

O fato de a sociedade recreativa problematizada receber sujeitos brancos em festividades momentâneas não modifica o caráter do clube, pois a inserção desses sujeitos na dinâmica cultural negra é temporária. Além do mais, as poucas atividades organizadas pela diretoria do clube na atualidade, ainda voltam-se majoritariamente para os sujeitos pretos e pardos, preservando assim a etnicidade na instituição. Sobre o conceito de etnicidade:

Há que convir com Barth, que a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.141)

Entendemos como etnicidade uma tomada de consciência coletiva que faz com que o desenvolvimento de crenças, emblemas, signos ou costumes coletivos sejam o ponto de partida para um modo de diferenciar um grupo de outros grupos. A etnicidade não é definida enquanto algo imóvel e impenetrável, pois é movida por pessoas que se constroem através de transformações sociais historicamente situadas.

O pensar em etnicidade implica em situar as características deste conceito complexo e inconcluso, porém de grande potencial explicativo, para que possamos compreender as categorias criadas por determinadas comunidades a fim de fortalecer suas identidades.

As categorias elencadas nesta pesquisa estão diretamente relacionadas às questões de etnicidade, pois o presente estudo contou com problematizações acerca dos elementos raça, identidades e cultura, estes que são categorias essenciais para a construção e definição das práticas sociais ocorridas no interior do Clube Treze de Maio e que deram origem aos mais variados grupos étnicos desta instituição.

Após as discussões elencadas, podemos dizer que o presente capítulo atingiu seus objetivos, pois respondeu à pergunta que buscava compreender de que forma o clube analisado participa das identidades dos sujeitos que dele participam; e os meios utilizados para construir essa resposta foram as falas dos sujeitos de pesquisas que apontaram para o Clube Treze de Maio como um espaço negro onde as culturas negras eram evidenciadas e os sujeitos negros sentiam-se integrantes das práticas sociais ali realizadas, pois se identificavam com elas e com os demais membros.

A pergunta sobre como os frequentadores e os não frequentadores viam o clube também foi respondida através dos indícios problematizados nas falas dos respondentes. O clube era bem e mal visto, bem visto pelos frequentadores e por parte da sociedade local e mal visto por uma parcela significativa de não frequentadores. Sobre aos fatores que apontaram para o clube enquanto espaço negativo referem-se a questões raciais; enquanto os positivos voltam-se para aspectos sociais, que foram atribuídos aos eventos e festividades que o mesmo sediava.

A próxima e última parte deste trabalho é composta pelas considerações finais e traremos apontamentos gerais sobre o Clube Treze de Maio, seus frequentadores, a cidade em que está inserido, conflitos sociais e processos identitários.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

### “UM DIA ESPERO QUE O CLUBE TREZE DE MAIO SE LEVANTE AINDA(…)”

*Tem uma coisa que você não me perguntou e eu vou te falar. Eu gostaria que o Treze de Maio, alguém ajudasse a levantar, um prefeito/alguém responsável porque é uma coisa da sociedade, é uma coisa que marcou muito aqui na época. Todo mundo falava: “Vou lá no navio negreiro”, é verdade, então é uma coisa que deve não ser esquecida, isso é uma coisa pura mesmo. (CAROLINA, 2016, entrevista)*

Após pesquisas bibliográficas, leituras, busca por teorias, fontes, análises documentais, problematizações discursivas, escolha metodológica, entender pistas, interpretar sinais, problematizar signos, relacionar teoria e prática, iniciar o processo de escrita, circular entre a linguística e a história, tentar contatos com diferentes pessoas, insistir no tal “racismo historiográfico”, dar continuidade a uma pesquisa anterior, podemos dizer que esta pesquisa permitiu-nos seguir em frente e buscar cada vez mais resposta sobre o “nosso” espaço negro, pois entendemos que não é só um clube negro em Ponta Grossa, mas um clube de “afrontamento” que resiste enquanto memória negra local.

A atual pesquisa teve como objetivo geral analisar como os discursos construídos em torno do clube negro, situado em uma cidade com valores predominantemente brancos, indiciavam as construções das identidades dos sujeitos que dele participam ou participaram.

Ao longo destas páginas e através das nove entrevistas problematizadas, percebemos que há uma relação de pertencimento entre os frequentadores do clube que pôde ser vista desde o primeiro contato realizado com os entrevistados, pois os mesmos tiveram entusiasmo (notado na tonalidade das falas) em contar sobre a instituição referida.

Os discursos sobre o Clube Treze de Maio trazem indícios de um processo de construção identitário marcado por experiências comuns entre centenas de frequentadores da instituição, que reconheciam a condição racial em que se encontravam, mas que tinham consciência do modo de para que pudessem seguir com seus eventos; observamos isto após observar a escolha do signo literário para a nomenclatura.

A pesquisa propôs, como objetivos específicos, buscar quais os espaços, negociações, interdições, silenciamentos, visões, significados atribuídos ao clube pela sociedade local, bem como entender como os frequentadores e os não frequentadores veem o clube; e ainda responder quais os indícios da relação do clube com a sociedade e da sociedade com o clube. E estes foram respondidos ao longo da dissertação através das relações dialógicas presente no Estatuto do clube, Processo de Tombamento, bem como no Relatório de Sentença, pois os discursos

presentes nestes documentos trouxeram indícios de um espaço construído através de negociações e mantido com constantes interdições.

Sobre o processo de silenciamento institucional atribuído ao clube pela sociedade local, podemos observá-lo com base no vazio historiográfico acerca desta entidade e do desconhecimento da mesma por parte de grande parte dos sujeitos pontagrossenses.

Em relação ao modo como os frequentadores e não frequentadores viam o Clube Treze de Maio, os primeiros o viam positivamente e os enunciados construídos nas entrevistas colocaram o clube como um espaço familiar, animado e acolhedor, utilizando a comunicação responsiva para desconstruírem imagens negativas atreladas à entidade.

As pessoas que frequentaram/frequentam a instituição reconhecem que era um espaço de representações positivas, pois relataram que eram identificados pela forma de vestimenta em que se apresentavam, bem como por seus comportamentos e isso contrasta com a marginalização atribuída ao clube por parte de seus não-frequentadores, assim como o não reconhecimento do mesmo pelas maiores instâncias de poder da cidade, pela história oficial do município.

A relação entre os negros aqui “ouvidos” e os outros não integrantes do Clube demarca o caráter seletivo da instituição, assim como a preocupação por parte dos membros da diretoria da entidade em barrar quem não estava vestido de modo adequado. Desta forma, o Clube Treze de Maio se constituiu enquanto um clube social que prezava pela aparência de seus frequentadores, pelo modo como eles se dão a ver neste espaço social e pelo modo como podem ser vistos e dar a ver a instituição dentro da sociedade

Quanto aos não frequentadores do Clube Treze de Maio, com base nos depoimentos problematizados, podemos dizer que o viam como o espaço dos negros, de pobres e em alguns casos até inferior, mas como disse uma entrevistada “Olha! Infelizmente falavam mal, mas a maioria das pessoas iam” (ENEDINA, 2016, depoimento). Os não frequentadores do clube o viam como um espaço negro, mas certamente se perguntarmos a estes, ou para seus filhos se havia negros em Ponta Grossa, responderão que não, pois o clube é distante dos interesses ou realidades desses sujeitos.

Ao finalizar parte desta busca, compreendemos o papel do Clube Treze de Maio no fortalecimento identitário de seus frequentadores, pois os entrevistados trouxeram em suas falas elementos que não apenas remontam às suas vivências negras na instituição, como também de seus familiares ou descendentes, visto que “Um grande número de lembranças são recordadas porque outros as fazem recordar e se se recordam é porque fazem parte de um grupo, e mesmo a distância, são influenciadas por esse grupo.” (ESCOBAR, 2010, p.160)

Percebemos nesta dinâmica social que o clube proporcionava aos seus participantes um ideal de pertencimento e empoderamento negro, visto que “Empoderar é fazer com que indivíduos, organizações e comunidades ampliem recursos que lhes permitam ter voz, influência e capacidade de ação e decisão, notadamente nos temas que afetam suas vidas, em diversas esferas, de maneira formal ou informal ” (HOROCHOVSKI, 2006, p.9) E clube foi de suma importância neste processo.

As discussões acerca do lugar do clube na cidade de Ponta Grossa enquanto um patrimônio foi registrado no ano de 2001; porém, desde este período não se tem mais notícias sobre uma possibilidade de reforma ou política pública que mostre uma preocupação em manter este espaço em evidência, visto que muitas vezes o processo de tombamento não é o suficiente para que os patrimônios sejam de fato preservados.

Caso houvesse a preservação dos clubes negros não apenas em Ponta Grossa, mas em âmbito nacional, as pessoas saberiam que “No passado estes espaços cumpriram a missão de fazer aquilo que o Estado lhes negava, ou seja, o direito a uma boa educação, o direito ao lazer, o direito a um funeral e envelhecer com dignidade, o direito a conviver em sociedade, o direito à liberdade ” (ESCOBAR, 2010, p.154).

Através das análises dos enunciados construídos nas entrevistas e das reflexões acerca dos demais documentos expostos nesta pesquisa, podemos dizer que há vários indícios que apontam para grande preocupação dos entrevistados para/com o futuro do clube. Por outro lado, a pouca preocupação com o futuro do clube, por parte de seus organizadores, é de fato assustadora, de modo que estes, assim como os responsáveis pelas demais instituições negras brasileiras, deveriam:

[...] estar comprometidos com a política de promoção da igualdade racial, direcionando suas ações para além das festividades, construindo ações que sensibilizem, tragam de volta e insiram a população negra em seus projetos, em especial programas e ações voltados para a juventude negra, no sentido de dar conta também das demandas deste segmento [...]. (ESCOBAR, 2010, p. 153)

E assim, esperamos que esta pesquisa possa vir a contribuir para que parte da História do Clube Treze de Maio seja preservada e que seus frequentadores tenham suas memórias registradas enquanto parte de uma história negra em Ponta Grossa.

### Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p.
- AMORIM, Galeno (org). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial e Instituto Pró-livro, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Dialogic Origin and Dialogic Pedagogy of Grammar: Stylistic in teaching russian language in secondary school**. (Translated by Lydia Razran Stone) In Journal of Russian and East European Psychology, vol. 42, nº 6, November-december 2004, p.12-49.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.
- \_\_\_\_\_/VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem** – 14ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2010b.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Os gêneros do discurso**. In: Estética da Criação Verbal. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Maria E. G. G. Pereira (trad.). 2 ed. São Paulo: Martins fontes, 1997. pp. 277-326.
- BARROS, Karina Ferreira de. MORO, Rosemeri Segecin. PEREIRA, Diely. ROSA, Marina Comerlatto da. ROZA, Willian Samuel Santana da. **Análise Geoecológica da Comunidade Quilombola da Serra do Apon, Castro, Pr**. Revista Perspectiva Geográfica. ISSN 1981 – 4801 UNIOESTE V.9, N.10 2014. p.21.
- BATISTA, Marcerla Iurk & Rosana Nadai de Arruda. Ponta Grossa. **Clube Verde**. 1987. P.05.
- BORGHI, Eduardo Baroni. DINIZ, Larissa Mattos. **A POPULAÇÃO NEGRA EM LONDRINA: Uma Luta por Reconhecimento**. XVI Encontro Regional da ANPUH-RIO – Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro. 9p.
- BRASIL: Uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- BRASIL, Raça. **Negros no Sul? Tem, sim senhor**. Revista. 2014. Disponível em: <http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/158/artigo228092-3.asp/> Acesso em: 21/09/2016.
- CARVANO, Luiz M. PAIXÃO, Marcelo. **Censo e Demografia – A variável cor ou raça nos interior dos sistemas censitários brasileiros**. In: Raça: novas perspectivas antropológicas/Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). - 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p.25-61

CHEVALIER, Jean; Gheerbrant, Alain 2001. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio.

CIDADE, História da. **Prefeitura Municipal de Ponta Grossa**. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia> Acesso em: 19/07/2016.

COMPAC, Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. **Fundação Cultural Ponta Grossa - Paraná**. PMPG. 001/2001. Dezembro, 2001

COSSON, Rildo. SOUZA, Renata Junqueira De. UNESP- UNIVESP. CONTEÚDO E DIDÁTICA DE ALFABETIZAÇÃOL. **Letramento Literário: uma proposta para a sala de aula** Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40143/1/01d16t08.pdf> Acesso em: 19/10/2015

CURITIBA, Fundação Cultural (FCC). **1º Encontro dos Clubes Sociais Negros do Paraná** Disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/agenda/1-encontro-dos-Clubes-sociais-negros-do-parana/> Acesso em 28/07/2016

CUTI. Luis Silva. **Quem tem medo da palavra negro**. Revista Matriz: uma revista de arte negra. Grupo Caixa Preta, de Porto Alegre (RS). Novembro de 2010

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural, recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006

Diocese de Ponta Grossa. Comunhão, Evangelização e Missão permanente. **Igreja Nossa Senhora do Rosário**. 2008. Disponível em: <http://www.diocesepontagrossa.com.br/index.php?setor=PQREITORIASDETAL&iid=41> Acesso em 20/07/2016

ESTATISTICA, Directoria Geral de. **Sexo, Raça e estado Civil, Nacionalidade, Filiação Culto e analfabetismo**. Brasil 1890.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **“Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição**. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial**. Santa Maria (RS), 2010. Dissertação 221p.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo – As Ideias Linguísticas Do Círculo De Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 168 Páginas, 2009.

FERNANDES, Sandro Luis. **Clube Social Rio Branco: Retratos dos Negros em Guarapuava**. X Semana de História em Irati – História e Conflitos Contemporâneos. III Jornada da Integração: Graduação e Mestrado da UNICENTRO – Anais de Evento. II Sarau Cultural afro-brasileiro. Irati – 2015. p.11.

FOUCAULT, Michel. 2005. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. 2010. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. Tradução: Graciano Barbachan. Data da Digitalização: 2004 Data Publicação Original: 1970 in <http://www.scribd.com/doc/5075786/Michel-FoucaultA-ORDEM-DO-DISCURSO> Acesso em: 29/01/2016

FROSSARD, Elaine Cristina Medeiros. **A Teoria do Dialogismo de Bakhtin e a polifonia de Ducrot: Pontos de Contato**. UFES. Espírito Santo. 2007.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. **Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas**. Estudos Ibero-Americanos, Vol. 35, Núm. 1, enero-junio, 2009, pp. 145-162 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Cia. das letras, 1989-1990.

\_\_\_\_\_. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In Mitos, Emblemas, Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, p.143 -179.

GOMBRICH, E. H. **Arte e Ilusão. Arte e ilusão. Um estudo da psicologia da representação pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação e Identidade negra. In: **Aletria – revista de estudos de literatura. Alteridades em questão**. Belo Horizonte. POSLIT/CEL. Faculdade de Letras da UFMG, v.6, n.9, dez/2002, p. 38-47.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da Diáspora– identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende, et. al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, Tomaz T. (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **El trabajo de la representación**. In Representation: Cultural Representations and signifying practice. London, Sage Publications, 1997. Trad. De Elías Sevilla Casas.

HERMANN, Daiana. **O Clube Tabajara e as Narrativas de Racismo em Encruzilhada do Sul: Entre Tensão e Identidade Étnica**. Iluminuras. Porto Alegre, vol.12, n. 29, p. 153-163, jul./dez. 2011.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R. **Empoderamento: definições e aplicações**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 2006. p. 1-29..

IBGE. Povo/Educação. **Vamos conhecer o Brasil**. Censo - 2010. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao> Acesso em: 13/01/16

IBGE, Cidades. Paraná. **Ponta Grossa**. Censo - 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411990> acesso em 30/01/2016

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Iphan faz mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil. 2014** - Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/202/> Acesso em 22/07/2016.

JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes Sociais Negros em Porto Alegre – RS: A análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial**. Porto Alegre, 2005. Dissertação 101p.

KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Unicamp. Ministério da Educação, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória / Jacques Le Goff**; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

MANOEL, Roselei do Rocio. **In Clube 13 de Maio, PET História – UEPG**. Entrevista . 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ryTbi866n1Q> Acesso em 15/07/2016

MARTINS, Ilton Cesar. **Eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemité rio: crime e escravidão na comarca de Castro (18531888)** / Ilton Cesar Martins. – Curitiba, 2011. Tese (Doutorado) 250 f.

MEC, Brasil. **Acesso a informações**. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 14/01/16

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001b.

MOYSÉS, Sarita Maria Afonso. **Literatura e história** - Imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 1995 N° 0.

MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994

\_\_\_\_\_. **Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: Um Racismo ao Avesso?** Revista da ABPN. • v. 4, n. 8 • jul. – Out. 2012 • p. 06-14 Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewFile/358/235> Acesso em: 08/07/2016

PARANÁ, Arquivo Público. **Ofício receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora em Ponta Grossa**. Curitiba (PR). 1858. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 24/06/2016

PEDROSO, Maria Lourdes Ostemack. **Uma história pra nossa gente**. Ponta Grossa. Gráfica Planeta - 1990.

PIMENTEL, Clara Alencar V. **A diáspora africana e suas implicações na figura da mulher negra na sociedade atual**. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwigxsD4\\_ZvOAhVLkpAKHeSECgIQFggwMAM&url=http%3A%2F%2Fwww.ufjf.br%2Fdarandina%2Ffiles%2F2010%2F12%2FA-di%25C3%25A1spora-africana-e-suas-implica%25C3%25A7%25C3%25B5es-na-figura-da-mulher-negra.pdf&usq=AFQjCNEJa3ruDtuW6Kc3jH2FBrJ095SudA](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwigxsD4_ZvOAhVLkpAKHeSECgIQFggwMAM&url=http%3A%2F%2Fwww.ufjf.br%2Fdarandina%2Ffiles%2F2010%2F12%2FA-di%25C3%25A1spora-africana-e-suas-implica%25C3%25A7%25C3%25B5es-na-figura-da-mulher-negra.pdf&usq=AFQjCNEJa3ruDtuW6Kc3jH2FBrJ095SudA) Acesso em: 30/07/2016

PMPG. Prefeitura de Ponta Grossa. **Igreja Nossa Senhora do Rosário**. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/igreja-nossa-senhora-do-rosario> Acesso em: 21/07/2016

PORTUGUÊS, **Dicionário Online**. Significado de Desordem. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/desordem/> Acesso em: 30/01/16

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF\_FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguidode Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

REIS, Fabio Gonçalves dos. **Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravizados (1822-1888)**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado) 255p.

REIS, João José. **Identidade e Diversidade étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão**. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996, p. 7-33.

RIBEIRO, Emílio Soares. **Um estudo sobre o símbolo, com base na semiótica de Peirce**. Estudos semióticos, 2010, vol. 6, no 1. p.46 -53.

ROSA, Júlio César Da Rosa. **Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)**. 2011. 110p. Dissertação (Mestrado).

SANTOS JÚNIOR, Antonio José dos. **A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso**. Dissertação de mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2010, 250 f.

SANTOS, Luis Marcelo. WALDEMANN, Isolda Maria. **A saga do Veterano**. Um pouco dos cem anos (1905-2005) em que o Clube Democrata marcou Ponta Grossa e os Campos Gerais. Editora Gráfica Planeta LTDA. Ponta Grossa 2006.

SANTOS, Merylin Ricieli dos. **NARRATIVAS DE IDENTIDADE NEGRA EM CONCURSOS DE BELEZA NEGRA DO CLUBE TREZE DE MAIO (PONTA GROSSA, 1985-2006)**. Ateliê de História UEPG, 2(2): 221-242, 2014. Disponível em: Parte desta pesquisa foi publicada e encontra-se Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/7456/4566> Acesso em 10/07/2016

SENTENÇA, Relatório. **Estado do Paraná**. Portaria nº 01/84. Ofício nº 127/85 - 119/85.

SEPPPIR, Igualdade Racial pra Vida. **Chamada pública nº 01/2011 para seleção de projetos que visem a execução de mapeamento dos Clubes sociais negros do Brasil**. Edital. Brasília, 04 de agosto de 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Associativismo Negro em Terras Sulinas: Das Irmandades aos Clubes para Negros em Pelotas (1820-1943)**. Revista Thema. 2011. Vol. 8. Número Especial.

SILVA, Mariza Vieira da. **História Da Alfabetização No Brasil**. A constituição de sentidos e do sujeito da escolarização. Instituto de estudos da linguagem. Campinas. UNICAMP. 1998.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. (Org.). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Revista Espaço Acadêmico, Brasília, v.40, ano IV. 10 de março de 2004.

WOODWARD, Kathryn. **IDENTIDADE E DIFERENÇA: UMA INTRODUÇÃO TEORICA E CONCEITUAL** in Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos No Brasil do Século XVIII**. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Lisboa. 2010. Dissertação Mestrado 108p.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos**. Revista Pátio n.29 fev/abr 2004. Disponível em <<http://de.scribd.com/doc/18892732/ArtigoAlfabetizacao-e-Letramento-Magda-Soares1>>. Acesso em: 08/07/2016

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência: Culturas e identidades no movimento hip-hop**. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** / Neusa Santos Souza. -- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 Coleção Tendências; v.4

SVD. Congregação do Verbo Divino. Província Brasil Sul. **Paróquia Nossa Senhora do Rosário.** Disponível em: [http://verbodivino.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=96:paroquia-nossa-senhora-do-rosario&catid=42:ponta-grossa&Itemid=74](http://verbodivino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=96:paroquia-nossa-senhora-do-rosario&catid=42:ponta-grossa&Itemid=74) Acesso em: 20/07/2016.

TIBAGI, Prefeitura Municipal de. **Clube Estrela da Manhã comemora 59 anos.** Notícia. Disponível em: <http://tibagi.pr.gov.br/noticias/modules/news/article.php?storyid=5286> Acesso em: 28/07/2016

TOMBAMENTO, Processo. **Clube Literário e Recreativo Treze de Maio.** 01/2001 In: COMPAC. Fundação Cultural Ponta Grossa - Paraná.

VOLOSHÏNOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

WEBER, Lucinéia Inês; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Museu Treze de Maio. Identidade!** São Leopoldo. Vo. 19 n. 1, p. 44-54 - jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade> Acesso em: 25/07/2016.

YAGUELLO, Marina. **“Introdução”.** In: BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec. 1992. p.12-20.